



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES.
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Brasília – DF, 2018



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES.
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Relatório de Gestão do exercício de 2017 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN – TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa – TCU nº 161/2017, da Portaria TCU nº 65/2018 e da Portaria CGU nº 500/2016.

COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS (COF)

Brasília-DF, 2018

SUMÁRIO

SUMÁRIO	1
1. ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS	3
LISTA DE QUADROS	3
LISTA DE FIGURAS	4
LISTA DE GRÁFICOS	4
LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES	4
LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES	5
2. APRESENTAÇÃO	9
3. VISÃO GERAL	11
3.1. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS	11
3.2. NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE	12
3.3. BREVE HISTÓRICO DA ENTIDADE	12
3.4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO	15
3.5. ORGANOGRAMA	17
3.6. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	20
4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	22
4.1. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL	22
4.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício	23
4.1.2. Estágio de implementação do planejamento estratégico	26
4.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	27
4.2. FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E DOS RESULTADOS DOS PLANOS	27
4.3. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO	28
4.3.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	28
4.3.2. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	36
4.3.3. Restos a pagar de exercícios anteriores	40
4.3.4. Informações sobre a execução das despesas	41
4.3.5. Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal	44
4.4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO	46
5. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTORLES INTERNOS	51
5.1. DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA	51
5.2. INFORMAÇÕES SOBRE DIRIGENTES E COLEGIADOS	52
5.3. ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	54
5.4. ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS	56
5.5. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	56
6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	58
6.1. GESTÃO DE PESSOAS	58
6.1.1. Estrutura de pessoal da unidade	58
6.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal	61
6.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal	63
6.1.4. Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	63
6.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO	64
6.2.1. Gestão da frota de veículos	64
6.2.2. Gestão do patrimônio imobiliário da União	65
6.2.3. Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim	66
6.3. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	66
6.3.1. Principais sistemas de informações	77
6.3.2. Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)	78
6.4. GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	81
6.4.1. Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	82
7. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	83
7.1. CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO	83
7.2. CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO	84
7.3. AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS	84

7.4. MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE	85
7.5. MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES	85
8. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	86
8.1. DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO	86
8.2. TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIAÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	87
8.3. SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE	88
8.4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI Nº 4.320/1964 E NOTAS EXPLICATIVAS	89
9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	90
9.1. TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU	90
9.2. TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	91
9.3. DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI Nº 8.666/1993	91
9.4. INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	92
10. ANEXOS E APÊNDICES	93
10.1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	93
10.2. RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO	97
RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES	100
1. PARECER OU RELATÓRIO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	100
2. RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO	105
3. DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE	106
3.1. DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE E COMPLETUDE DOS REGISTROS NO SISTEMA DE AVALIAÇÃO E REGISTROS DOS ATOS DE ADMISSÃO E CONCESSÕES	106
3.2. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 8.730/1993 QUANTO À ENTREGA DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS	107
3.3. DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DOS REGISTROS DAS INFORMAÇÕES NO SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - SIOP	108
3.4. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE CONTÁBIL DOS ATOS E FATOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL	109
3.5. DECLARAÇÃO DO CONTADOR SOBRE A FIDELIDADE DOS REGISTROS CONTÁBEIS NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL - SIAFI	110

1. ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Identificação da Unidade	11
Quadro 2 – Normas de criação e alteração da AEB	12
Quadro 3 – Informações sobre áreas estratégicas	19
Quadro 4 – Macroprocessos Finalísticos da AEB	21
Quadro 5 - Glossário – Objetivos Estratégicos	23
Quadro 6 – Projetos prioritários	40
Quadro 7 – Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores	40
Quadro 8 – Despesas totais por modalidade de contratação	41
Quadro 9 – Despesas por grupo e elemento de despesa	43
Quadro 10 – Concessão de suprimento de fundos	44
Quadro 11 – Utilização de suprimento de fundos	45
Quadro 12 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos	45
Quadro 13 – Resultado do indicador GAOT	47
Quadro 14 – Resultado do indicador IPSEN-2	48
Quadro 15 – Resultado do indicador SCI	48
Quadro 16 – Resultado do indicador IEO	49
Quadro 17 – Resultado do indicador IEF	49
Quadro 18 – Resultado do indicador IEI	50
Quadro 19 – Composição da Auditoria da AEB	55
Quadro 20 – Processos instaurados	56
Quadro 21 – Força de Trabalho	58
Quadro 22 – Distribuição da Lotação Efetiva	59
Quadro 23 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas	59
Quadro 24 – Despesas de pessoal	62
Quadro 25 – Contratos de mão de obra não abrangidos pelo plano de cargos do órgão	63
Quadro 26 – Gestão da frota de veículos locados de terceiros	65
Quadro 27 – Obras e serviços de engenharia realizados	66
Quadro 28 – Atividades e funções da Unidade de TI	68
Quadro 29 – Objetivos Estratégicos de TI no PDTI 2016-2017	70
Quadro 30 – Projetos de Suporte e Governança de TI	71
Quadro 31 – Projetos de Desenvolvimento	72
Quadro 32 – Projetos de Infraestrutura	73
Quadro 33 – Quadro de servidores e atribuições na área de informática	75
Quadro 34 – Ações de Capacitação realizadas pela equipe da DINF em 2017	76
Quadro 35 – Principais sistemas de informação da AEB	77
Quadro 36 – Sistemas em desenvolvimento no ano de 2017	78
Quadro 37 – Lista de Objetivos Institucionais para o PDTIC 2018-2019	79
Quadro 38 – Princípios e Diretrizes	80
Quadro 39 – Sumário de execução dos Objetivos Estratégicos de TIC no PDTIC 2016-2017	80
Quadro 40 – Registros de dados nos sistemas de atendimento ao cidadão da AEB	83
Quadro 41 – Desempenho orçamentário e financeiro do MCTIC	86
Quadro 42 – Desempenho orçamentário e financeiro da AEB	86
Quadro 43 – Demandas TCU – Atendimento/ Manifestação	90
Quadro 44 – Despesas com ações de publicidade e propaganda no exercício de 2017	92
Quadro 45 – Obrigações contratuais – Composição	96
Quadro 46 – Obrigações contratuais – UG Contratante	96
Quadro 47 – Obrigações contratuais – Por contratado	96

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma	19
Figura 2 – Mapa Estratégico da Agência Espacial Brasileira (AEB)	24
Figura 3 – Organograma da TI na AEB	67

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Comparativo entre PNAE, LOA e execução da AEB	37
Gráfico 2 – Evolução da Execução da AEB	38

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

Balanço financeiro	93
Balanço orçamentário	94
Balanço patrimonial	95
Relatório de instância ou área de correição – Sistema CGU-PAD	97

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACS	Alcântara Cyclone Space
AEB	Agência Espacial Brasileira
AIAB	Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil
AIN	Auditoria Interna
ANA	Agência Nacional de Águas
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
BB	Banco do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
BSC	Balanced Scorecard
CCS	Coordenação de Comunicação Social
C&T	Ciência e Tecnologia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBERS	Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (sigla em inglês)
CEA	Complexo Espacial de Alcântara
CEE	Comitê Executivo do Espaço
CEF	Caixa Econômica Federal
CENSIPAM	Centro de Segurança da Amazônia
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CFTV	Circuito Fechado de TV
CGTI	Comitê Gestor de Tecnologia da Informação
CGU	Controladoria Geral da União
CGU-PAD	Sistema de Gestão de Processos Disciplinares
CLA	Centro de Lançamento de Alcântara
CLBI	Centro de Lançamento da Barreira do Inferno
CNAE	Comissão Nacional de Atividades Espaciais
CNE	Conselho Nacional do Espaço
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COBAE	Comissão Brasileira de Atividades Espaciais
CONAE	Comisión Nacional de Actividades Espaciales
COF	Coordenação de Orçamento e Finanças
COSO	Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission
CPGF	Cartão de Pagamento do Governo Federal
CRC	Centro de Rastreo e Controle
CRH	Coordenação de Recursos Humanos
CSIC	Comitê de Segurança da Informação e Comunicações
CTA	Centro Técnico Aeroespacial
CVT-Espacial	Centro Vocacional Tecnológico Espacial do Brasil
DCTA	Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial
DCTD	Divisão de Capacitação, Treinamento e Desenvolvimento
DINF	Divisão de Informação
DIPES	Divisão de Pessoal
DLR	Centro Espacial Alemão (sigla em inglês)
DOU	Diário Oficial União
DPEI	Diretoria de Política Espacial e Investimentos Estratégicos
DPLAN	Divisão de Planejamento

DPOA	Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração
DRU	Desvinculação de Receitas da União
DSAD	Diretoria de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento
DTEL	Diretoria de Transporte Espacial e Licenciamento
E2T	Espaço, Educação e Tecnologia
EGD	Estratégia de Governança Digital
EMFA	Estado Maior das Forças Armadas
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
ENCTI	Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
EQUARS	Equatorial Atmosphere Research Satellite
ESAF	Escola de Administração Fazendária
EUA	Estados Unidos da América
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FNDCT	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia
FTB	Foguete de Treinamento Básico
FTB	Foguete de Treinamento Básico
FUNCATE	Fundação de Ciências, Aplicações e Tecnologias Espaciais
FUNDEP	Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa
GDF	Governo do Distrito Federal
GESPÚBLICA	Programa de Excelência em Gestão Pública
GIL	Grupo de Interfaces de Lançamento
GOCNAE	Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais
GRU	Guia de Recolhimento da União
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
IAE	Instituto de Aeronáutica e Espaço
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IFI	Instituto de Fomento Industrial
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPE	Instituto de Pesquisas Espaciais
ISS	Estação Espacial Internacional (sigla em inglês)
ITA	Instituto Tecnológico Aeroespacial
LAI	Lei de Acesso à Informação
LEOP	Lançamento e Fase Inicial da Órbita
LIT	Laboratório de Integração e Testes
LOA	Lei Orçamentária Anual
LSI-TEC	Laboratório de Sistemas Integráveis Tecnológico
MAER	Ministério da Aeronáutica
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MD	Ministério da Defesa
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
MDR	Mission Definition Review
MECB	Missão Espacial Completa Brasileira
MF	Ministério da Fazenda
MI	Ministério da Integração Nacional
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MP	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
MRE	Ministério das Relações Exteriores

MTCR	Regime de Controle de Tecnologias de Misseis (sigla em inglês)
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
NIRC	Núcleo de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão
OBA	Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica
PAINT	Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PATT	Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia
PBM	Plano Brasil Maior
PD&I	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PDR	Revisão Preliminar do Projeto
PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações
PEB	Programa Espacial Brasileiro
PEI	Planejamento Estratégico Institucional
PES	Programa Esplanada Sustentável
PETI	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
PGPE	Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
PLOA	Proposta de Lei Orçamentária Anual
PLS	Plano de Logística Sustentável
PMM	Plataforma Multimissão
PNAE	Programa Nacional de Atividades Espaciais
PNBL	Plano Nacional de Banda Larga
PND AE	Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais
PO	Plano Orçamentário
POLIGRI	Política de Gestão de Riscos
PPA	Plano Plurianual
PPP	Plano de Providência Permanente
PRF	Polícia Rodoviária Federal
PSM	Plataforma Suborbital de Microgravidade
RAINT	Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
RPNP	Restos a Pagar Não Processados
SARA	Satélite de Reentrada Atmosférica
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SCD	Satélite de Coleta de Dados
SEDEC	Secretaria de Defesa Civil
SEI	Sistema Eletrônico de Informação
SERPENS	Setor de Preparação e Lançamento
SGDC	Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas
SIA	The Satellite Industry Association
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIASG	Sistema de Administração de Serviços Gerais
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SICONV	Sistema de Convênios do Governo Federal
SIDOF	Sistema de Geração e Tramitação de Documentos do Governo Federal
SIGMCTI	Sistema de Informações Gerenciais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
SINDAE	Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais
SIOP	Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SISNAC	Sistema de Navegação e Controle
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia

SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SNCT	Semana Nacional de Ciência e Tecnologia
SPL	Setor de Preparação e Lançamento
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
SPL	Setor de Preparação e Lançamento
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TAS	Thales Alenia Space
TCU	Tribunal de Contas da União
TED	Termo de Execução Descentralizada
TMI	Torre Móvel de Integração
ToT	Transferência de Tecnologia
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNB	Universidade de Brasília
UNIVAP	Universidade Federal do Vale do Paraíba
UPC	Unidade de Prestação de Contas
USP	Universidade de São Paulo
VLM	Veículo Lançador de Microssatélites
VLS	Veículo Lançador de Satélites
VS	Veículo Suborbital

2. APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Gestão incorpora os atos praticados pela Agência Espacial Brasileira (AEB) no exercício de 2017. Os detalhamentos das estratégias de atuação implementadas, das atividades desenvolvidas e dos resultados alcançados são apresentados ao longo das diversas seções que compõem o presente relatório.

Este Relatório está estruturado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 161/2017, da Portaria TCU nº 65/2018 e da Portaria CGU nº 500/2016.

Como principais resultados de 2017, com ações integrantes do Programa Temático Política Espacial do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, sob a responsabilidade do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), cabe destacar os contínuos esforços da AEB, em um ano marcado pela forte restrição orçamentária e financeira, para o aperfeiçoamento e a ampliação da disponibilidade de imagens, dados e serviços, em benefício da sociedade brasileira, por meio de missões espaciais utilizando satélites nacionais.

Ao longo do ano, ressalta-se o importante trabalho de desenvolvimento do satélite de observação da Terra Amazonia-1, sendo o primeiro sistema totalmente nacional, com vistas ao lançamento previsto para o ano de 2019 ou 2020.

Destacam-se também os avanços nos trabalhos de desenvolvimento, integração e testes do satélite CBERS-4A, em parceria com a China, que possuirá uma câmera de alta resolução para melhor atender a comunidade usuária dos produtos da família de satélites CBERS. Está mantida a previsão do seu lançamento para 2019, caso a indústria nacional consiga atender aos prazos dos contratos ainda por serem firmados.

Os satélites Amazonia-1 e CBERS-4A de observação da Terra, quando em operação, significarão importantes avanços na capacitação do país nessa área e na maior disponibilização de imagens, dados e informações, possibilitando amplas aplicações, tais como levantamento e prospecção de recursos naturais, acompanhamento de alterações no meio ambiente, vigilância das fronteiras e costas marítimas, prevenção de desastres naturais, entre outras.

No campo dos esforços para prover o país de uma capacidade de acesso ao espaço por meio de lançadores nacionais, cabe destacar os avanços no desenvolvimento do projeto do Veículo Lançador de Microssatélites (VLM-1), que servirá de importante vetor para a exploração futura dos serviços comerciais de lançamento de satélites.

Análises da conjuntura mundial da produção de lançadores apontam para um mercado relevante e em crescimento de lançamento de satélites de pequeno porte, fazendo com que o projeto da série Veículo Lançador de Microssatélites ascenda em prioridade. Assim, permanece prioritário o desenvolvimento do VLM-1 em parceria com o Centro Aeroespacial Alemão (DLR), como primeira etapa de projeto que objetiva colocar em órbita baixa, cargas úteis (microssatélites e cubesats) de até 150 kg. Este desenvolvimento também visa alcançar viabilidade comercial pelo menor custo de fabricação, graças a tecnologias mais atuais, podendo no futuro propiciar um possível retorno financeiro para as instituições envolvidas.

Quanto aos esforços para ampliar o domínio das tecnologias críticas, bem como desenvolver e consolidar competências e capital humano, destaca-se a continuidade da implementação do Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia (PATT) do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), que permitiu a capacitação de expressivo contingente de técnicos e engenheiros brasileiros na França, bem como a transferência de vários tópicos tecnológicos para empresas brasileiras do setor espacial. As atividades de Transferência de Tecnologia deram andamento aos 5 (cinco) contratos firmados ao final de 2015, e às de Absorção de Tecnologia foram concluídas quando do lançamento do SGDC-1 em maio de 2017.

Com o propósito de ampliar, desenvolver e consolidar competências e capital humano, destaca-se também o estabelecimento do Programa E2T – Espaço, Educação e Tecnologia, que visa a criação de um espaço educacional e a formação de futuros talentos para a área espacial, mediante ações de capacitação de professores e de divulgação científica, voltadas para as instituições de ensino superior, médio e fundamental, buscando despertar interesse no programa espacial brasileiro.

Também merece destaque a inauguração, em novembro, do primeiro Centro Vocacional Tecnológico Espacial do Brasil (CVT-Espacial), em Parnamirim, Rio Grande do Norte, em parceria com o Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI) e com o apoio do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA). O objetivo do centro é incentivar estudantes a atuarem nas áreas espacial e de ciência e tecnologia.

Por fim, também foram realizadas atividades relacionadas à governança do setor espacial. Em conjunto com o Ministério da Defesa, a AEB elaborou uma Minuta de Projeto de Lei e uma Minuta de Decreto que traz melhorias para o sistema espacial. É proposta a criação de um Conselho Nacional do Espaço, formado por Ministros, e responsável por ditar as diretrizes da política espacial; e também a criação de um Comitê Executivo do Espaço, para ser o elo de ligação entre o Conselho e os órgãos participantes do Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (SINDAE).

Na esteira de todas essas atividades, o Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE 2012-2021) começou a passar por um processo de revisão. Esse esforço busca promover uma atualização das perspectivas para o setor espacial brasileiro, com base nas mudanças que ocorreram nos últimos anos, e a sedimentação das bases para a próxima versão do PNAE.

A AEB também deu início, ao final de 2017, a uma pesquisa, de caráter nacional, em instituições públicas e privadas para avaliar a demanda por produtos e serviços espaciais. O objetivo dessa pesquisa é identificar as áreas de maior concentração de interesse, e com isso balizar os próximos planos do setor, de modo que tais demandas, na medida do possível, sejam atendidas.

No sentido de prover as demandas da sociedade, a Agência promoveu, em novembro de 2017, o Fórum da Indústria Espacial, realizado em São José dos Campos, um espaço para que empresários, órgãos de fomento, academia e instituições públicas discutissem as oportunidades e estratégias do programa espacial.

Quanto às principais dificuldades para o melhor desenvolvimento dos objetivos, metas e iniciativas do programa, encontra-se, de início, o nível de investimentos, que precisa ser mais elevado, contínuo e estável, tendo em vista a natureza dos projetos espaciais, que têm características de longo prazo de desenvolvimento. Os recorrentes contingenciamentos impedem a manutenção dos investimentos e prejudicam o desenvolvimento tecnológico necessário para o domínio de tecnologias críticas para a consolidação do setor no Brasil.

Associada à questão dos investimentos, há necessidade também de recomposição dos quadros de especialistas das duas principais instituições de pesquisas espaciais no país (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE/MCTIC, e Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial – DCTA/MD), que têm sofrido importantes perdas de pessoal ao longo dos últimos anos. Além disso, o fortalecimento do quadro de servidores da AEB se faz necessário. Nesse aspecto, há uma importante defasagem em relação à importância que o setor espacial tem para o desenvolvimento do Brasil.

Finalmente, também se faz necessária uma revisão do marco legal para o setor, em especial a legislação que trata de licitações e contratos governamentais, que não é a mais adequada para a contratação de projetos que envolvam os riscos e as incertezas típicas dos desenvolvimentos tecnológicos. Esta meta também faz parte da reforma na governança do Programa Espacial Brasileiro, no âmbito da proposta comum elaborada pelo Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e pelo Ministério da Defesa (MD).

3. VISÃO GERAL

Esta seção contempla elementos identificadores da Agência e informações sobre a sua estrutura organizacional, contexto de atuação, principais macroprocessos, competências entre outras.

A Agência Espacial Brasileira (AEB), autarquia federal de natureza civil, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e Comunicações (MCTIC), foi criada pela Lei nº 8.854, em 10 de fevereiro de 1994, com a finalidade de promover o desenvolvimento das atividades espaciais de interesse nacional.

O quadro abaixo resume as informações referentes à identificação da unidade.

Quadro 1 – Identificação da Unidade

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: MCTIC		Código SIORG: 1988
Identificação da Unidade Prestadora de Contas		
Denominação completa: Agência Espacial Brasileira		
Denominação abreviada: AEB		
Código: SIORG: 4243	Código LOA: 24205	Código SIAFI: 203001
Natureza jurídica: Autarquia Federal		CNPJ: 86.900.545/0001-70
Principal atividade: Ciência e Tecnologia		Código CNAE: 7210-0 Denominação: Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais
Endereço eletrônico: www.aeb.gov.br		
Endereço Postal: SPO - Setor Policial, Área 5, Quadra 3, Bloco A - CEP 70610 200 - Brasília - DF		
Telefone: (61) 3411-5159		

Fonte: Coordenação de Orçamento e Finanças (COF)

3.1. FINALIDADES E COMPETÊNCIAS

Este item tem por finalidade apresentar as principais razões da existência da Agência, ou seja, para que efetivamente foi criada e existe. Assim, as competências da AEB definidas no art. 3º de sua lei de criação são:

- Executar e fazer executar a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE), bem como propor as diretrizes e a implementação das ações dela decorrentes;
- Propor a atualização da Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais e as diretrizes para a sua consecução;
- Elaborar e atualizar os Programas Nacionais de Atividades Espaciais (PNAE) e as respectivas propostas orçamentárias;
- Promover o relacionamento com instituições congêneres no País e no exterior;
- Analisar propostas e firmar acordos e convênios internacionais, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Ministério da Ciência e Tecnologia, objetivando a cooperação no campo das atividades espaciais, e acompanhar a sua execução;
- Emitir pareceres relativos a questões ligadas às atividades espaciais que sejam objeto de análise e discussão nos foros internacionais e neles fazer-se representar, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Ciência e Tecnologia;
- Incentivar a participação de universidades e outras instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento nas atividades de interesse da área espacial;
- Estimular a participação da iniciativa privada nas atividades espaciais;

- Estimular a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico nas atividades de interesse da área espacial;
- Estimular o acesso das entidades nacionais aos conhecimentos obtidos no desenvolvimento das atividades espaciais, visando ao seu aprimoramento tecnológico;
- Articular a utilização conjunta de instalações técnicas espaciais, visando à integração dos meios disponíveis e à racionalização de recursos;
- Identificar as possibilidades comerciais de utilização das tecnologias e aplicações espaciais, visando a estimular iniciativas empresariais na prestação de serviços e produção de bens;
- Estabelecer normas e expedir licenças e autorizações relativas às atividades espaciais;
- Aplicar as normas de qualidade e produtividade nas atividades espaciais.

As atividades da AEB são orientadas pelas diretrizes estabelecidas na Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE), aprovada pelo Decreto nº 1.332/94, e tem o Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) como principal instrumento de planejamento do setor espacial.

Para organizar a execução das atividades espaciais, foi instituído o Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (SINDAE), conforme Decreto nº 1953, de 10 de julho de 1996, que define a AEB como seu órgão central e responsável pela coordenação geral. Entre os órgãos setoriais que compõe esse Sistema, destacam-se: o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e Comunicações (MCTIC), e o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), do Comando da Aeronáutica (Comaer), do Ministério da Defesa (MD), que são responsáveis pela execução dos principais projetos e atividades estratégicos do PNAE.

3.2. NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE

A seguir são apresentadas informações sobre as normas legais que disciplinam a atividade da AEB e demais normas relevantes para o funcionamento do órgão.

Quadro 2 – Normas de criação e alteração da AEB

Normas de criação e alteração da Unidade
Lei nº 8.854, de 10 de fevereiro de 1994: Cria, com natureza civil, a Agência Espacial Brasileira (AEB), e dá outras providências.
Decreto nº 8.868, de 4 de outubro de 2016: Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Agência Espacial Brasileira, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS) por Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE).
Decreto nº 8.872, de 10 de outubro de 2016: Dispõe sobre a vinculação das entidades da administração pública federal indireta.
Decreto nº 1.332, de 8 de dezembro de 1994: Aprova a atualização da Política de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE)
Decreto nº 1.953, de 10 de julho de 1996: Institui o Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (SINDAE) e dá outras providências.

Fonte: Coordenação de Orçamento e Finanças (COF)

3.3. BREVE HISTÓRICO DA ENTIDADE

A corrida espacial para conquista do espaço, termo cunhado pela disputa entre Estados Unidos e a antiga União Soviética, na década de 50, é o momento da história mundial que impulsiona um dos mais importantes setores para atividades da raça humana do presente século. O desenvolvimento de foguetes e satélites, inicialmente motivados por questões ideológicas, bélicas e

de hegemonia, no contexto histórico do período em que se denominou como Guerra-fria, deu origem a um conhecimento que promoveu desdobramentos para aplicações civis e comerciais de amplo impacto socioeconômico.

Na segunda metade do século XX, a parcela da sociedade brasileira mais influente nas decisões governamentais, fortemente relacionada com as Forças Aéreas, acompanhou os avanços tecnológicos alcançados pelos países protagonistas da Guerra-fria, inclusive com a responsabilidade de se posicionar nos fóruns mundiais para estabelecer os primeiros tratados internacionais regulando a exploração do espaço. Em decorrência desses estímulos externos, o governo brasileiro respondeu positivamente, instituindo comitês de direcionamento estratégicos em políticas de desenvolvimento para o setor espacial. Ações foram tomadas para criar institutos de pesquisas, sítio de lançamento de foguetes e o estabelecimento de infraestrutura laboratorial, objetivando dominar as tecnologias para lançadores, satélites e outros aparatos do setor espacial.

Marcos importantes são observados dentre esses empreendimentos que instituíram o Programa Espacial Brasileiro. Um desses marcos foi a criação do Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais (GOCNAE), em 1961, que, em 1963, foi reformulado e passou a ser denominado Comissão Nacional de Atividades Espaciais (CNAE). Em 1971, a CNAE foi extinta e fundou-se o Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), atual Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Nesse mesmo ano, foi criada a Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (COBAE), ligada ao extinto Estado Maior das Forças Armadas (EMFA).

Em 1979, foi aprovada a Missão Espacial Completa Brasileira (MECB), segregando as atividades espaciais em satélites, sob a responsabilidade do INPE e, os foguetes e a infraestrutura de lançamentos, sob a responsabilidade do Centro Técnico Aeroespacial (CTA), órgão ligado ao então Ministério da Aeronáutica (MAER). Em 1985, foi criado o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e o INPE passou a pertencer à estrutura desse Ministério.

Finalmente, em 1994, foi criada a Agência Espacial Brasileira (AEB), inicialmente vinculada à Presidência da República e, atualmente, ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e Comunicações (MCTIC), sendo responsável por formular, coordenar e executar a política espacial brasileira, dando continuidade àqueles esforços empreendidos pelo governo brasileiro desde 1961.

Em 1995, o Brasil aderiu ao tratado internacional do chamado Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis (MTCR), cujo objetivo é o de estabelecer um regimento internacional para limitar a proliferação de mísseis balísticos e outros sistemas não-tripulados de transporte que possam ser utilizados em ataques químicos, biológicos e nucleares. Se por um lado esta adesão tem a boa intenção de coibir conflitos bélicos desastrosos, por outro, estabeleceu barreiras de acesso ao conhecimento ou à aquisição de sistemas e aparatos tecnológicos importantes para se alcançar a tão almejada autonomia de acesso ao espaço. Em consequência, o desenvolvimento autóctone no setor espacial passou a ser mais imperativo, visto que a cooperação internacional que poderia intermediar transferência tecnológica entre países se tornou menos viável.

A Lei de criação da AEB a caracteriza com natureza civil e dotada de “autonomia administrativa e financeira, com patrimônio e quadro de pessoal próprios”. Essa explicitação como órgão não militar, atendia o pleito de entidades como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a opinião pública em geral, após a democratização do país, em 1985. De fato, a AEB veio substituir, a COBAE, criada em 1971 pelo regime militar, na qual o Estado-Maior das Forças Armadas desempenhava papel central.

As atividades espaciais brasileiras foram então organizadas sob forma sistêmica, estabelecida pelo Poder Executivo, como determina o art. 4º da Lei que criou a AEB. Ou seja, as instituições que realizam atividades espaciais devem funcionar de modo a constituir um sistema coerente, entrosado e cooperativo, ainda que cada uma delas mantenha sua autonomia.

Cerca de dois anos após a criação da AEB, surgiu o Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (SINDAE), para “organizar a execução das atividades destinadas ao desenvolvimento espacial de interesse nacional”.

Os desenvolvimentos de tecnologias na área espacial são realizados por meio do apoio a projetos de alto custo e de longa duração. A sistemática gerencial da AEB formaliza seus instrumentos de fomento publicando programas decenais, denominado de Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), que observa a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE), estabelecida no Decreto nº 1.332/1994.

Apesar da AEB ter sido criada em 1994, sua força de trabalho contou com colaboradores, terceirizados e servidores públicos cedidos provisoriamente por um período de 22 anos. Apenas em 2016, a Agência nomeou seus primeiros 63 servidores efetivos. Considerando os demais colaboradores, em 2017, contabilizava um total de 116 profissionais, tentando cobrir toda a necessidade gerencial das atividades administrativas tanto de suas funções meio como finalística.

Os projetos apoiados pela AEB continuaram a estimular a criação de empresas nacionais voltadas para o setor espacial, capacitadas a fornecer diversos produtos e serviços para o mercado interno. Em sua grande maioria, estes projetos vêm sendo desenvolvidos sob coordenação técnica dos institutos de pesquisa do governo e refletem a estrutura de planejamento dos Planos Plurianuais (PPA) do Governo Federal, que são orçamentária e financeiramente implementados de acordo com as Leis de Orçamentos Anuais (LOA).

O Programa Espacial Brasileiro, desde seu início, na década de 60, vem acumulando gradativamente ganhos na qualificação de recursos humanos e no domínio de tecnologias críticas. O contingente de pessoal da principal infraestrutura produtiva deste Programa, em 2017, contou com uma pequena força de trabalho de cerca de 2.500 profissionais, considerando, além da AEB, a inclusão de pessoal dos principais institutos de pesquisa do governo, INPE (cerca de 1.100 colaboradores) e IAE (cerca de 1.000 colaboradores). A força de trabalho do parque industrial é ainda bem menos expressiva e sazonal, pois nem todas as empresas se dedicam exclusivamente aos projetos do setor espacial, pelo fato de contribuírem apenas quando são selecionadas para executar planos de trabalho dos projetos, que são contratados pelo governo federal.

Comparativamente, em termos mundiais, o quantitativo de pessoal relacionados ao SINDAE é apenas uma pequena fração, quando se analisa as principais agências internacionais, que vem obtendo avanços extraordinários no desenvolvimento de diversas tecnologias espaciais de alta expressividade e aplicações. A título de comparação, observa-se que a agência norte-americana NASA, em 2017, declarou dispor de 17.116 servidores públicos mais 33.100 colaboradores; em 2016, a agência indiana, ISRO, informou contar com 16.902 profissionais; e em 2011, as agências chinesas CNSA e CASIC, 170.000 e 135.000 respectivamente. O quadro de investimentos no setor espacial desses países, em termos de recursos financeiros, também revela ordem de grandezas muito superiores ao investimento brasileiro.

No presente, o Programa Espacial Brasileiro, de fato, não apresenta o mesmo nível de desenvolvimento e expressividade das nações mencionadas acima, no sentido de que os avanços de domínio tecnológico ainda não lograram alcançar o ciclo completo das principais tecnologias de grande competitividade no mercado internacional. No entanto, o conhecimento e a infraestrutura laboratorial instalada nos institutos de pesquisa e em determinadas empresas nacionais, se bem coordenados, gerenciados com aporte expressivo de recursos financeiros e investimento continuado na formação de engenheiros e técnicos especializados, podem suprir às expectativas do Brasil, cuja economia tem se posicionado entre os dez países mais ricos do mundo. Em síntese, as condições básicas estão consolidadas, o país tem capacidade de alavancar recursos financeiros e possui capacidade de formar recursos humanos especializados por intermédio de suas universidades e

institutos de pesquisa para assumir papel mais proativo na nova corrida espacial para conquista do espaço.

3.4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO

Em âmbito mundial, os programas do setor espacial têm adotado como desafio o provimento de uma eficiente infraestrutura de ativos e aplicações espaciais, voltada para apoiar as atividades econômicas, de defesa e promoção da melhoria de qualidade de vida de suas respectivas populações. O grande acervo sociocultural e o avanço da economia, que vem resultando dessas atividades espaciais, promoveram este setor à categoria de atividade estratégica, que passou a fazer parte da formulação de políticas públicas entre as nações que almejam soberania e autonomia no contexto mundial.

Apesar desta grande importância do setor espacial, ainda são poucos os países que exploram essas possibilidades e que estabelecem programas espaciais com alto nível de domínio tecnológico que dependentes de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e promovem efetiva repercussão em termos de inovação tecnológica de impacto nas atividades humanas. Efetivamente, esses programas se consolidaram na segunda metade do século XX e, pouco mais de uma dúzia de países, de fato, têm notoriedade mundial nesta atividade. O Brasil está entre esses países, mas seus esforços não têm alcançado a mesma velocidade de avanço do que países que iniciaram suas atividades em época contemporânea à brasileira.

Em termos globais, o universo de usuários dos ativos e aplicações espaciais não se limita àqueles países que iniciaram suas atividades espaciais há mais tempo, como os EUA, a Rússia e nações líderes da União Europeia. Japão, China, Índia e Coreia do Sul são países que também ampliaram muito seu espectro de atuação em projetos de satélites, lançadores e aplicações espaciais. Tais programas, com vultosos projetos, vão além do mero desejo de explorar a vasta fronteira desconhecida do espaço sideral, mas, principalmente, há interesses de mercado com fins socioeconômicos sob a forma de produtos, serviços e informações, que alimentam a cadeia produtiva das atuais atividades econômicas. Alcançar este nível de desenvolvimento só tem sido possível com esforço de ações continuadas e fruto do enfrentamento de inúmeros problemas técnicos e socioeconômicos.

Atualmente é praticamente indispensável o uso de dados provenientes de satélites em órbita terrestre, visto que as políticas públicas mundiais precisam ser formuladas com informações para enfrentar problemas diversos, tais como o combate aos impactos negativos das mudanças climáticas; a necessidade de aumento da eficiência das cadeias produtivas da agricultura e da pesca, com a melhoria dos seus produtos e a preservação do meio ambiente; o monitoramento e a mitigação de desastres naturais; os cuidados com a saúde por meio de apoio médico à distância; a garantia de um canal de comunicação seguro e estratégico que contribua efetivamente para a defesa das nações. Para os países em desenvolvimento o setor espacial pode, inclusive, colaborar com redução de desigualdades locais e regionais, por meio da inclusão digital, visto que a utilização de satélites, que empregam modernos meios de comunicação, pode atender comunidades em áreas remotas de difícil acesso.

No contexto mundial, permanecer entre as nações líderes com programas espaciais só têm sido possível quando se consolida uma base industrial tecnologicamente competitiva e que, juntamente com seus respectivos governos, promovem a abertura de novos mercados, postos de trabalho e bens de consumo. Nesses países, a indústria espacial desempenha, juntamente com os institutos de pesquisa e a academia, importante papel na solução dos diversos desafios relatados. Como consequência, observa-se: o aumento da competitividade industrial; a geração de empregos qualificados; a continuidade do avanço da pesquisa que gera desenvolvimento e inovação tecnológica; o estabelecimento de normativos internacionais, visando segurança para o uso do espaço; além da própria exploração do espaço para expansão das atividades humanas.

Em termos globais, atualmente o setor espacial gera cerca de um milhão de empregos. Esse número continua crescendo, na medida em que ganhos de escala se estabelecem, decorrentes da oferta e da demanda cada vez mais intensiva de aplicações e de serviços que se consolidam. Em 2017, o setor movimentou recursos financeiros da ordem de U\$ 339,1 bilhões, segundo o relatório “*2017 SIA State of Satellite Industry Report*”, publicado pela associação da indústria de satélites com sede nos EUA, *The Satellite Industry Association* (SIA). Esse montante é resultado da seguinte distribuição de atividades:

- U\$ 127,7 bilhões para serviços de satélites de telecomunicações, observação da Terra, ciência e segurança;
- U\$ 13,9 bilhões para fabricação de satélites;
- U\$ 5,5 bilhões para serviços de lançamento;
- U\$ 113,4 bilhões para equipamentos de solo; e
- U\$ 76,6 bilhões, referente a outros serviços.

Apesar da participação do Brasil nesses mercados que comercializam produtos tecnológicos da indústria espacial, ser quase inexpressiva, o envolvimento, a participação e as necessidades brasileiras para ter esses ativos e serviços crescem de forma significativa, uma vez que a globalização das necessidades por serviços espaciais já se consolidou há décadas no país, tornando-se imprescindível este acesso.

No Brasil, as aplicações derivadas da tecnologia espacial atendem a um expressivo rol de necessidades nacionais, dentre estas: os serviços de comunicação; segurança de fronteiras; sensoriamento remoto; controle de desmatamento; identificação de reservas minerais etc.

O Programa Espacial Brasileiro consolidou institutos de pesquisa estatais, construiu infraestrutura básica para atender o desenvolvimento no setor espacial e, na medida de suas condições, empreende esforços tecnológicos no sentido de utilizá-la. Até mesmo, alcançou a certificação de um importante sistema completo, que utiliza o foguete de sondagem VSB-30, ainda não tendo sido realizada a transferência sua tecnologia para o parque industrial brasileiro. Além desse domínio tecnológico, outras tecnologias críticas de subsistemas de satélites já foram consolidadas e podem ser contratadas na indústria nacional.

No entanto, a capacidade de transferência tecnológica no Brasil é limitada. O parque industrial espacial brasileiro ainda é constituído, primordialmente, por pequenas e médias empresas, várias destas com capital misto, nacional e estrangeiro, que não conferem um nível mínimo de autossuficiência ao setor. Cabe ressaltar que parte dessas empresas não atuam exclusivamente no setor espacial.

Além desses avanços tecnológicos, permanece a vantagem competitiva da posição geográfica do Brasil, com relação à localização estratégica do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) no estado do Maranhão, destinado para lançamentos próximos da linha do Equador. Considerando as perspectivas futuras, existe uma nítida oportunidade para a exploração comercial de serviços de lançamento de satélites no Brasil. A localização desse Centro permite lançamentos em diversas direções, devido a sua proximidade com o plano do equador. Além disso, há garantia de maior segurança nessas operações, pois conta com regiões oceânicas a norte e a oeste.

A construção dessa infraestrutura no Norte do país tem também a expectativa de que o programa espacial promova desenvolvimento econômico-social na região de Alcântara/MA e em seu entorno, com conseqüente atração de empresas prestadoras de serviços de apoio aos lançamentos. Espera-se a geração de empregos qualificados, podendo também gerar arranjos produtivos com potencial desenvolvimento socioeconômico na região.

Apesar dessa conjunção positiva dos fatores relatados, ainda há uma série de desafios básicos a enfrentar em termos de avanços tecnológicos. Nesse contexto, no Programa Espacial Brasileiro os

investimentos são essencialmente governamentais com desenvolvimento tecnológico majoritariamente exercido no âmbito de institutos de pesquisa público, que gerenciam os contratos governamentais com a pequena indústria instalada. Para ampliar e consolidar a infraestrutura de desenvolvimento do setor espacial, esses investimentos deveriam alçar montantes mais elevados e serem estáveis, o que não tem se verificado. A instabilidade no fluxo de recursos do setor desmobiliza a indústria espacial nacional ainda em estado embrionário, que, mesmo sendo de pequeno porte, alcançou elevados patamares técnicos em determinadas tecnologias, empregando engenheiros capacitados na produção de câmeras ópticas, painéis solares, sistemas de propulsão, suprimento de energia, estruturas mecânicas, controle térmico e telecomunicações.

Em síntese, a participação da indústria nacional no desenvolvimento de foguetes, satélites e aplicações espaciais limita-se a contratos para atender aos projetos governamentais, sob a coordenação da AEB e execução pelo INPE (satélites) e pelo DCTA (foguetes de sondagem, veículos lançadores e centros de lançamento). Estes institutos de pesquisa, na prática, terminam por assumir o papel de “empresas integradoras dos sistemas espaciais”. No entanto, por serem órgãos públicos estão afetos aos marcos legais governamentais, de rigor jurídico altamente burocrático, que não conferem a mesma eficiência de gestão se com executados com executados por integradoras do regime da iniciativa privada.

Outra dificuldade que se estabelece quando se adota a coordenação de órgão públicos para gerir projetos afetos ao competitivo mercado do setor espacial é a morosidade na contratação de pessoal qualificado. Os projetos espaciais são de longa duração, precisam de agilidade não apenas para contratar especialistas, como também destinar proventos compatíveis com o alto nível de especialização desses recursos humanos. Ainda que se reconheça a relevância das instituições públicas envolvidas, estas seguem políticas públicas gerais que limitam seu crescimento ou adaptação ágil a realidade de mercado. Nos últimos anos, seus respectivos quadros de servidores vêm decrescendo.

Em 2012, um novo estímulo surgiu com a criação da empresa Visiona, que se constituiu como a primeira integradora nacional de sistemas espaciais. Essa iniciativa originou-se de parceria entre as empresas nacionais Embraer e Telebras, com a ambição de também liderar a inserção futura da indústria brasileira no mercado internacional. Atualmente, essa empresa já se encontra consolidada.

É nesse ambiente complexo, desafiador e competitivo que a AEB atua. E, apesar da sua lei de criação lhe impor a responsabilidade de formular e de coordenar a execução da política nacional de desenvolvimento do setor espacial, a Agência integra-se a uma cadeia de comando de governança federal complexa relativa ao sistema de decisões da área de ciência tecnologia e inovação, que estabelece ritmos decisórios nem sempre tão ágeis e eficientes quanto se espera de uma moderna nação competitiva no setor espacial.

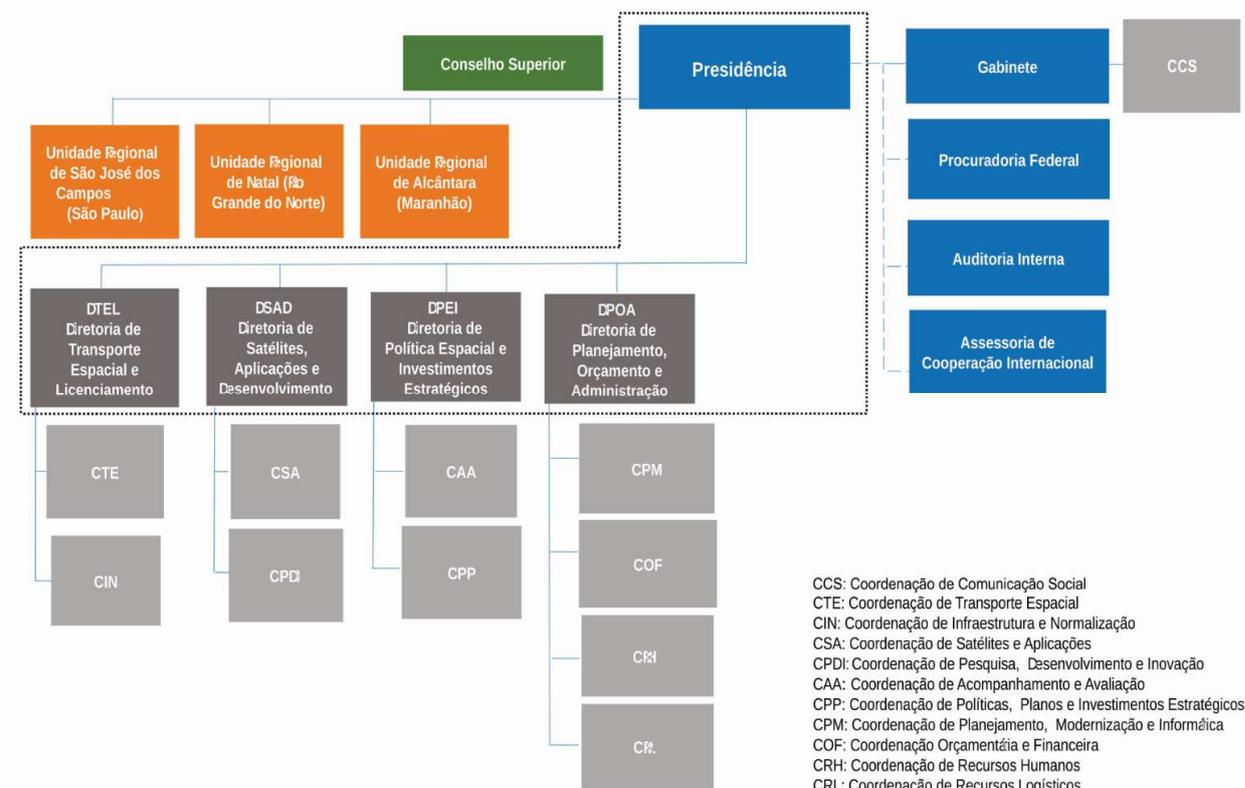
Em síntese, o grande desafio da AEB é o de exercer seu papel central e governamental, com a responsabilidade de conduzir e avançar a autonomia do país no desenvolvimento das tecnologias e aparatos espaciais, incluindo a captação de recursos materiais e humanos para que o setor espacial contribua efetivamente para a solução dos modernos problemas nacionais.

3.5. ORGANOGRAMA

Nesta seção é apresentada a estrutura orgânica da AEB e as principais funções das áreas relevantes da governança da unidade.

A estrutura organizacional da Agência foi aprovada pelo Decreto nº 8.868, de 4 de outubro de 2016, e é composta pela Presidência, órgãos de assistências direta e imediata ao Presidente da AEB, órgãos seccionais e específicos singulares, bem como unidades descentralizadas. O organograma está a seguir representado.

**Figura 1 – Organograma
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA**



Fonte: Agência Espacial Brasileira (AEB)

Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

O quadro a seguir destaca as áreas mais estratégicas da gestão da AEB onde são apresentadas as principais competências, os titulares e os respectivos períodos de atuação. No endereço eletrônico da Agência estão detalhadas as demais áreas (www.aeb.gov.br).

Quadro 3 – Informações sobre áreas estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas		Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Órgãos de Deliberação Superior	Presidência	Coordenar, supervisionar e administrar as ações e o patrimônio da AEB.	José Raimundo Braga Coelho	Presidente	1/1/2017 a 31/12/2017
	Conselho Superior	Apreciar propostas de atualização da PNDAE, para encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia; Deliberar sobre as diretrizes para execução da PNDAE aprovada pelo Presidente da República; Atuar na elaboração do PNAE, bem como de suas atualizações, e apreciar anualmente seu relatório de execução; Atuar na elaboração da proposta orçamentária anual da AEB; Appear as propostas de atos de organização e funcionamento do SINDAE; Appear acordos, contratos, convênios e outros instrumentos internacionais, no campo das atividades espaciais; Propor subsídios para a definição de posições brasileiras em negociações bilaterais e em foros internacionais, referentes a assuntos de interesse da área espacial; Aprovar diretrizes para o estabelecimento de normas e expedição de licenças e autorizações relativas às atividades espaciais; Opinar sobre projetos de leis, propostas de decretos e de outros instrumentos legais, relativos às atividades espaciais; e Deliberar sobre outras matérias.	Art. 6º do Decreto nº 8.868/2016	Não se aplica	Não se aplica
Órgãos Específicos Singulares	Diretoria de Política Espacial e Investimentos Estratégicos	Atuar na elaboração de propostas de atualização da PNDAE, na elaboração e na atualização do PNAE e de seu desdobramento em objetivos, metas e planos; Supervisionar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação dos projetos e das atividades do PNAE; Identificar e analisar oportunidades estratégicas de investimento no setor espacial e articular a captação de recursos para seu financiamento; e Coordenar estudos e análises pertinentes à área espacial.	Petrônio Noronha de Souza	Diretor	1/1/2017 a 31/12/2017
	Diretoria de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento	Implementar, coordenar e supervisionar os projetos e as atividades relativos a satélites espaciais, cargas úteis e suas aplicações e estimular a participação do setor produtivo na implementação dessas ações; Coordenar a transferência de tecnologia para o setor produtivo e a difusão dos produtos decorrentes de projetos e atividades de sua competência; Coordenar a integração de instituições de ensino e pesquisa nas ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica de interesse da área espacial; Coordenar a capacitação de recursos humanos para atuação em atividades espaciais; e Coordenar iniciativas de comercialização de bens e serviços espaciais de sua competência.	Carlos Alberto Gurgel Veras	Diretor	1/1/2017 a 31/12/2017
	Diretoria de Transporte Espacial e Licenciamento	Implementar, coordenar e supervisionar os projetos e as atividades relativos a foguetes, veículos lançadores e centros de lançamento e estimular a participação do setor produtivo na implementação dessas ações; Coordenar a transferência de tecnologia para o setor produtivo e a difusão dos produtos decorrentes de projetos e atividades de sua competência; Coordenar iniciativas de comercialização de bens e serviços espaciais de sua competência; Participar da elaboração e da aplicação de normas pertinentes às atividades espaciais; e Coordenar a concessão de licenças e autorizações relativas às atividades espaciais e a fiscalização dessas concessões e autorizações.	Marco Antônio Vieira de Rezende Ricardo Douglas Baia Lira Jaime Augusto da Silva	Diretor Diretor substituto Diretor substituto	1/1/2017 a 2/2/2017 3/2/2017 a 19/11/2017 20/11/2017 a 31/12/2017

Fonte: Divisão de Planejamento (DPLAN)

3.6. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

A AEB opera, prioritariamente, por meio da implementação de um conjunto de processos finalísticos e de apoio, estabelecidos em correspondência com as competências descritas no art. 3º da Lei nº 8.854/94, que criou a referida Autarquia, no art. 1º do Anexo I do Decreto nº 8.868/2016 e posteriores alterações, bem como por intermédio das atribuições regimentais das diversas unidades que compõem a sua estrutura organizacional.

Os trabalhos iniciados no exercício de 2017 visando a formulação do 1º ciclo estratégico da AEB resultaram na revisão dos seus macroprocessos finalísticos. Os quatro principais macroprocessos identificados estão relacionados com a razão da sua existência, a sua lei de criação, posteriores alterações e com os objetivos estratégicos recém instituídos.

Em razão da recém definição dos macroprocessos pela AEB, os principais insumos e fornecedores que concorrem para a sua execução serão objeto de estudo pelas áreas finalísticas da Autarquia.

No tocante aos principais parceiros externos, a AEB se relaciona institucionalmente com INPE, DCTA, MCTIC, MP, MD, MDIC, MF, MRE, Casa Civil da Presidência da República, CNPq, universidades e indústrias do setor espacial.

Os macroprocessos finalísticos, as competências legais correspondentes, os principais produtos e serviços, os principais clientes e responsáveis pela sua condução, dentro da estrutura organizacional formal da AEB, estão resumidos a seguir:

Quadro 4 – Macroprocessos Finalísticos da AEB

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Articulação institucional nacional e internacional no setor espacial	Competências dispostas nos seguintes incisos do Art. 3º da Lei nº 8.854/94, do Art. 1º do Anexo I do Decreto 8.868/2016: IV - promover o relacionamento com instituições congêneres no País e no exterior; V - analisar propostas, acordos e convênios internacionais, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores e com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com vistas à cooperação no campo das atividades espaciais e acompanhar a sua execução; VI - emitir pareceres relativos a questões ligadas às atividades espaciais que sejam objeto de análise e discussão nos foros internacionais e neles fazer-se representar, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores e com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; XI - articular a utilização conjunta de instalações técnicas espaciais, com vistas à integração dos meios disponíveis e à racionalização de recursos.	Relações institucionais promovidas; Propostas analisadas, acordos e convênios internacionais firmados; Pareceres emitidos; Representação internacional do Brasil em assuntos internacionais da área espacial.	Instituições nacionais e internacionais do setor espacial, públicas e privadas; Universidades e centros de pesquisa; Indústria, comércio e serviços.	A condução deste macroprocesso está a cargo das seguintes unidades: Presidência; ACI; DPEI.
Gerenciamento das atividades espaciais	Competências dispostas nos seguintes incisos do Art. 3º da Lei nº 8.854/94, do Art. 1º do Anexo I do Decreto 8.868/2016: I - executar e fazer executar a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais - PNDAE e propor as diretrizes e a implementação das ações dela decorrentes; II - propor a atualização da PNDAE e as diretrizes para a sua consecução; III - elaborar, atualizar, executar e fazer executar o Programa Nacional de Atividades Espaciais - PNAE e as respectivas propostas físicas e orçamentárias; XI - articular a utilização conjunta de instalações técnicas espaciais, com vistas à integração dos meios disponíveis e à racionalização de recursos.	Políticas, planos e programas executados; Diretrizes e planos de implementação propostos; Políticas atualizadas; Orçamento relacionado às suas competências elaborado.	Atores do setor espacial brasileiro; População brasileira.	A condução deste macroprocesso está a cargo das seguintes unidades: Presidência; DPEI; DSAD; DTEL; DPOA.
Promoção da pesquisa científica e do desenvolvimento tecnológico, industrial e econômico	Competências dispostas nos seguintes incisos do Art. 3º da Lei nº 8.854/94, do Art. 1º do Anexo I do Decreto 8.868/2016: VII - incentivar a participação de universidades e outras instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento nas atividades de interesse da área espacial; VIII - estimular a participação da iniciativa privada nas atividades espaciais; IX - estimular a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico nas atividades de interesse da área espacial; X - estimular o acesso das entidades nacionais aos conhecimentos obtidos no desenvolvimento das atividades espaciais, com vistas ao aprimoramento tecnológico; XII - identificar as possibilidades comerciais de utilização das tecnologias e as aplicações espaciais, com vistas ao estímulo das iniciativas empresariais na prestação de serviços e na produção de bens;	Ações no setor espacial que envolvam a academia e a área técnica implementadas; Ações que estimulem a iniciativa privada no setor espacial implementadas; Ações que estimulem P&D implementadas; Ações de facilitação de acesso às novas tecnologias espaciais por entidades nacionais implementadas; Estudos e projetos no setor espacial fomentados.	Sociedade brasileira.	A condução deste macroprocesso está a cargo das seguintes unidades: DSAD; DTEL; DPEI.
Elaboração de normas, emissão de licenças e autorizações aplicáveis no desenvolvimento das atividades espaciais	Competências dispostas nos seguintes incisos do Art. 3º da Lei nº 8.854/94, do Art. 1º do Anexo I do Decreto 8.868/2016: XIII - estabelecer normas e expedir licenças e autorizações relativas às atividades espaciais; XIV - aplicar as normas de qualidade e produtividade nas atividades espaciais;	Normas criadas; Licenças e autorizações emitidas.	Sociedade brasileira	A condução deste macroprocesso está a cargo das seguintes unidades: DTEL

Fonte: Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração (DPOA)

4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

Esta seção trata da forma como a AEB planeja sua atuação ao longo do tempo e do seu desempenho em relação aos objetivos e metas para o exercício de referência do relatório.

4.1. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

Este item visa a demonstrar como a AEB planejou sua atuação, quais as atividades executadas para atingir sua missão e quais foram os objetivos e as metas programados para o exercício 2017.

A Agência Espacial Brasileira foi criada pela Lei nº 8.854, de 10 de fevereiro de 1994. Entre suas competências, previstas no art. 3º está a de propor a atualização da Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE) e a de elaborar e atualizar o Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE). Tanto a PNDAE quanto o PNAE se constituem nos instrumentos de orientação e de planejamento de ações para o setor espacial, sendo o PNAE definido por períodos decenais.

A Lei nº 8.854/94 também estabelece em seu art. 4º que as atividades espaciais no Brasil serão organizadas de forma sistêmica, tendo a AEB a condição de órgão central desse referido sistema. Dessa forma, o Decreto nº 1.953, de 10 de julho de 1996 instituiu o Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (SINDAE), sendo composto além da AEB – como órgão central – pelo Instituto Nacional Pesquisas Espaciais (INPE) e Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), como principais braços executores do Programa, os centros de lançamento – Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI) e Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) – e o setor industrial.

A PNDAE, em vigor desde 1994, tem como objetivo geral promover a capacidade do país para, segundo conveniência e critérios próprios, utilizar os recursos e as técnicas espaciais na solução de problemas nacionais e em benefício da sociedade brasileira. Por sua vez, a última atualização do PNAE ocorreu em 2012, quando foi aprovada a versão para o período de 2012 a 2021. O PNAE compatibiliza sua implementação com o Programa Temático 2056, que trata da Política Espacial no âmbito do PPA 2016-2019, sob a responsabilidade do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), no período regulamentar de seus 4 (quatro) anos de planejamento federal.

Por conta da complexidade da governança instituída para o setor espacial, é reconhecida a necessidade da AEB dispor de um planejamento estratégico institucional próprio, que possa promover maiores ganhos de eficiência e eficácia na condução da política espacial como uma política pública.

É importante destacar também que, o planejamento estratégico na Administração Pública responde a imperativos legais. O governo federal e órgãos de controle publicaram recentemente normas e determinações para a implementação do planejamento estratégico institucional em órgãos e entidades públicas. Entre elas, está a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01, de 10 de maio de 2016, que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo federal, determina a criação de Comitê de Governança, Riscos e Controles, por intermédio do qual serão estabelecidas as políticas institucionais, bem como os instrumentos e mecanismos para garantir que os objetivos da organização sejam alcançados. O Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão TCU nº 2.941, de 04 de abril de 2017, também já havia determinado que a AEB formalizasse o seu planejamento estratégico até o dia 04 de abril de 2018 contemplando missão, visão, objetivos e cesta de indicadores estratégicos.

Nesse sentido, o Decreto nº 8.868, de 04 de outubro de 2016, que aprova a estrutura regimental e os cargos em comissão e funções de confiança da AEB, bem como a Portaria nº 4.893, de 23 de agosto de 2017, que aprova o regimento interno da autarquia, estabelecem como competência da DPOA a formulação, implantação e coordenação do processo de planejamento estratégico institucional.

Face ao exposto, a área de Modernização elaborou um plano de ação para dar início ao 1º Ciclo Estratégico da AEB, ainda no exercício de 2017. Tal ação demonstra o compromisso da autarquia com a profissionalização de sua estrutura e com o desenvolvimento de suas atividades perante os órgãos de controle e a sociedade brasileira.

4.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício

O 1º Ciclo Estratégico da AEB começou a ser implementado em 2017. A ferramenta escolhida para a realização desse processo é baseada na metodologia do BSC – *Balanced Scorecard*. Trata-se de um método que busca balancear quatro perspectivas em torno do desempenho de uma organização, com a finalidade de melhorá-la, considerando seus objetivos estratégicos e metas. As perspectivas tradicionais apresentadas pelos Professores Robert Kaplan e David Norton são denominadas: aprendizado e crescimento, financeiro, clientes e processos internos.

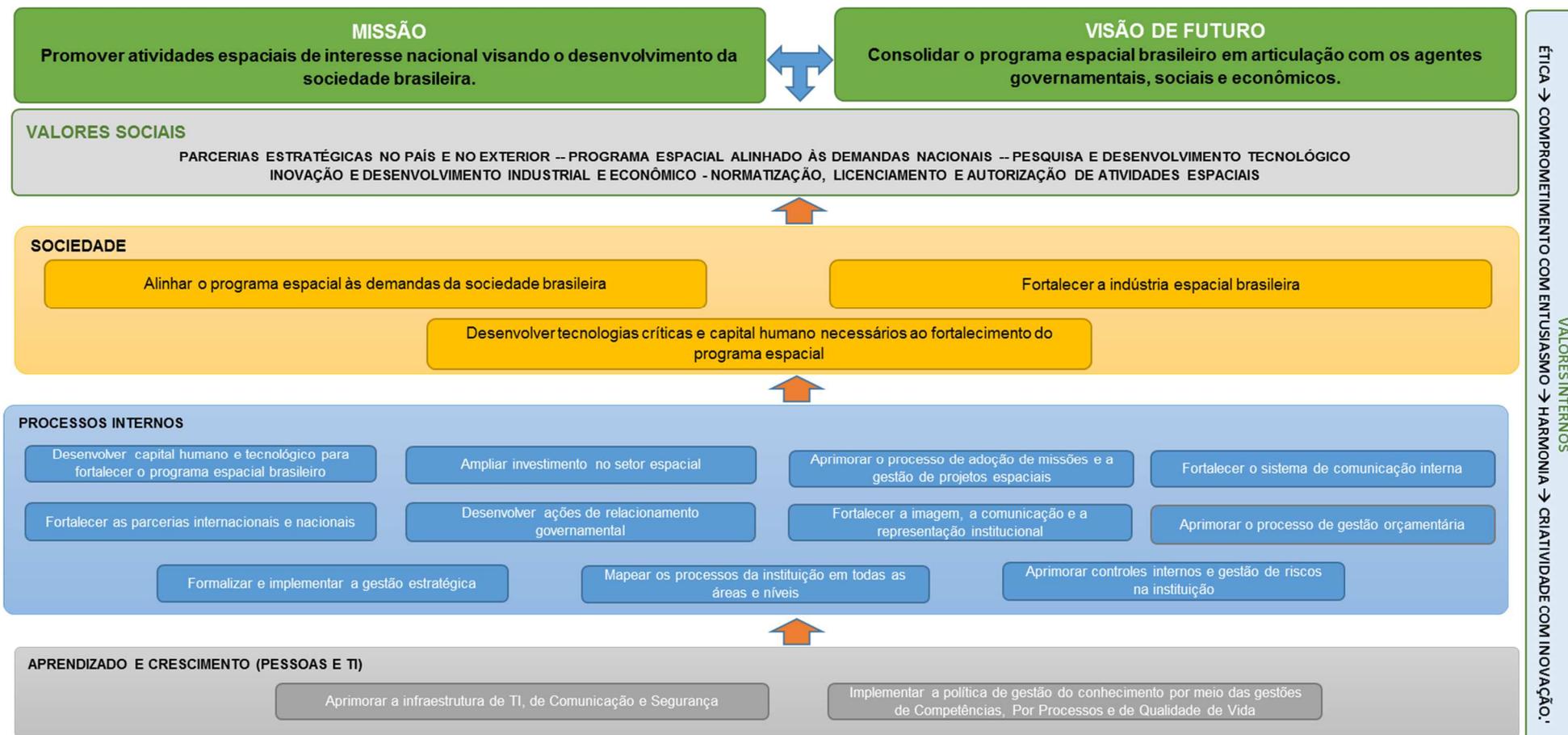
Nesse contexto, a AEB elaborou o seu Mapa Estratégico vinculando os 16 objetivos a três perspectivas, quais sejam:

- i) Sociedade (3 objetivos);*
- ii) Processos internos (11 objetivos);*
- iii) Aprendizado e crescimento (pessoas e TI – 2 objetivos).*

Ademais, as ações culminaram no estabelecimento de seus referenciais estratégicos: Missão, Visão, Valores Internos e Objetivos Estratégicos. A construção do mapa também gerou o rol de Valores Sociais da instituição.

A seguir é apresentado o mapa estratégico da AEB.

Figura 2 – Mapa Estratégico da Agência Espacial Brasileira (AEB)



Fonte: Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração (DPOA)

Para uma melhor compreensão, foi elaborado um glossário com a definição dos objetivos exibidos no Mapa Estratégico, relacionando-os com a respectiva perspectiva do BSC, conforme descrito a seguir:

Quadro 5 - Glossário – Objetivos Estratégicos

	Objetivo Estratégico	Descrição
Sociedade	Alinhar o programa espacial às demandas da sociedade brasileira	Este objetivo visa a identificação de demandas por meio da ampliação do debate entre demandantes e demandados – incluindo órgãos governamentais e não governamentais, instituições privadas e entes públicos, indústria, academia e demais atores sociais – a fim de subsidiar a tomada de decisão sobre a concepção e a implementação do Programa Espacial Brasileiro. A ideia do objetivo é construir um Programa Espacial cada vez mais aderente às necessidades da sociedade brasileira.
	Fortalecer a indústria espacial brasileira	Fomentar e promover a indústria espacial brasileira de modo a torná-la mais competitiva e aumentar sua participação nos mercados interno e externo.
	Desenvolver tecnologias críticas e capital humano necessários ao fortalecimento do programa espacial	Realizar o mapeamento das tecnologias críticas em consonância com as políticas em vigor para subsidiar a tomada de decisão e a elaboração e implementação de planos de desenvolvimento dessas tecnologias
Processos Internos	Desenvolver capital humano e tecnológico para fortalecer o programa espacial brasileiro	Desdobrar em nível de processos internos o objetivo “Desenvolver tecnologias críticas”. Abarca os diversos programas de capacitação de recursos humanos implementados pela AEB.
	Ampliar investimento no setor espacial	Prospectar e viabilizar novos arranjos, parcerias e fontes de financiamento, promovendo a ampliação dos investimentos no setor espacial.
	Aprimorar o processo de adoção de missões e a gestão de projetos espaciais	Estabelecer procedimento de adoção de missões (satélites, lançadores e centro de lançamento) e aperfeiçoar a gestão de projetos espaciais, aprimorando o acompanhamento junto aos órgãos do SINDAE.
	Fortalecer as parcerias internacionais e nacionais	Prospectar e implementar ações de interesses e objetivos comuns entre organizações ou países, em âmbito internacional e nacional.
	Desenvolver ações de relacionamento governamental	Estabelecer canais e mecanismos de articulação política, administrativa e técnica com organizações governamentais nos Poderes Legislativo e Executivo, nos níveis federal, estadual e municipal
	Fortalecer a imagem, a comunicação e a representação institucional	Aprimorar, por meio de ações de comunicação e de relacionamento institucional, a imagem da organização, de modo a ampliar o reconhecimento e a representatividade da AEB, tornando-a conhecida pela sociedade no desenvolvimento de suas competências legais.
	Fortalecer o sistema de comunicação interna	Implementar um plano de comunicação interna que favoreça ações de relações públicas, decisões de impacto e o trânsito de informações relevantes para a instituição
	Formalizar e implementar a gestão estratégica	Estruturar, formalizar e implantar a gestão estratégica na AEB, segundo a óptica da Administração Pública Federal.
	Mapear os processos da instituição em todas as áreas e níveis	Realizar o mapeamento dos processos da instituição de maneira a ter o fluxo e a descrição de todos eles em sistema bottom-up.
	Aprimorar controles internos e gestão de riscos na instituição	Estruturar e implantar o processo de controles internos e de gestão de riscos na instituição em área específica para tal, seguindo as melhores práticas da Administração Pública Federal.
Aprimorar o processo de gestão orçamentária	Aperfeiçoar o processo de gestão e planejamento da alocação de recursos, bem como de sua execução.	
Aprendizado e crescimento	Aprimorar a infraestrutura de TI, de Comunicação e de Segurança	Implementar ações que melhorem o conjunto de elementos de tecnologia da informação (hardware, software, tecnologia de gestão de dados, tecnologia de rede e serviços de tecnologia) e de segurança para atender às necessidades da instituição.
	Implementar a política de gestão do conhecimento por meio das gestões de Competência, Por Processos e de Qualidade de Vida	Implementar ferramentas que viabilizem a estruturação eficiente de tecnologias e processos que tenham por objeto criar, transferir e utilizar informações relevantes para a instituição e em consonância: mapear e implementar ações que permitam desenvolver os conhecimentos técnico, de habilidades e de ferramentas necessárias à consecução das atividades da instituição; implementar ações para viabilizar a gestão por processos e; desenhar e implementar políticas voltadas à ampliação do comprometimento profissional de servidores e colaboradores; estruturar política para desenvolvimento contínuo, e ações com foco na ampliação da percepção de valorização das pessoas.

Fonte: Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração (DPOA)

4.1.2. Estágio de implementação do planejamento estratégico

A preparação do 1º Ciclo Estratégico da AEB iniciou-se com um programa de capacitação de servidores da autarquia realizado junto à Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), entre os dias 14 de agosto e 06 de setembro de 2017, perfazendo um total de 72 horas, na qual foram treinados 30 (trinta) servidores em Gestão Estratégica, cuja composição segue abaixo:

- i)* Gestão Estratégica com uso do BSC; e
- ii)* Elaboração de Indicadores de Desempenho Institucional.

Os trabalhos foram iniciados em 14 de setembro de 2017 e, no dia 25 de setembro foi publicada a Portaria AEB nº 188, que instituiu a Equipe Desenvolvedora do 1º Ciclo de Gestão Estratégica.

O Plano de Trabalho do 1º Ciclo Estratégico da AEB é composto por três etapas:

1ª Etapa (concluída)

- a)* Definição da Missão institucional
 - Interpretação conjunta das competências da Agência
 - Definição dos valores sociais
 - Análise SWOT
- b)* Definição da Visão de Futuro
- c)* Definição dos Objetivos Gerais (Estratégicos)
- d)* Definição do período dos Ciclos Estratégicos

2ª Etapa (em andamento)

- a)* Definição dos Indicadores de Desempenho
 - Construção do Mapa Estratégico
 - Construção do Painel de Bordo que contará com a Definição de fatores críticos de sucesso, Indicadores de resultado e Indicadores de esforço
 - Construção dos Indicadores de Desempenho institucional que contará com Estabelecimento de metas, Estabelecimento de objetivos específicos e Definição de responsabilidades e metodologias de apuração

3ª Etapa (a ser iniciada)

- a)* Definição das Iniciativas Estratégicas
 - Definição de projetos Sistêmicos (Institucionais)
 - Definição de projetos Setoriais (Táticos específicos)
- b)* Criação do Plano de Comunicação
 - Estrutura de funcionamento do plano
 - Responsabilidades
 - Divulgação dos resultados do 1º Ciclo Estratégico internamente
 - Disponibilização dos resultados do 1º Ciclo Estratégico à sociedade
- c)* Definições finais da equipe desenvolvedora que contará com:
 - Ciclo de Reuniões de Avaliação Estratégica
 - Marco para início do 2º Ciclo Estratégico
 - Registro de lições aprendidas

A previsão para a conclusão dos trabalhos de elaboração do 1º Ciclo de Planejamento Estratégico é maio de 2018.

4.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

A Política Espacial está materializada na PNDAE, aprovada pelo Decreto nº 1.332/1994. Dela deriva o PNAE, hoje vigente para o período 2012-2021, que serve como instrumento de planejamento e programação para este período decenal.

Baseado no PNAE, foi criado o Programa Temático 2056 – Política Espacial no Plano Plurianual 2016-2019, que estabeleceu objetivos estratégicos específicos, com uma vertente orientada para o desenvolvimento e o domínio do conhecimento científico e tecnológico, necessários para a conquista da maior autonomia do país no setor, e outra voltada para o fortalecimento e a consolidação de uma base industrial no país, que contribua para o seu maior desenvolvimento econômico e social, com geração de empregos de alta qualificação.

O Mapa Estratégico da AEB demonstra que os seus elementos (Missão, Visão, Valores e Objetivos Estratégicos) estão em consonância com as competências da autarquia descritas na Lei nº 8.854/1994 e suas alterações, como também são compatíveis com os objetivos do Programa Temático Política Espacial do PPA 2016-2019.

4.2. FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E DOS RESULTADOS DOS PLANOS

Este item visa a informar como a AEB acompanha e monitora o cumprimento dos objetivos traçados em seus planos estratégico, tático e operacional para a geração de informações úteis à tomada de decisões.

O monitoramento da execução do Programa Temático 2056 – Política Espacial, no âmbito do PPA 2016-2019, e o acompanhamento da LOA, seguem as normas e orientações estabelecidas pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, tendo como instrumento principal de captação dos dados e informações o seu Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento (SIOP).

Em adição a esses mecanismos, a AEB, em nível interno, dispõe de instrumentos e mecanismos próprios de acompanhamento e monitoramento dos diversos projetos e atividades fomentados ou coordenados pelas diferentes unidades finalísticas do órgão, compreendendo, entre outros, reuniões técnicas e gerenciais, visitas técnicas, vídeo conferências, relatórios técnicos de execução, revisões de engenharia, e prestações de contas.

No que se refere ao planejamento estratégico da AEB, o acompanhamento e monitoramento do cumprimento dos objetivos traçados serão realizados por meio de uma metodologia para o estabelecimento de indicadores que irão compor um sistema de medição do desempenho institucional.

A metodologia, que está em fase de construção na autarquia, visa o monitoramento dos 20 objetivos definidos no Mapa Estratégico e consiste na elaboração do Mapa dos Indicadores de Desempenho Institucionais. Esse trabalho envolve prioritariamente as seguintes ações:

1. Definição da unidade administrativa responsável pelo indicador;
2. Estabelecimento do fator crítico de sucesso;
3. Determinação do indicador;
4. Fixação da meta a ser atingida pelo indicador;
5. Indicação da periodicidade de apuração do indicador;
6. Delimitação do prazo máximo de consolidação do indicador;
7. Determinação da responsabilidade pela apuração dos dados para o cálculo do indicador;
8. Indicação da fonte de dados e da metodologia de coleta dos mesmos;
9. Especificação da fórmula de cálculo do indicador.

A implementação de uma sistemática de monitoramento tem como finalidade aferir empiricamente o cumprimento das metas estabelecidas para os objetivos estratégicos, constituindo-se numa ferramenta de controle e apoio para a tomada de decisões estratégicas, táticas e operacionais no âmbito da Agência.

4.3. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

Esta seção tem por objetivo informar sobre a programação e execução do orçamento da AEB no exercício, bem como as eventuais dificuldades enfrentadas pela Agência na execução do orçamento.

4.3.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

A AEB está inserida no Programa Temático 2056 – Política Espacial participando dos objetivos 1108 – Promover o conhecimento científico e tecnológico, o capital humano e o domínio de tecnologias críticas para fortalecer o setor espacial; 0397 - Prover a capacidade de acesso ao espaço, por meio de veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial e 0702- Aperfeiçoar e ampliar a disponibilização de imagens, dados e serviços, em benefício da sociedade brasileira, por meio de missões espaciais utilizando satélites nacionais .

As ações orçamentárias, com seus resultados de execução físico e financeira no exercício de 2017, são apresentadas a seguir:

Ação 154L – Implementação do Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia no Âmbito do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC)

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	154L		Tipo: Projeto			
Título	Implementação do Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia no Âmbito do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC)					
Iniciativa	06SE - Implementação do Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia no Âmbito do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC).					
Objetivo	Promover o conhecimento científico e tecnológico, o capital humano e o domínio de tecnologias críticas para fortalecer o setor espacial.					Código: 1108
Programa	Política Espacial		Código: 2056		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	24205 – Agência Espacial Brasileira					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
35.934.935	2.000.000	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Contrato firmado	Unidade	9	9	5		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
14.352.893	6.289.995	0	Contrato firmado	Unidade	-	

Fonte: Sistema Integrado Planejamento e Orçamento (SIOP)

Esta Ação visa implementar, no âmbito da aquisição do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), o Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia (PATT), conforme Decreto nº 7.769/2012, que dispõe sobre a gestão do planejamento e da construção do referido satélite, bem como no Acordo de Transferência de Tecnologia Espacial, firmado em 31.01.2015, entre a AEB e a empresa Thales Alenia Space (TAS), responsável pela transferência, para empresas brasileiras ou entidades governamentais, das tecnologias relacionadas ao projeto, fabricação e operação de satélites.

No âmbito da absorção de tecnologia espacial associadas ao SGDC, nesse primeiro semestre de 2017, apenas um engenheiro permaneceu na França para acompanhar as atividades de Lançamento e Fase Inicial da Órbita (LEOP), tendo regressado ao Brasil em março, concluindo, assim, esta parte do PATT.

No âmbito da Transferência de Tecnologia, em 2017, foi dada continuidade à implementação dos cinco contratos tripartites (assinados entre a AEB, a TAS e as empresas brasileiras beneficiárias da transferência da tecnologia espacial) com recursos de restos a pagar. Os tópicos tecnológicos contratados com as empresas nacionais apoiadas são: Subsistema de Propulsão, com a empresa Fibraforte; Subsistema de Potência e Painéis Solares, com a empresa Orbital; Subsistema de Controle Térmico: Engenharia de Sistemas e Qualificação de Interfaces, com a empresa Equatorial; Estruturas Mecânicas para Cargas Úteis de Observação da Terra à Base de Fibra de Carbono, com a empresa Cenic; e Tecnologia de Componentes FPGA e ASIC para Aplicações Espaciais Embarcadas, com a empresa AEL.

A dotação aprovada para a ação 154L foi de R\$ 35.934.935. Esses recursos orçamentários não foram empenhados pela AEB. A dotação inicial disponibilizada nesta Ação deveria ser aplicada na contratação de um sexto tópico de transferência de tecnologia, previsto para ser contratado no segundo semestre de 2017. Em função das restrições impostas ao orçamento do Programa 2056, parte do limite da dotação orçamentária inicial desta Ação foi realocada para outros projetos prioritários da AEB, de maneira que a dotação remanescente não foi suficiente para o prosseguimento da contratação do novo tópico de transferência tecnológica, então postergado para 2018. O valor residual do limite de empenho foi repassado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia (FNDCT), para ser utilizado pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) para o pagamento de parcelas vincendas em 2017 dos contratos de subvenção econômica junto às empresas beneficiárias da transferência tecnológica.

Ação 20V0 – Desenvolvimento e Lançamento de Foguetes Suborbitais e de Veículos Lançadores de Satélites, com a Infraestrutura Associada

Identificação da Ação			
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial		
Código	20V0	Tipo: Atividade	
Título	Desenvolvimento e Lançamento de Foguetes Suborbitais e de Veículos Lançadores de Satélites, com a Infraestrutura Associada		
Iniciativa	No PPA 2016-2019 a conexão se dá por meio de Objetivo (PPA) e Ações (LOA). Logo a informação sobre a Iniciativa não precisa ser informada, devido à perda deste vínculo que existia com a ação nos PPA anteriores.		
Objetivo	Prover a capacidade de acesso ao espaço, por meio de veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial.	Código: 0397	
Programa	Política Espacial	Código: 2056	Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	24205 – Agência Espacial Brasileira		
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras		
Lei Orçamentária do exercício			
Execução Orçamentária e Financeira			
Dotação	Despesa		Restos a Pagar do exercício

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
50.711.714	37.605.870	37.490.330	8.774.385	8.622.596	151.789	28.715.945
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Projeto apoiado	Unidade	11	11	8		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
21.882.816	17.787.684	100.842	Projeto apoiado	Unidade	-	

Fonte: Sistema Integrado Planejamento e Orçamento (SIOP)

Esta ação visa o domínio do acesso ao espaço pelo país, por meio do apoio à execução das atividades relacionadas ao desenvolvimento de sistemas e subsistemas de veículos lançadores executados pelo Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE) sob a coordenação da AEB, envolvendo foguetes suborbitais e lançadores e infraestrutura associada aos Institutos e Centros de Lançamento e também apoio a implantação e operação do sistema de normalização, regulamentação e avaliação de conformidade para o setor espacial.

Em 2017, a execução dos recursos desta ação ocorreu, majoritariamente, por meio de Termos de Execução Descentralizada (TED) celebrados com o DCTA (Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial) e executados pelo IAE (Instituto de Aeronáutica e Espaço), pelo Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), pelo Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI) e pelo Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI). O acompanhamento da execução do TED é realizado mediante envio pelos órgãos executores, dos relatórios parciais de acompanhamento trimestrais da execução física e financeira das etapas previstas nos planos de trabalho.

O contingenciamento, estabelecido pelo Decreto nº 9.018 de março de 2017, resultou no redimensionamento do orçamento de uma dotação inicial (Custeio=R\$ 15.917.827 e Capital = R\$ 34.793.887) para uma dotação atualizada (Custeio = R\$ 12.783.111 e Capital = R\$ 24.822.759), uma redução de aproximadamente 26% do orçamento. Os ajustes foram assim distribuídos:

- No Plano Orçamentário 0001 referente ao desenvolvimento e lançamento de foguetes suborbitais, o redimensionamento do orçamento foi de uma dotação inicial no valor de R\$ 2.375.913 para uma dotação atualizada no valor de R\$ 2.224.001, uma redução de aproximadamente 6%.
- No Plano Orçamentário 0002 referente ao desenvolvimento e lançamento de veículos lançadores de satélites da série VLS-1, o redimensionamento do orçamento foi de uma dotação inicial no valor de R\$ 97.888 para uma dotação atualizada no valor de R\$ 17.296, uma redução de aproximadamente 82%.
- No Plano Orçamentário 0003 referente ao desenvolvimento e lançamento de veículos lançadores de microssatélites VLM-1, o redimensionamento do orçamento foi de uma dotação inicial no valor de R\$ 34.954.100 para uma dotação atualizada no valor de R\$ 23.034.936, uma redução de aproximadamente 34%.
- No Plano Orçamentário 0006, referente ao funcionamento e atualização de infraestrutura de apoio a veículos espaciais, o redimensionamento do orçamento foi de uma dotação inicial no valor de R\$ 12.294.370 para uma dotação atualizada no valor de R\$ 12.124.038, uma redução de aproximadamente 1,4%.
- No Plano Orçamentário 0007, referente a implantação e operação do sistema de metrologia, normalização e certificação para a área espacial, o redimensionamento do

orçamento foi de uma dotação inicial no valor de R\$ 989.443 para uma dotação atualizada no valor de R\$ 205.599, uma redução de aproximadamente 79%.

Apesar do contingenciamento, dos 11 projetos planejados, foi possível, mesmo com dificuldades, apoiar os seguintes projetos ou atividades no ano de 2017: VLM-1, Certificação das atividades espaciais, Infraestrutura do CLA, Infraestrutura do CLBI, Infraestrutura do IAE, Lançamentos do VSB-30 (Operação MAPHEUS e MAIUS) e VLS-1.

A seguir, são destacadas algumas atividades realizadas em 2017:

- Aquisição de componentes de bordo para novas redes elétricas dos veículos espaciais suborbitais de três estágios;
- Criação e aporte de um R\$ 1.000.000 ao convênio para apoio ao desenvolvimento de atividades relacionadas a veículos suborbitais (duração de 28 meses), o que garante o lançamento do Veículo Suborbital VS-30 da Operação Mutiti em 2018.
- Conclusão do documento de encerramento do projeto VLS-1, ressalta-se que os esforços agora, estão direcionados para o projeto VLM-1.
- Apoio as campanhas de Revisão Preliminar do Projeto do Veículo (PDR/VS-50) e do acompanhamento às atividades do projeto CASSIS;
- Aporte de R\$ 21.944.676 para o convênio do VLM-1 via fundação de apoio a P&D.
- Com relação a manutenção da infraestrutura do IAE, das 9 etapas/fases planejadas, 1 foi finalizada e 6 executadas parcialmente;
- No que tange a infraestrutura do CLA, das 25 etapas inicialmente planejadas, 2 foram finalizadas e 17 executadas parcialmente;
- Na infraestrutura do CLBI, das 6 etapas inicialmente planejadas, 1 foi finalizada e 5 foram executadas parcialmente.
- Participação na reunião do Grupo de Interfaces de Lançamento (GIL), realizada no CLA e em reuniões da PDR do motor S50 e VLM-1;
- Participação na 27ª Reunião Plenária ISO/TC20/SC14 na França; e
- Modernização do Laboratório de Medições Eletromagnéticas com a aquisição de um gerador e amplificador de sinais de baixa frequência no valor de R\$ 95.000.

Ação 20VB – Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para o Setor Espacial

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	20VB		Tipo: Atividade			
Título	Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para o Setor Espacial					
Iniciativa	No PPA 2016-2019 a conexão se dá por meio de Objetivo (PPA) e Ações (LOA). Logo a informação sobre a Iniciativa não precisa ser informada, devido à perda deste vínculo que existia com a ação nos PPA anteriores.					
Objetivo	Promover o conhecimento científico e tecnológico, o capital humano e o domínio de tecnologias críticas para fortalecer o setor espacial.				Código: 1108	
Programa	Política Espacial		Código: 2056		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	24205 – Agência Espacial Brasileira					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
30.395.530	8.728.008	7.845.737	4.129.533	4.116.687	12.846	3.716.204
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida		Meta			

		Prevista	Reprogramada	Realizada	
Projeto apoiado	Unidade	9	9	7	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
5.372.116	8.565.002	296.379	Projeto apoiado	Unidade	2

Fonte: Sistema Integrado Planejamento e Orçamento (SIOP)

A dotação aprovada para esta ação foi de R\$ 30.395.530, sendo a dotação final autorizada, R\$ 8.728.008. O montante empenhado foi R\$ 7.845.737, correspondendo a 89,89% do valor total autorizado. Desse valor, foram pagos 52,47% do total empenhado.

Esta ação orçamentária apoia as atividades e projetos inovadores que visam o desenvolvimento e ampliação do conhecimento das ciências espaciais, tecnologias críticas e de competências para possibilitar ao país o uso autônomo das aplicações espaciais e o avanço da ciência, tecnologia e inovação, com crescente participação da indústria nacional.

Com vistas a apoiar a formação e manutenção de capital humano (PO 0007), em 2017, a AEB celebrou um termo de fomento para a execução de projeto educacional vinculado às ações de formação de Recursos Humanos, desenvolvimento de ações pedagógicas e de material didático e institucional visando a divulgação das ciências espaciais no âmbito da Plataforma E2T (Espaço, Educação e Tecnologia), tendo um dos projetos da plataforma inaugurado nesse mesmo ano, chamado Centro Vocacional Tecnológico Espacial (CVT-Espacial).

No tocante ao desenvolvimento de plataformas e subsistemas de satélites de pequeno porte, a AEB buscou dar continuidade, também pela plataforma E2T (associando o desenvolvimento de tecnologias com a capacitação de recursos humanos), ao programa SERPENS (Sistema Espacial para Realização de Pesquisa e Experimentos com Nanossatélites). Em 2017, o desenvolvimento do nanossatélite Serpens-2 foi impossibilitado pelo contingenciamento de recursos. Apesar da falta de recursos financeiros, a Agência manteve diálogo com grupos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) interessados em viabilizar futuros projetos de pequenos satélites.

Em relação ao desenvolvimento de tecnologias críticas na área de veículos lançadores (PO 0004), os principais resultados são no avanço do desenvolvimento direcionado ao motor foguete a propelente líquido de 7,5 toneladas de empuxo (L75), e no desenvolvimento de tecnologias críticas em apoio ao desenvolvimento do projeto Veículo Lançador de Microssatélites (VLM-1). Destaca-se a conclusão da fase de desenvolvimento, fabricação e testes do inicial do L75 e a continuidade do desenvolvimento do Sistema de Navegação e Controle (SISNAC).

Já para o desenvolvimento de tecnologias associadas a satélites e aplicações foram desenvolvidos produtos e processos inovadores (PO 0003) incluindo a qualificação de propelentes para propulsão de satélites, computação científica para física espacial, eletrônica embarcada e tratamento de superfícies para aplicações em componentes de satélites. Obteve-se em 2017 também, avanços tecnológicos e a consolidação de uma plataforma para integração de dados, conhecimentos e tecnologias voltadas à elaboração de produtos para aplicações de imagens de satélites e dados espaciais (PO 000A). Ainda no desenvolvimento de tecnologias, executou-se projetos de pesquisas e desenvolvimento que possibilitam o aprimoramento e o avanço de subsistemas de satélites (PO 000B), tendo como referência as tecnologias identificadas como estado da arte, para atender adequadamente às necessidades das futuras missões do Programa Espacial Brasileiro.

Na área de ciências espaciais (PO 0009), obteve-se desenvolvimento de pesquisa aplicada e desenvolvimento instrumental para atuar na fronteira do conhecimento científico e tecnológico a serviço do país, gerando um grande número de publicações desenvolvidas por estas áreas do conhecimento. Associado a esses desenvolvimentos, deu-se a continuidade das atividades de coleta

de dados e a manutenção do sistema de observação em Clima Espacial, que realizam o modelamento de processos do sistema Sol-Terra em escala espacial, global e regional (PO 0008). No bojo dessas atividades, são investigados os fenômenos físicos que impactam o clima espacial e são de interesse nacional e global, subsidiando com dados em tempo real órgãos governamentais, empresas públicas e privadas, na avaliação de riscos aos sistemas tecnológicos.

Quanto à Meta Física global da ação para o ano de 2017, foram observados apenas aqueles projetos que receberam apoio dos Planos Orçamentários (elencados acima) que efetivamente liquidaram parcelas de sua dotação da LOA 2017.

Ação 20VC – Desenvolvimento, Lançamento e Operação de Satélites, com a Infraestrutura Associada

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	20VB		Tipo: Atividade			
Título	Desenvolvimento, Lançamento e Operação de Satélites, com a Infraestrutura Associada					
Iniciativa	No PPA 2016-2019 a conexão se dá por meio de Objetivo (PPA) e Ações (LOA). Logo a informação sobre a Iniciativa não precisa ser informada, devido à perda deste vínculo que existia com a ação nos PPA anteriores.					
Objetivo	Aperfeiçoar e ampliar a disponibilização de imagens, dados e serviços, em benefício da sociedade brasileira, por meio de missões espaciais utilizando satélites nacionais.				Código: 0702	
Programa	Política Espacial		Código: 2056		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	24205 – Agência Espacial Brasileira					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
140.764.465	101.442.937	89.415.237	52.151.082	46.653.666	5.497.415	37.264.156
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Projeto apoiado	Unidade	9	9	6		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
16.750.671	23.882.127	53.543	Projeto apoiado	Unidade	-	

Fonte: Sistema Integrado Planejamento e Orçamento (SIOP)

A dotação aprovada para esta ação foi de R\$ 140.764.465, sendo a dotação final autorizada, R\$ 101.442.937. O montante empenhado foi R\$ 89.415.237, correspondendo a 88,14% do valor total autorizado. Desse valor, foram pagos 52,17% do total empenhado.

Essa ação visa à concepção, desenvolvimento, integração, testes e lançamento de satélites para a realização de missões espaciais de observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas, que contribuam para a solução de problemas nacionais, para o desenvolvimento de tecnologia, para a capacitação industrial e para o avanço do conhecimento científico e tecnológico. Dentro desse contexto, tendo em conta o cenário de significativas restrições orçamentárias e limites aplicados ao longo do ano de 2017, foi priorizado o desenvolvimento dos satélites da série CBERS (PO 000B) e Amazonia (PO 0005), cuja operacionalização representam Metas do PPA vigente.

Não obstante, esta ação assegurou o apoio às atividades referentes à manutenção operacional do Laboratório de Integração e Testes (LIT) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) (PO

0001), à manutenção da alta disponibilidade da infraestrutura do Centro de Rastreamento e Controle (CRC) (PO 0006), assim como dos sistemas de recepção, armazenamento, processamento e distribuição de dados de satélites (PO 000D). No tocante a novas missões espaciais de interesse da sociedade (além dos já citados satélites da série CBERS e Amazonia), apesar da realidade econômica não ter permitido que ocorressem avanços significativos, a Missão EQUARS (*Equatorial Atmosphere Research Satellite*) (PO 0002), que necessitava de redimensionamento para se adequar a atual realidade financeira nacional, foi rediscutida com ajustes de seu embasamento científico e tecnológico em seu primeiro evento oficial (MDR – *Mission Definition Review*) junto à Agência Espacial Brasileira para produzir a documentação preliminar da definição de sua Missão.

Com respeito à aplicação dos recursos para atingimento das Metas definidas para o Objetivo ao qual pertence essa Ação, na série de satélites CBERS, no ano de 2017 o satélite CBERS-4A deu sequência aos preparativos realizados em 2016 e iniciou as atividades de montagem do satélite. Adicionalmente, durante a 13ª reunião de JPC (sigla em inglês para Comitê Conjunto do Programa CBERS), ocorrida em 2017, Brasil e China, em vista das circunstâncias atuais do projeto, decidiram reprogramar o lançamento do satélite para o primeiro semestre de 2019. Já na série Amazonia, no ano de 2017, o satélite Amazonia-1 teve como principais atividades concluídas a aquisição e disponibilização de sistemas necessários à integração do satélite e a realização da revisão crítica de projeto do subsistema Controle Térmico. Pode-se afirmar que o satélite Amazonia-1 tem seu desenvolvimento com bom andamento, tendo como principal desafio para sua colocação em órbita a disponibilidade orçamentária para a contratação do serviço de lançamento.

Quanto à Execução Física global da ação, para o exercício de 2017 foram contabilizados apenas aqueles projetos que receberam apoio dos Planos Orçamentários (citados acima) que efetivamente liquidaram parcelas de sua dotação da LOA 2017. Os projetos que não foram apoiados representam iniciativas que, face às dificuldades financeiras e orçamentárias dos últimos anos, não puderam ser implementadas de imediato e aguardam momento mais favorável para sua readequação e retomada

Ação 7F40 – Implantação do Centro Espacial de Alcântara – CEA

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	7F40		Tipo: Projeto			
Título	Implantação do Centro Espacial de Alcântara - CEA					
Iniciativa	05H6 - Implantação e modernização dos Sistemas Operacionais e de Apoio Operacional de lançamento do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI).					
Objetivo	Prover a capacidade de acesso ao espaço, por meio de veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial					Código: 0397
Programa	Política Espacial		Código: 2056		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	24205 – Agência Espacial Brasileira					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7.180.000	3.007.204	3.007.204	2.097.760	2.097.760	0	909.444
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Infraestrutura implantada	Percentual de execução física	1	1	0		

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
6.607.628	4.287.997	7.328.021	Infraestrutura implantada	Percentual de execução física	-

Fonte: Sistema Integrado Planejamento e Orçamento (SIOP)

O projeto de implantação do Centro Espacial no município de Alcântara (CEA) teve início em janeiro de 2009 com custo total estimado em R\$ 825.311.455. Esse projeto tem como premissa estabelecer uma infraestrutura moderna de sítio de lançamento de foguetes para apoiar os projetos governamentais previstos no Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), em especial aqueles que visem a exploração desses serviços em bases comerciais.

Para colaborar com essa finalidade, a ação 7F40 foi criada para apoiar a implantação da infraestrutura geral (Conjunto de instalações e facilidades que podem apoiar, indistintamente, vários sítios de lançamento) para os Centros de Lançamento de Alcântara (CLA) e da Barreira do Inferno (CLBI), contemplando também medidas sociais e ambientais compensatórias, estabelecidas pelos órgãos de licenciamento ambiental, em favor das comunidades locais residentes na região. Com a execução do empreendimento de comercialização de serviços de lançamento, conduzido pela Empresa Binacional Alcântara Cyclone Space (ACS), foi induzida uma maior celeridade na expansão e modernização por meio de obras complementares, da infraestrutura geral do CLA e do CLBI, de modo a capacitá-los para prestar serviços de lançamentos comerciais nos padrões estabelecidos internacionalmente.

Nesse contexto, desde 2009, os recursos orçamentários aplicados tanto no CLA, quanto no CLBI, contribuíram de forma significativa para a atualização e modernização dos seus Sistemas Operacionais, bem como na melhoria da infraestrutura geral, cujo inventário e listagem de suas realizações foram publicados em 2016, nos relatórios de avanço dos Objetivos e Metas e Iniciativas do PPA 2012-2015. Em 2015, o Governo Federal constatou um desequilíbrio tecnológico-comercial na relação entre as partes brasileira e ucraniana do “Tratado de Cooperação de Longo Prazo na Utilização do Veículo de Lançamentos Cyclone-4”, no CLA, assinado com a Ucrânia em 2003 e editou o Decreto Nº 8.494, de 24 de julho de 2015 que denunciou o referido Tratado, sendo necessário dar início ao processo de dissolução da empresa ACS. Resumidamente, a execução orçamentária dos recursos da ação 7F40 totalizou, de 2009 a 2017, cerca de 298 milhões de reais, que representou um avanço de, aproximadamente, 36% do montante da estimativa inicial para sua completa finalização.

A estimativa orçamentária inicial para a ação 7F40 levava em consideração a necessidade e implantação dos objetivos previamente descritos. Uma vez que o cenário mudou, a partir da denúncia do Tratado, a AEB iniciou um estudo para revisão do projeto de implantação do CEA de forma a realinhá-lo às expectativas do Programa Espacial Brasileiro.

Em respeito ao monitoramento da LOA, o produto foi definido como sendo a infraestrutura implantada e a unidade de medida como sendo o percentual de execução física. Para cálculo da meta física, foi adotado que a execução física será medida pelo valor liquidado no ano enquanto o produto infraestrutura implantada foi definido como sendo o valor total previsto para ação, ou seja, R\$ 825.311.455,00. Logo, a meta física será dada pelo valor resultante da divisão do valor liquidado no ano pelo valor total previsto para ação, representando, portanto, uma medida indireta do percentual de execução física.

O contingenciamento estabelecido pelo Decreto nº 9.018/2017, resultou no redimensionamento do orçamento de uma dotação inicial no valor de R\$ 7.180.000 para uma dotação atualizada no valor de R\$ 3.007.204 uma redução de aproximadamente 58% do orçamento.

Em relação a execução, observa-se que foi liquidado R\$ 2.097.760 dos R\$ 3.007.204 disponibilizados. O valor do restante de recursos foi empenhado e inscrito em restos a pagar para

2018. Com isso, o indicador de infraestrutura implantada atingiu o índice de 0,25% ante os 2% planejados.

Em 2017, a execução dos recursos desta ação ocorreu, majoritariamente, por meio de Termos de Execução Descentralizada (TED) celebrados com o DCTA (Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial) e executados pelo CLA.

Com exceção das etapas 1 e 2, outras etapas previstas para 2017 no plano de trabalho do TED não foram executadas por falta de orçamento. Todas as etapas que não foram executadas em 2017 foram postergadas para 2018.

Das doze etapas previstas no plano de trabalho de 2017, 8 não foram executadas devido ao contingenciamento e quatro foram executadas, estas que estão listadas a seguir:

- Etapa 3: Execução da obra complementar de implantação da rede preventiva de combate ao incêndio do Setor de Preparação e Lançamento (SPL);
- Etapa 9: Execução de obra complementar de modernização e revitalização do atracadouro do CLA;
- Etapa 10: Execução de obra complementar de modernização e revitalização do sistema de armazenagem de combustível e adequação da seção de transportes; e
- Etapa 11: Execução de obra complementar da base e do abrigo de concreto para a nova antena de telemédias banda S.

Ações não previstas na LOA do exercício – Restos a pagar não processados - OFSS

Os quadros a seguir apresentam informações sobre ações de Restos a Pagar não previstas na LOA do exercício 2017:

Identificação da Ação					
Código	10ZJ		Tipo: Projeto		
Título	Desenvolvimento do Satélite AMAZONIA-1				
Iniciativa	02NG – Desenvolvimento do Satélite Amazonia-1				
Objetivo	Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico.				Código: 0702
Programa	Política Espacial		Código: 2056	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	24205 – Agência Espacial Brasileira				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
2.929.396,54	-	-	Satélite desenvolvido	Percentual de execução física	-

Fonte: INPE

4.3.2. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Comparando os orçamentos das agências espaciais dos países pertencentes ao grupo dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), o Brasil investiu recursos da ordem de US\$ 46 milhões em 2017, enquanto que outros investiram cifras na casa de bilhões de dólares, tais como a Rússia (US\$ 5,4 bi), China (US\$ 3,4 bi) e Índia (US\$ 1,1 bi), segundo o relatório Space Report 2016 da Space Foundation, que apresenta os dados referentes a 2015.

Outra observação internacional mais efetiva, considerada passível de comparação, trata-se do investimento feito pelo país vizinho, a Argentina. O investimento estatal da Argentina, saltou de US\$ 100 milhões para US\$ 1,2 bilhão anuais entre 2008 e 2013. Segundo o Ministério da Fazenda

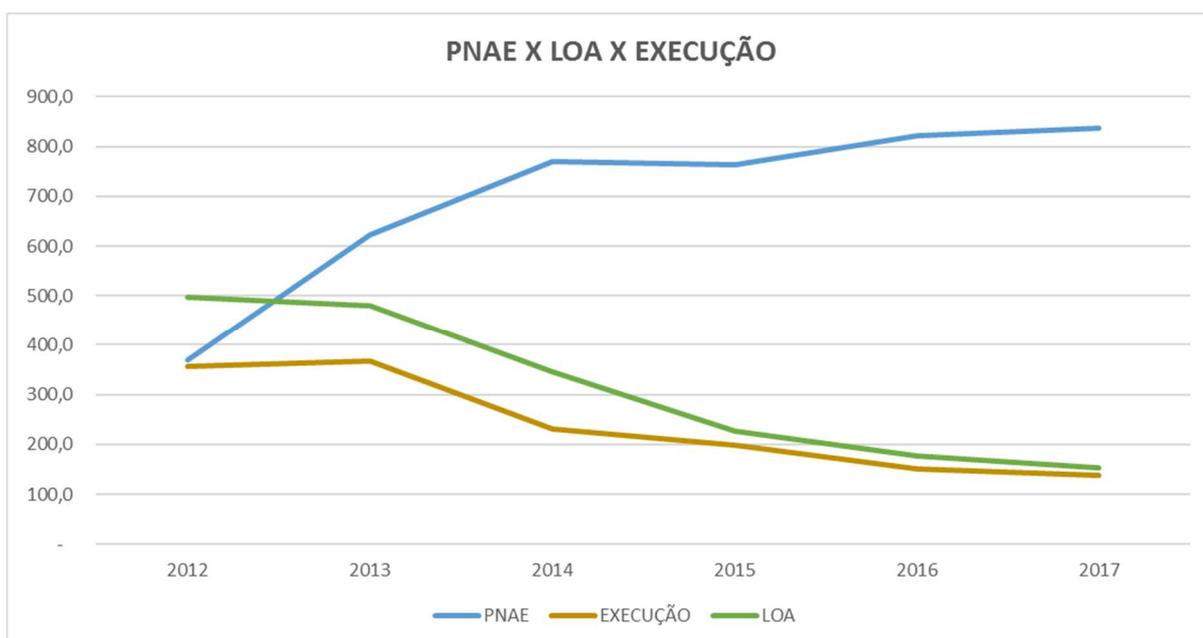
Argentino, apenas a Agência Espacial Argentina (CONAE) teve um orçamento de U\$ 180 milhões, contra os U\$ 46 milhões da Agência Espacial Brasileira para o mesmo período.

Essa visão é corroborada pelo TCU, conforme voto do Ministro Marcos Bemquerer Costa, relatado no processo nº TC 016.582/2016-0:

O Brasil, em nível de investimentos no setor, está aquém de diversos outros países, como, por exemplo, Rússia, Índia e China, conforme identificado no Levantamento. Dentre as consequências do baixo nível de investimento, a unidade técnica relacionou a incapacidade de o setor espacial nacional manter um parque industrial sólido e competitivo e de se inserir na “economia do espaço.”

O orçamento previsto no PNAE 2012-2021 teve como referência o montante realizado em 2012, R\$ 496,8 milhões, que inclui a participação na Binacional Alcântara Cyclone Space (ACS). No entanto, o orçamento do Programa Temático 2056 (Política Espacial) para o ano de 2016, alcançou o valor de apenas R\$ 159 milhões.

Gráfico 1 – Comparativo entre PNAE, LOA e execução da AEB



Fonte: Tesouro Gerencial, PNAE 2012-2021

Os sucessivos contingenciamentos orçamentários e financeiros, verificados ao longo de vários anos, continuam prejudicando a execução do programa. Há necessidade também de recomposição dos quadros de especialistas, não só na Agência Espacial Brasileira (AEB), como também nas principais instituições de pesquisas espaciais no país (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE/MCTIC, e Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial – DCTA/MD).

Ainda quanto à perda de importância do setor espacial, o Voto do Relator no processo nº. TC 016.582/2016-0, conclui:

“29. Concordo, portanto, que o programa espacial brasileiro requer o aperfeiçoamento do modelo do sistema e o fortalecimento do papel do seu principal órgão superior de coordenação. ...”

Permanece necessária, a revisão do marco legal para o setor, em especial a legislação que trata de licitações e contratos governamentais, que não é a mais adequada para a contratação de projetos que envolvam desenvolvimentos tecnológicos e os riscos a eles associados. Os casos de pareceres jurídicos que impõe imensas dificuldades para a execução dos projetos de pesquisa e desenvolvimento são recorrentes, bem como dos projetos de construção dos sistemas espaciais

nacionais, sem a exata compreensão dos riscos envolvidos na compra de serviços e produtos que envolvam o desenvolvimento e a pesquisa de materiais e técnicas nunca antes testadas no país.

Tais amarras legais trazem uma inconstância na demanda por ativos espaciais, o que representa uma característica de crises cíclicas na indústria espacial brasileira, que tem levado empresas desta área a encerrarem suas atividades no setor.

Em um ano com forte ajuste fiscal, a AEB teve uma redução de 44% do seu orçamento, por força do Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017, e suas alterações posteriores.

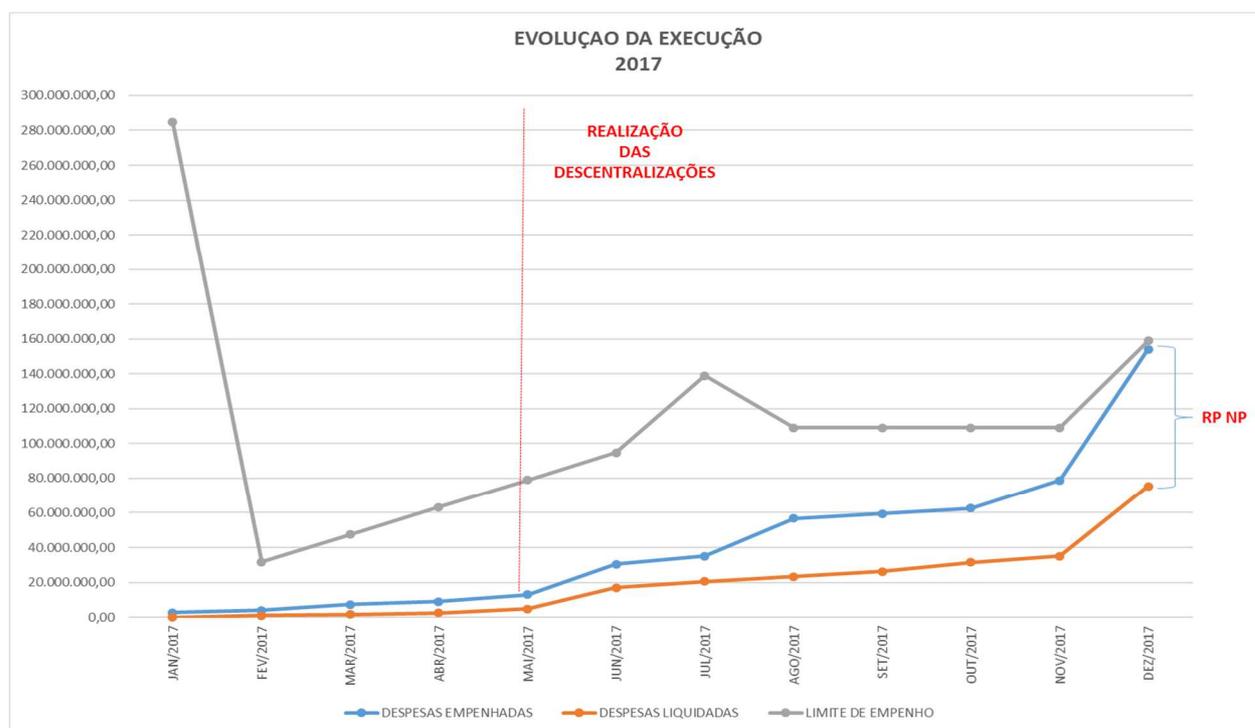
O ano foi marcado pela atipicidade da execução orçamentária, com bloqueio de créditos disponíveis pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e decisões de gestão tomadas pelo órgão superior, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC). Tendo em vista os diferentes limites concedidos ao longo dos meses e o bloqueio de créditos disponíveis, houve um prejuízo ao planejamento, decorrentes dessas decisões, mais contundente do que o próprio contingenciamento imposto.

Em tratativas no início do ano, a AEB expôs ao Ministério que não dispunha de um espaço fiscal razoável para absorção linear do contingenciamento de 44% imposto ao MCTIC. Diante do exposto, o MCTIC definiu que o limite de empenho desta Agência seria mais brando, da ordem de R\$ 213 milhões, o que representaria um contingenciamento de 25%. Contudo, em nenhum momento do ano, o orçamento da Agência alcançou este montante.

Parte da indisponibilidade dos R\$ 213 milhões foi também causada pela baixa execução da AEB em razão da assinatura tardia dos Termos de Execução Orçamentária (TEDs), ocorrida em meados de abril. Cabe, neste ponto, ressaltar que a AEB executou R\$ 141 milhões por meio de descentralização de recursos, o que corresponde à 89,8% do limite de empenho concedido. Característica do órgão cuja atuação equivale a uma Agência Executiva.

Abaixo, apresenta-se o relacionamento entre os diferentes limites concedidos ao longo do exercício e a execução orçamentária da AEB:

Gráfico 2 – Evolução da Execução da AEB



Fonte: Tesouro Gerencial e SIAFI

OBS: RPNP - Restos a pagar não processados

A AEB teve, entre fevereiro e junho de 2017, um limite orçamentário baseado em metodologia similar ao duodécimo constitucional¹ exigido quando da não aprovação da lei orçamentária anual do exercício, diferenciando-se apenas no tratamento dos gastos de capital, também repassados mensalmente na proporção de 1/18 do orçamento anual previsto.

O montante dos investimentos que precisariam ser contínuos, estáveis e crescentes, não atenderam à natureza dos projetos espaciais, que têm características de longo prazo de desenvolvimento com pagamento em parcela única de grandes proporções do orçamento total de capital.

Em julho, o total de limite de empenho alcançou R\$ 139 milhões. Contudo, em agosto, o MCTIC reduziu “momentaneamente” o limite da AEB para 109 milhões de reais, seguido por um bloqueio unilateral da SOF nas contas de crédito disponível (conta 622110000), sem que fosse levado em consideração qualquer proposta da AEB para o bloqueio, o que preservaria investimentos prioritários do programa.

Em razão disso, a Agência teve de promover uma solicitação de ajuste por meio de crédito no sistema SIOP, que sequer era previsto na portaria de créditos adicionais publicada anualmente para regulamentação da Desvinculação de Receitas da União (DRU) e tratamento das demais modalidades de créditos adicionais conforme dispõe a legislação.

Desta forma, toda e qualquer alteração do planejamento, com base na frustração de processos de compras, limitações técnicas do projeto, ou decisões de gestão, ensejavam um novo pedido de crédito no SIOP para movimentação de saldos de crédito disponível, burocratizando ainda mais o processo de execução orçamentária, que já era adequadamente controlado pela conta de limite de empenho a utilizar (823200100).

O limite de R\$ 109 milhões representou um corte de 62% do orçamento e se perpetuou até o mês de dezembro, quando após diversas tratativas com o MCTIC, a AEB conseguiu, ao menos, linearizar seu limite de empenho com relação ao limite concedido ao MCTIC pelo Decreto. Entretanto, restavam menos de 10 (dez) dias para execução e foram recebidos R\$ 50 milhões em limite de empenho.

Tendo em vista o exíguo tempo para execução do orçamento, foram concluídos os processos de execução financeira que estavam prontos, sem que se respeitasse fielmente quais destes processos eram prioritários ao programa espacial, impactando sobremaneira a qualidade do gasto do programa espacial, tais como: projetos prioritários como a contratação do lançamento do satélite Amazonia-1, primeiro satélite de imageamento 100% Brasileiro; a compra dos equipamentos para a conclusão do mesmo; o repasse de recursos à FUNCATE, responsável pela gestão do convênio para a construção do Veículo Lançador de Microssatélites (VLM-I), inviabilizando a compra dos motores S-50 que comporiam o modelo de voo deste veículo; e inviabilização de um novo contrato de transferência de tecnologias, com base na aquisição do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações (SGDC-I).

É importante ressaltar que a AEB possuía, à época, R\$ 187,7 milhões de dotação em capital, o que correspondia à 66% de seu orçamento destinados à investimento, sempre compostos de grandes grupos de despesa. Naquele momento, a Agência apresentava uma capacidade muito maior do que os R\$ 50 milhões contingenciados, em julho de 2017 e liberados no fim de dezembro, conforme quadro abaixo:

¹ Artigo 168, Constituição Federal, 1988.

Quadro 6 – Projetos prioritários

PROJETOS PRIORITÁRIOS	Valor em R\$ milhões
VLM - 1	41,0
ADITIVO CONVÊNIO FUNCATE	18,2
MOTORES S-50	12,8
PROJETO CASSIS (ENVELOPES)	10,0
CBERS 4A	24,3
EQUIPAMENTOS DO SATÉLITE (CAST)	13,4
CONTRATO LANÇAMENTO	10,9
AMAZONIA- 1	44,0
EQUIPAMENTOS DO SATÉLITE	3,0
LANÇAMENTO	23,0
INFRAESTRUTURA DE SOLO	18,0
ToT do SGDC	15,8
NOVO CONTRATO DE TRANSFERÊNCIA	15,8
TOTAL - PROJETOS PRIORITÁRIOS	125,0

Fonte: Divisão de Planejamento (DPLAN)

Com resultado final, vários programas que deveriam ser priorizados foram adiados, e o que foi possível executar resultou em um alto nível de inscrição em Restos a Pagar não processados, devido a força das circunstâncias acima citadas.

4.3.3. Restos a pagar de exercícios anteriores

Este item tem por objetivo oferecer informações quantitativas e qualitativas sobre os Restos a Pagar (RP) inscritos em exercícios anteriores e vigentes no exercício de referência, de modo a permitir a análise da gestão e os impactos dessas despesas em 2017.

O quadro abaixo contempla o montante de restos a pagar inscritos em exercícios anteriores, vigentes em 2017, os respectivos valores cancelados e pagos no decorrer do exercício, bem como o saldo a pagar em 31/12/2017, estando dividido em duas partes: Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados e RPNP.

Quadro 7 – Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados					
Ano de Inscrição	Montante em 1/1/2017	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar 31/12/2017	
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1/1/2017	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar 31/12/2017
2016	16.044.895,61	0,00	2.610.448,45	297.527,09	13.136.920,07
2015	12.006.915,67	0,00	4.243.732,83	130.017,91	7.633.164,93
2014	1.179.381,15	0,00	180.660,52	0,00	998.720,63

Fonte: SIAFI

Análise crítica

Após estruturar o quadro conforme as orientações da seção pertinente ao presente assunto, destaca-se que houve uma redução no nível de inscrição dos restos a pagar não processados – RPNP em 2014, 2015 e 2016. No relatório de 2015, o RPNP alcançou o valor de R\$ 74,4 milhões; já no relatório de 2016, o RPNP registrado foi de R\$ 41,3 milhões. A redução verificada foi em decorrência de uma programação financeira compatível com o nível de execução da UPC e, também, da prioridade dada pela AEB em diminuir o nível de inscrição do RPNP.

O impacto dos RPNPs no cronograma financeiro do exercício de 2017 foi menos

preocupante, quando comparado ao exercício de 2016 (80,3%) e, ainda, quando comparado com o de 2015 (61%). Em 2017 os RPNPs representaram 48,8% da programação, demonstrando forte declínio na inscrição. Conforme discorrido no parágrafo anterior, os valores inicialmente inscritos vêm sendo reduzidos gradativamente em virtude da programação financeira mais realística e de um planejamento da despesa mais adequado à realidade de todo o governo federal.

Não consta dos registros contábeis da UPC, no SIAFI, Restos a Pagar sem que sua vigência tenha sido prorrogada por decreto. A AEB sempre procurou no início de cada exercício priorizar o pagamento dos restos a pagar.

A gestão da AEB sempre trabalha na tentativa de reduzir os RPNPs, mas conforme discorrido em outros exercícios, por se tratar de Pesquisa & Desenvolvimento, sempre haverá eventos contratados no exercício e, inevitavelmente, estendidos por mais de um exercício fiscal. Ressalta-se que os RPNPs cumprem rigorosamente o que preconizam a Lei nº 4.320/64 e o decreto de restos a pagar.

4.3.4. Informações sobre a execução das despesas

Este item apresenta informações sobre a execução das despesas por modalidade de contratação ou licitação e por grupo e elemento de despesa.

Despesas totais por modalidade de contratação

O quadro abaixo demonstra a execução da despesa por modalidade de contratação considerando a totalidade dos recursos da AEB.

Quadro 8 – Despesas totais por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	8.742.971,67	32,65	6.277.884,98	17,05	2.942.336,16	14,41	4.639.934,61	22,33
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	326.000,00	3,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	8.416.971,67	96,27	6.277.884,98	100,00	2.942.336,16	100,00	4.639.934,61	100,00
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	562.867,37	2,10	842.174,03	2,29	377.104,73	1,85	694.208,59	3,34
h) Dispensa	287.310,28	51,04	376.621,80	44,72	184.228,87	48,85	314.012,43	45,23
i) Inexigibilidade	275.557,09	48,96	465.552,23	55,28	192.875,86	51,15	380.196,16	54,77
3. Regime de Execução Especial	8.457,20	0,03	9.779,31	0,03	8.457,20	0,04	9.779,31	0,05
j) Suprimento de Fundos	8.457,20	100,00	9.779,31	100,00	8.457,20	100,00	9.779,31	100,00
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	13.695.535,32	51,15	8.314.713,91	22,58	13.695.535,32	67,08	8.314.713,91	40,02
k) Pagamento em Folha	13.501.470,89	98,58	8.157.140,32	98,10	13.501.470,89	98,58	8.157.140,32	98,10
l) Diárias	194.064,43	1,42	157.573,59	1,90	194.064,43	1,42	157.573,59	1,90

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	23.009.831,56	85,93	15.444.552,23	41,95	17.023.433,41	83,38	13.658.636,42	65,75
7. Total das Despesas da UPC	23.009.831,56	100,00	15.444.552,23	100,00	17.023.433,41	100,00	13.658.636,42	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial

OBS: Não estão incluídas despesas referentes a itens Não se Aplica como: Assistência médica e odontológica, exames periódicos, assistência pré-escolar, auxílio-transporte, auxílio-alimentação, auxílio-moradia e outras despesas empenhadas no SIAFI, que devido a problemas técnicos, não foram realizadas via SIASG (Termo de Fomento FUNCATE - E2T; Central IT; ABC Transportes; Aerotur e pequenos ressarcimentos com despesas de transporte).

Despesas por grupo e elemento de despesa

O quadro a seguir demonstra a execução da despesa da AEB de acordo com a classificação nos grupos e elementos de despesa.

Quadro 9 – Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1. Despesas de Pessoal	13.501.470,89	8.157.140,32	13.501.470,89	8.157.140,32	-	-	13.501.470,89	8.157.140,32
01 - Aposentados	347.577,10	327.263,72	347.577,10	327.263,72	-	-	347.577,10	327.263,72
03 - Pensões	45.297,20	43.508,76	45.297,20	43.508,76	-	-	45.297,20	43.508,76
07 - Contribuições a entidade fechada de previdência	186.180,12	55.883,80	186.180,12	55.883,80	-	-	186.180,12	55.883,80
11 - Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal civil	11.032.614,86	5.913.563,91	11.032.614,86	5.913.563,91	-	-	11.032.614,86	5.913.563,91
13 - Obrigações patronais	1.575.197,30	866.737,89	1.575.197,30	866.737,89	-	-	1.575.197,30	866.737,89
16 - Outras despesas variáveis - Pessoal civil	252.056,58	106.010,90	252.056,58	106.010,90	-	-	252.056,58	106.010,90
92 - Despesa de exercícios anteriores	62.547,73	844.171,34	62.547,73	844.171,34	-	-	62.547,73	844.171,34
3. Outras Despesas Correntes	8.004.856,37	8.899.048,28	6.857.584,71	5.860.830,97	1.147.271,66	3.038.217,31	6.857.584,71	5.860.830,97
08 - Outros benefícios assistenciais	61.765,20	27.638,10	61.765,20	27.638,10	-	-	61.765,20	27.638,10
14 - Diárias - Pessoal civil	191.236,53	156.423,64	191.236,53	156.423,64	-	-	191.236,53	156.423,64
15 - Diárias - Pessoal militar	-	-	-	-	-	-	-	-
30 - Material de consumo	308.883,98	18.925,94	299.605,38	18.598,94	9.278,60	327,00	299.605,38	18.598,94
33 - Passagens e despesas de locomoção	586.960,50	751.597,15	537.060,08	641.171,76	49.900,42	110.425,39	537.060,08	641.171,76
36 - Outros serviços de terceiros - Pessoa Física	127.684,86	120.506,44	127.684,86	120.506,44	-	-	127.684,86	120.506,44
37 - Locação de mão-de-obra	2.797.836,99	2.664.005,43	2.509.655,87	2.436.836,64	288.181,12	227.168,79	2.509.655,87	2.436.836,64
39 - Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica	2.609.989,19	4.546.473,68	1.810.077,67	1.846.177,55	799.911,52	2.700.296,13	1.810.077,67	1.846.177,55
41 - Contribuições	476.505,48	7.750,60	476.505,48	7.750,60	-	-	476.505,48	7.750,60
46 - Auxílio-alimentação	570.245,57	423.493,13	570.245,57	423.493,13	-	-	570.245,57	423.493,13
49 - Auxílio-transporte	59.664,64	41.154,08	59.664,64	41.154,08	-	-	59.664,64	41.154,08
92 - Despesa de exercícios anteriores	25.622,92	2.726,73	25.622,92	2.726,73	-	-	25.622,92	2.726,73
93 - Indenizações e restituições	188.460,51	138.353,36	188.460,51	138.353,36	-	-	188.460,51	138.353,36
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
4. Investimentos	5.270.957,74	19.762.823,59	58.251,12	6.756.145,29	5.212.706,62	13.006.678,30	58.251,12	6.756.145,29
30 - Material de consumo	-	426,22	-	426,22	-	-	-	426,22
39 - Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica	57.970,68	12.877.698,00	7.970,68	172.174,70	50.000,00	12.705.523,30	7.970,68	172.174,70
41 - Contribuições	-	6.122.966,30	-	6.122.966,30	-	-	-	6.122.966,30
51 - Obras e instalações	326.000,00	327.761,81	-	26.606,81	326.000,00	301.155,00	-	26.606,81
52 - Equipamentos e material permanente	4.886.987,06	434.397,48	50.280,44	434.397,48	4.836.706,62	-	50.280,44	434.397,48
TOTAL GERAL	26.777.285,00	36.819.012,19	20.417.306,72	20.774.116,58	6.359.978,28	16.044.895,61	20.417.306,72	20.774.116,58

Fonte: Tesouro Gerencial

Análise crítica

As despesas foram efetuadas pela Unidade Gestora: 203001 – AEB. Não houve alterações significativas na execução das despesas no exercício de 2017, uma vez que a legislação que amparou as despesas executadas também não mudou.

No presente exercício não houve uma concentração significativa de despesas nas modalidades de dispensa e inexigibilidade de licitação. Essas modalidades ficaram com apenas 2,1% do total das despesas da UPC em 2017, ante 2,3% verificada em 2016.

As demais despesas estão dentro da legislação prevista e sua execução atendeu às necessidades da AEB e dos órgãos executores do programa espacial brasileiro.

No exercício de 2017 houve contingenciamento efetuado pelo MCTIC e cancelamento de dotação efetuado pela SOF. No entanto, a execução atingiu os níveis históricos de outros exercícios.

4.3.5 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Este item apresenta uma visão gerencial de como a Agência gerencia a concessão de suprimento de fundos.

Concessão de suprimento de fundos

O Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF) foi instituído pelo Decreto nº 5.355, de 25/1/2005 e regulamentado pela Portaria MP nº 41, de 4/3/2005. O cartão apresenta como benefícios a transparência nos gastos efetuados e agilidade nas aquisições emergenciais e tem sido utilizado para pagamento de despesas de pequeno vulto ou emergenciais.

O quadro a seguir demonstra os valores concedidos a título de suprimento de fundos tanto na forma de Conta Tipo B e por intermédio do CPGF, e as quantidades de suprimentos em cada modalidade, no exercício de referência e nos dois imediatamente anteriores.

Quadro 10 - Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2017	203001	AEB	0	0	8	8.457,20	2.814,20
2016	203001	AEB	0	0	12	9.779,31	2.240,00

Fonte: Tesouro Gerencial

Utilização de suprimentos de fundos

O quadro a seguir evidencia os valores efetivamente utilizados a título de suprimento de fundos, tanto na forma de Conta Tipo B, quanto por intermédio do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF, bem como a quantidade de vezes que suprimento foi utilizado na modalidade de Conta Tipo B e de saques efetuados na modalidade CPGF, no exercício de referência e no imediatamente anterior.

Quadro 11 - Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Saque		Fatura	
					Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2017	203001	AEB	0	0	8	0	8.457,20	8.457,20
2016	203001	AEB	0	0	12	0	9.779,31	9.779,31

Fonte: Tesouro Gerencial

Classificação dos gastos com suprimento de fundos

O quadro abaixo mostra os tipos de despesas que foram realizadas com o uso de suprimento de fundos, sob qualquer forma.

Quadro 12 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
203001	AEB	3390.30 – Material de consumo	03 – Combustíveis e lubrificantes para outras finalidades	467,90
			15 – Material para festividades e homenagens	2.814,20
			16 – Material de expediente	313,50
			17 – Material de Tecnologia de Informação e Comunicação	1.094,00
			19 – Material de condicionamento e embalagem	180,00
			28 – Material de proteção e segurança	186,60
			50 – Bandeira, flâmulas e insígnias	80,00
		3390.39 - Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	17 – Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	480,00
			19 – Manutenção e conservação	696,00
			23 – Festividades e homenagens	1.575,00
			46 – Serviços Domésticos	570,00
			TOTAL	8.457,20

Fonte: Tesouro Gerencial

Análise Crítica

Conforme informado em exercícios anteriores, a presente despesa é pouco representativa dentro da execução orçamentária e financeira da UPC. Não é utilizada a Conta Tipo “B” e também não são autorizados saques por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal. No exercício de referência também não houve extrapolação dos limites concedidos.

Os suprimentos foram concedidos para atender despesas de pequeno vulto amparadas pelo inc. III do art. 45 do Decreto nº 93.872/86. A exceção foram dois suprimentos concedidos com base no inc. I do art. 45 do respectivo decreto, cujos valores foram: R\$ 2.814,20, na natureza da despesa 3390.30.15 – Material para festividades e homenagens, e R\$ 1.575,00, na natureza de despesa

3390.39.23 – Festividades e homenagens. Esses valores se referem ao pagamento de despesa eventual de alimentação com delegações estrangeiras em visita ao Brasil.

O valor de R\$ 2.814,20 registrado na natureza da despesa 339030.15 – Material para festividades e homenagens foi registrado indevidamente nessa natureza de despesa. O registro correto deveria ter sido na natureza de despesa 3390.39.23 – Festividades e homenagens, que trata de despesa eventual com alimentação com delegações estrangeiras em visita ao Brasil.

A utilização dessa modalidade de despesa reduz o custo processual de pequenas compras, razão pela qual o gestor optou pela sua utilização no exercício de 2017.

No exercício de referência não houveram prestações de contas impugnadas, considerando que todos os suprimentos de fundos foram utilizados conforme a legislação vigente. Os controles são exercidos pelos próprios supridos e pela Divisão de Contabilidade da AEB. Dessa forma, tanto a concessão como as prestações de contas cumpriram a legislação.

Não houve a necessidade de utilizar medidas excepcionais como saques, uso de conta bancária e extrapolação de limites, considerando que as concessões foram para atender estritamente as despesas de pequeno vulto para atender todas as áreas da AEB.

4.4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

Este item tem por objetivo demonstrar os principais indicadores utilizados pela AEB para monitorar e avaliar o desempenho da gestão.

Indicadores Específicos

Os indicadores a serem descritos constam no Programa 2056 - Política Espacial, do Plano Plurianual 2016-2019:

a) Grau de Autonomia Nacional em Imagens de Satélites de Observação da Terra (GAOT)

O indicador GAOT (Grau de Autonomia Nacional em Imagens de Satélites de Observação da Terra) busca aferir o grau de esforço nacional na geração, no processamento e na distribuição de imagens satélites. Considera a quantidade de imagens oriundas de satélites nacionais ou com parceria estrangeira em relação a uma cesta de imagens que contempla também aquelas provenientes de satélites estrangeiros. Atualmente, o Brasil possui um satélite próprio de sensoriamento remoto, o CBERS-4. Para a composição de sua cesta de imagens, recebe ainda imagens de observação da Terra de outros satélites internacionais, dos quais destacam-se: LANDSAT-8 e Resourcesat-2. A forma de apuração do indicador, nesse momento, se dá pela relação entre o número de imagens entregues a usuários finais que são oriundas do satélite CBERS-4 e o número total de imagens entregues a usuários finais que são oriundas do conjunto de satélites CBERS-4, LANDSAT-8 e Resourcesat-2. O número de satélites fornecedores de imagens (nacionais ou estrangeiros) que compõem essa cesta poderá se alterar ao longo do PPA 2016-2019, em função da vida útil dos satélites envolvidos e da entrada de outros satélites em operação, como os da série AMAZÔNIA e o CBERS-4A. Quanto mais próximo de 100% esse indicador for, maior será a autonomia brasileira em relação às imagens produzidas por satélites estrangeiros. Quanto mais próximo de 0%, menor será essa autonomia.

Quadro 13 – Resultado do indicador GAOT

Denominação	Unidade de medida	Valor apurado em 31/12/2017	Periodicidade	Base Geográfica	Fonte	Fórmula de cálculo
Grau de Autonomia Nacional em Imagens de Satélites de Observação da Terra - GAOT	Percentual	46,47	Anual	Nacional	INPE	Relação percentual entre o número de imagens de observação da Terra entregues pelo banco de imagens do INPE oriundas de satélites nacionais ou desenvolvidos com parceria estrangeira, e o número total de imagens da mesma classe, entregues também por esse banco de imagens, no mesmo período. Entende-se por imagens entregues aquelas selecionadas e solicitadas por usuários cadastrados no catálogo de imagens do INPE e entregues pelo sistema a esses usuários.

Fonte: Agência Espacial Brasileira (AEB)

Análise Crítica

Em 2017, o valor apurado no indicador GAOT atingiu 46,47%. A comparação com o que se apurou em 2016 (21,67%) mostra uma elevação expressiva. O resultado, dessa forma, revela uma maior autonomia brasileira na distribuição de imagens de sensoriamento remoto.

Esse sucesso não se restringe, apenas, ao aumento do número de imagens. A qualidade das imagens aumentou, também. Ao longo de 2017, o sistema de processamento sofreu, continuamente, ajustes em seus parâmetros. Como resultado, as imagens adquiriram melhor qualidade radiométrica e geométrica. Esse aprimoramento tende a retroalimentar o indicador, uma vez que contribui para aumentar o interesse pelo uso do sistema de distribuição de imagens.

Ressalta-se que o GAOT não considera a totalidade das imagens distribuídas no Brasil. Existem outras fontes e meios de distribuição de imagens, além do INPE, que esse indicador não inclui na sua composição. Além disso, há outros satélites que contribuem para essa distribuição. Nesse contexto, o aprimoramento do indicador em suas versões futuras deve buscar incluir tais meios de maneira a representar mais amplamente a realidade nacional.

b) Índice de Participação do Setor Empresarial Nacional no Programa Temático Política Espacial (IPSEN-2)

O indicador IPSEN-2 (Índice de Participação do Setor Empresarial Nacional no Programa Temático Política Espacial) verifica o grau de esforço do Programa Espacial Brasileiro na capacitação tecnológica da indústria nacional. Foca, exclusivamente, nas ações orçamentárias finalísticas do Programa de Política Espacial (Programa 2056) que contribuem, de forma direta ou indireta, para essa finalidade. Basicamente, trata-se da relação percentual entre o total dos valores pagos a empresas brasileiras que fornecem produtos ou serviços tecnológicos ao Programa Espacial e o montante de dispêndios totais das ações orçamentárias de caráter finalístico do Programa Temático Política Espacial. Esse Programa Temático, no exercício fiscal de 2017, teve como ações orçamentárias de caráter finalístico as Ações 20V0, 20VB, 20VC, 7F40 e 154L.

Quadro 14 – Resultado do indicador IPSEN-2

Denominação	Unidade de medida	Valor apurado em 31/12/2017	Periodicidade	Base Geográfica	Fonte	Fórmula de cálculo
Índice de Participação do Setor Empresarial Nacional no Programa Temático Política Espacial IPSEN-2	Percentual	32,91%	Anual	Nacional	AEB	Relação percentual entre o valor pago a empresas brasileiras nos contratos de fornecimento de produtos ou serviços tecnológicos para o programa espacial e o dispêndio total com as ações orçamentárias de caráter finalístico do Programa Temático Política Espacial (ações 20V0, 20VB, 20VC, 7F40 e 154L), em cada exercício fiscal.

Fonte: Agência Espacial Brasileira (AEB)

Análise Crítica

Dos 32,91% que se destinaram a contratos de fornecimento de produtos ou serviços tecnológicos de caráter finalístico, 16,51% se destinaram aos convênios com as fundações parceiras, 14,62% aos contratos associados às Ações 20V0, 20VB, 20VC, 7F40 (contratos finalísticos) e 1,78% aos contratos no âmbito do processo de Transferência de Tecnologia que se associa à contratação do SGDC-1. A Ação 154L associa-se a essa última parcela.

A proporção dos recursos que se distribuíram entre desenvolvimento de satélites e de lançadores se mostrou equilibrada. Dos 32,91%, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), responsável pelas ações finalísticas para o desenvolvimento de satélites, foi responsável por cerca de 7,26% do total executado. O Ministério da Defesa (MD) e seus órgãos associados, responsáveis pelo desenvolvimento dos lançadores, executaram cerca de 7,14% do total finalístico. O restante foram contratos finalísticos executados por fundações e pela FINEP.

c) Posição no Índice de Competitividade Espacial (SCI)

O SCI se construiu com base na utilização de dados de uma publicação anual da Futron Corporation, que se viu descontinuada em 2015. Dessa forma, a manutenção da sua atualização após 2015 se tornou prejudicada. Para o próximo PPA, a pertinência de se manter tal indicador sofrerá uma reavaliação. A utilização do indicador se apresentava relevante, uma vez que reproduzia análise das dimensões Governo, Indústria e Capital Humano no âmbito dos programas espaciais em curso no mundo. Para os efeitos do presente relatório de avaliação, repetir-se-á a 11ª posição que o Brasil obteve no ranking dos 15 países analisados em 2014.

Quadro 15 – Resultado do indicador SCI

Denominação	Unidade de medida	Data de Apuração	Valor apurado	Periodicidade	Base Geográfica	Fonte	Fórmula de cálculo
Índice de Competitividade Espacial (SCI)	Posição em listagem de países	31/12/2014	11º	Anual	Internacional	Futron Corporation, Space Competitiveness Index	Segundo metodologia adotada pela Furtron Corporation

Fonte: Agência Espacial Brasileira (AEB)

Devido à descontinuidade de apuração pela Futron, qualquer análise que se faça sobre esse indicador carecerá de contextualização à realidade do momento. A reprodução do cálculo não é possível, pois a fórmula original se baseia em dados internacionais que se encontram fora do controle da AEB. Para o próximo PPA, considerar-se-á a construção de um indicador que substitua o SCI e que a AEB possa calcular autonomamente.

Indicadores de Desempenho Operacional

Os indicadores a seguir demonstram o desempenho institucional da Agência.

a) Índice de Execução Orçamentária – IEO

A função desse indicador é aferir a efetividade da política espacial na execução da LOA. O quadro abaixo apresenta a fórmula de cálculo, os valores previsto e apurado em 31/12/2017.

Quadro 16 – Resultado do indicador IEO

Denominação	Unidade	Valor previsto	Valor apurado em 31/12/2017	Periodicidade	Fórmula de cálculo
Índice de Execução Orçamentária - IEO	Percentual	100,00	97,58	12 meses	Dotação orçamentária/Limite orçamentário*100

Fonte: Coordenação de Orçamento e Finanças (COF)

Análise Crítica

Em 2017, a LOA da AEB foi de R\$ 171,4 milhões. O limite orçamentário recebido foi de R\$ 159,4 milhões, o que correspondeu a 93% da dotação disponível. Apesar do recente incremento do valor de LOA quando comparado à 2016, a dotação em 2017 ainda é muito reduzida quando comparada aos anos anteriores.

O índice apurado em 2017 foi de 97,58%. Considerando os principais aspectos do processo orçamentário o indicador apresenta boa execução.

b) Índice de Execução Financeira – IEF

Este indicador procura medir a eficiência da AEB na execução financeira de recursos pagos em relação aos recursos recebidos.

Em 2017, AEB recebeu um montante de R\$ 137,7 milhões referente à programação financeira para pagamento de despesas e de restos a pagar. O índice apurado é apresentado no quadro a seguir:

Quadro 17 – Resultado do indicador IEF

Denominação	Unidade	Valor previsto	Valor apurado em 31/12/2017	Periodicidade	Fórmula de cálculo
Índice de Execução Financeira - IEF	Percentual	100,00	96,39	12 meses	Somatório dos valores do exercício pagos e de restos a pagar pagos/Valor financeiro recebido*100

Fonte: Coordenação de Orçamento e Finanças (COF)

A AEB recebeu da setorial de programação do MCTIC no exercício de referência o valor de R\$ 138,4 milhões para pagar despesas do exercício e de restos a pagar. O índice apurado em 2017 foi 96,39%. No exercício de 2016 o índice apurado foi de 96,90%. A AEB vem mantendo um bom nível

de pagamento de despesas do exercício e de restos a pagar. Pelos índices apurados, a AEB vem executando uma programação financeira próxima do nível máximo previsto nesse indicador.

No exercício de referência não houve fatores atípicos que foram verificados no exercício de 2016. Então, caso a UPC não tenha um aumento na sua dotação orçamentária anual, persistirá o problema da programação financeira, considerando que esta depende de uma dotação orçamentária elevada para ter uma programação financeira, também elevada.

c) Índice de Eficiência Institucional – IEI

O indicador permite aferir o grau de eficiência da sua força de trabalho na execução das atividades finalísticas e de manutenção em relação ao custo específico com servidores ativos do seu quadro de pessoal.

Quadro 18 – Resultado do indicador IEI

Denominação	Unidade	Valor previsto (*)	Valor apurado em 31/12/2017	Periodicidade	Fórmula de cálculo
Índice de Eficiência Institucional - IEI	Percentual	4,15	9,5	12 meses	Valores LOA das ações 20TP e 09HB /Dotação orçamentária efetivamente empenhada do programa 2056*100

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)

(*) Base de cálculo do Valor Previsto: Valores de PLOA das ações 20TP e 09HB/Dotação orçamentária no PLOA do programa 2056.

OBS: Programa 2056: Política Espacial; Ação orçamentária 20TP: Pagamento de Pessoal Ativo e 09HB: Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.

Análise Crítica

A AEB desde a sua criação manteve a despesa com pessoal numa relação de 2/98. Após a nomeação dos novos servidores, o dispêndio com a força de trabalho estava numa relação de 5% para pagamento de pessoal ativo e de 95% para as atividades finalísticas e de manutenção do órgão. No índice previsto foram computadas as despesas com os 16 (dezesseis) novos servidores, e observou-se uma alteração da relação histórica de 5/95, que foi considerada a relação de *benchmark* para a consecução dos objetivos e metas institucionais previstos nos diversos planos e programas da AEB, para uma nova relação de 10/90. Essa última relação se deve não só ao término do ingresso de todos os servidores provenientes do primeiro concurso como também pela incorporação de pagamentos adicionais, tais como GDACT e progressões de carreira, para os servidores que ingressaram no ano de 2016.

Considerando-se o PLOA, a Agência teria um índice previsto de 4,15% para pagamento de pessoal ativo. Somando fatores como a queda do valor de PLOA para LOA e o alto índice de valores empenhados na execução orçamentária, o índice acabou se elevando para valores que representam uma nova realidade da AEB.

Um fator relevante para o novo do índice também foi a redução do orçamento finalístico dentro da AEB que, junto com o incremento do número de servidores em seu quadro próprio, elevou o índice a patamares inéditos que provavelmente manter-se-ão lineares no futuro próximo devido ao não ingresso de novos servidores mediante concurso público.

5. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Esta seção demonstra a estrutura de governança da AEB, explicitando as atividades realizadas pelas unidades que a compõem, os mecanismos e controles internos adotados para assegurar a conformidade da gestão e garantir o alcance dos objetivos planejados, as atividades de correção, bem como a forma de remuneração dos membros de diretoria e de colegiados.

5.1. DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

A estrutura de Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos da AEB está retratada ao longo de diversos itens apresentados no presente relatório, em especial:

- No item 3 - Visão Geral da Unidade, quanto às suas finalidades e competências, às normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento, o seu organograma funcional, seus macroprocessos finalísticos e operacionais;
- No item 4 – Planejamento Organizacional e o seu estágio de implementação, assim como nos fatores intervenientes no seu desempenho orçamentário; e
- No item 5 - Atuação da sua unidade de auditoria interna.

Em relação à Governança de mais alto nível, em conjunto com o Ministério da Defesa (MD), a Agência Espacial Brasileira (AEB) propôs uma minuta de Projeto de Lei que estabelece a criação de um Conselho Nacional do Espaço (CNE), ligado à Presidência da República e com a responsabilidade de estabelecer as diretrizes estratégicas da Política Espacial. Pela proposta, o CNE será composto por 4 (quatro) membros com voto e 7 (sete) membros consultivos. Os membros com voto serão os Ministros da Casa Civil, do MCTIC, do MD e do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP). Os membros consultivos serão o Presidente da AEB, o Diretor do INPE, o Comandante da Aeronáutica, o Secretário geral das Relações Exteriores do Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Secretário Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Secretário Executivo do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

Também foi proposta a criação do Comitê Executivo do Espaço (CEE), responsável por coordenar a implementação da Política Espacial. O CEE será composto pelo Presidente da AEB, pelo Diretor do INPE, por um representante do Comando da Aeronáutica, por um representante do MCTIC, por um representante do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, por um representante do MRE, por um representante do MP, por um representante da comunidade científica, e por um representante do setor Industrial.

Não obstante, com relação à governança interna, pode ser destacado que, fruto das recomendações indicadas sobretudo pela CGU, o aperfeiçoamento do modelo atualmente vigente está sendo revisto pela AEB, em especial, por força da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01, de 10 de maio de 2016, que determina aos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal a adoção de um conjunto de medidas para a sistematização de práticas relacionadas à governança, à gestão de riscos e aos controles internos.

Como um dos resultados desta instrução normativa, a AEB publicou a Portaria nº 97, de 18 de outubro de 2016, que estabeleceu, dentre outras, a criação de um Grupo de Governança, composto pelo Presidente da AEB e seus Diretores, para deliberar sobre as medidas corretivas dos atuais processos de trabalho em prática, bem como de novos e necessários para o aperfeiçoamento do seu modelo de Governança, dos seus processos de gestão de riscos e controles internos necessários.

Ainda por intermédio desse mesmo instrumento e como braço auxiliar do Grupo de Governança, foi criado também um Grupo de Trabalho, com o propósito de levantar, desenvolver estudos e análises, bem como formular propostas de medidas corretivas para o fortalecimento e aperfeiçoamento do modelo de governança e gestão institucional da AEB.

Como importantes realizações da AEB em 2017, podem ser destacados, nesse contexto, as atividades do Grupo de Trabalho constituído para reanálise dos seus macroprocessos de trabalho, bem como das interligações entre as diversas unidades e pelo diagnóstico interno acerca dos pontos fortes e das fraquezas da AEB. Tais elementos serão utilizados como subsídios para o processo de formulação e implementação do planejamento estratégico institucional da AEB.

Ademais, a AEB editou a Portaria nº 62, de 9 de maio de 2017, que aprova a Política de Gestão de Riscos e Controles Internos da Gestão (POLIGRI) cuja finalidade é estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades para a gestão de integridade, de riscos e de controles internos dos planos estratégicos, programas, projetos e processos da Autarquia.

5.2. INFORMAÇÕES SOBRE OS DIRIGENTES E COLEGIADOS

Este item apresenta informações sobre a composição de colegiados e sobre os dirigentes da Agência.

a) Composição dos colegiados, indicando as exigências e a representação dos membros

Segundo o Decreto nº 8.868, de 4 de outubro de 2016, o Conselho Superior da AEB tem a seguinte composição e funcionamento:

“Art. 6º O Conselho Superior tem a seguinte composição:

I - Presidente da AEB, que o presidirá;

II - um representante e um suplente dos Ministérios:

- a) da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;
- b) da Defesa;
- c) das Relações Exteriores;
- d) da Fazenda;
- e) da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- f) da Educação;
- g) da Indústria, Comércio Exterior e Serviços;
- h) de Minas e Energia;
- i) do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; e
- j) do Meio Ambiente;

III - um representante e um suplente:

- a) do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;
- b) do Comando da Aeronáutica do Ministério da Defesa;
- c) do Comando do Exército do Ministério da Defesa;
- d) do Comando da Marinha do Ministério da Defesa;
- e) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; e
- f) da Financiadora de Estudos e Projetos; e

IV - um representante da comunidade científica e um do setor industrial, e seus suplentes, envolvidos com a área espacial, designados pelo Presidente da República com mandato de dois anos, admitida uma recondução.

§ 1º Os representantes mencionados nos incisos II e III do caput serão indicados pelos respectivos Ministros de Estado e pelos dirigentes dos órgãos representados e designados pelo Presidente da República.

§ 2º Os representantes mencionados no inciso IV do caput serão indicados ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações pelo Presidente da AEB. Resolução nº 74, de 27 de fevereiro de 2009 (aprova o regulamento do Conselho Superior da AEB)”.

Importante registrar que tramita no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos do Governo Federal (SIDOF), sob o nº 01250077000/2017-75, proposta de Projetos de Lei e de Decreto que aprimoram o modelo de governança do Programa Espacial Brasileiro, criando o Conselho

Nacional do Espaço (CNE), presidido pela Casa Civil, e o Comitê Executivo do Espaço (CEE), presidido pela AEB. Essa ação tem por finalidade aprimorar a governança e a gestão do Programa, conforme explicitado no item 5.1. Registre-se que essas propostas são fruto do esforço conjunto entre AEB, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Ministério da Defesa (MD) e Comando da Aeronáutica (COMAER), refletindo a real e necessária reformulação da Governança do Programa, ampliando a capacidade de articulação e de cooperação entre os atores do Sistema Nacional de Desenvolvimento de Atividades Espaciais (SINDAE), bem como a convergência entre os projetos, sejam de natureza civil ou militar. Com isso, pretende-se dinamizar e potencializar as ações na área espacial em todas as suas dimensões, otimizando a entrega de serviços e produtos para a sociedade e contribuindo de forma consistente para o desenvolvimento econômico, social e ambiental do país.

b) Processo de escolha dos dirigentes e exigências quanto ao perfil.

O Decreto nº 8.868, de 4 de outubro de 2016, que aprova a estrutura regimental da AEB, dispõe que:

“Art. 3º A AEB é dirigida por um Presidente e por quatro Diretores, indicados pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e nomeados pelo Presidente da República”.

c) Papéis e funcionamento dos colegiados

O art. 6º da Lei nº 8.854/94 dispõe que o Conselho Superior da AEB é órgão de caráter deliberativo. Suas competências estão estabelecidas no Decreto nº 8.868, de 4 de outubro de 2016 e na Resolução nº 74, de 27 de fevereiro de 2009, da AEB, conforme se segue.

Anexo I do Decreto nº 8.868, de 4 de outubro de 2016:

“Art. 5º Ao Conselho Superior compete:

- I - apreciar propostas de atualização da PNDAE, para encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;
- II - deliberar sobre as diretrizes para execução da PNDAE, aprovada pelo Presidente da República;
- III - atuar na elaboração do PNAE e de suas atualizações e apreciar anualmente seu relatório de execução;
- IV - atuar na elaboração da proposta orçamentária anual da AEB;
- V - apreciar as propostas de atos de organização e funcionamento do Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (SINDAE), criado pelo Decreto nº 1.953, de 10 de julho de 1996;
- VI - apreciar acordos, contratos, convênios e outros instrumentos internacionais sobre atividades espaciais;
- VII - subsidiar a definição do posicionamento brasileiro em negociações bilaterais e em foros internacionais sobre assuntos de interesse da área espacial;
- VIII - aprovar diretrizes para o estabelecimento de normas e a expedição de licenças e autorizações relativas às atividades espaciais;
- IX - opinar sobre projetos de lei e propostas de decreto e outros instrumentos legais relacionados às atividades espaciais; e
- X - deliberar sobre outras matérias no âmbito de competências da AEB”.

Sobre o funcionamento do Conselho Superior da AEB, a Resolução nº 74, de 27 de fevereiro de 2009, da AEB dispõe que:

“Art. 4º O Conselho Superior se reunirá nas seguintes modalidades:

- I. em sessões Plenárias, e
- II. em Comissões ou Grupos de Trabalho.

§1º O Conselho Superior poderá constituir Comissões ou Grupos de Trabalho com a finalidade de analisar e relatar assuntos específicos.

§ 2º As Comissões serão integradas por, no mínimo, 3 (três) membros, um dos quais a presidirá, podendo contar, quando necessário, com a participação de membros externos indicados por dirigentes de outras entidades públicas ou privadas congêneres, os quais serão designados pelo Presidente da AEB.

§3º Os Grupos de Trabalho serão integrados por (pelo menos um de) seus membros, (por técnicos por esses indicados) e por técnicos designados pelo Presidente, previamente indicados por dirigentes de outras entidades públicas ou privadas congêneres.

Art. 5º As decisões do Conselho Superior serão tomadas em Reuniões Plenárias, sob forma de Resolução, e para a sua eficácia, deverá ser observada a votação por metade mais um de seus membros titulares ou suplentes.

§1º Havendo empate nas votações do Conselho Superior, o seu Presidente poderá decidir por meio de voto de qualidade.

§2º O Conselho Superior poderá deliberar sobre assuntos já discutidos em Plenário, a pedido do Presidente, por correspondência postal ou eletrônica, assegurados o acompanhamento e o controle dos votantes sobre os resultados, observado o quórum fixado no caput deste artigo.

Art. 6º O Presidente do Conselho Superior poderá decidir ad referendum do Conselho sobre matéria relevante e inadiável quando não houver tempo hábil para a convocação e realização da reunião, devendo submeter a decisão à homologação do colegiado na primeira reunião extraordinária subsequente à prática do respectivo ato.

Art. 7º As reuniões do Conselho Superior serão registradas em atas resumidas. Parágrafo único. Os membros do Conselho Superior indicados na forma prevista neste Regulamento poderão solicitar o registro das suas manifestações, na respectiva ata da sessão realizada.

Art. 8º Caberá ao Gabinete da Presidência da AEB prover os serviços de secretaria do Conselho Superior”.

Ainda sobre competências no âmbito do Conselho Superior, o Anexo I do Decreto nº 8.868/2016 dispõe que:

“Art. 16. Ao Presidente da AEB incumbe:

(...)

VIII - presidir as reuniões do Conselho Superior e convocá-las, de acordo com as normas específicas;

IX - decidir quando se tratar de matéria inadiável e não houver tempo hábil para a realização de reunião; e

(...)

Parágrafo único. Na hipótese de que trata o inciso IX do caput, a decisão será referendada pelo Conselho Superior e deverá ser submetida à homologação na primeira reunião subsequente ao ato”.

5.3. ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A atuação da Auditoria Interna (AIN) da Agência Espacial Brasileira é regulada pelo “Estatuto da Auditoria Interna da AEB”, o qual fora aprovado por intermédio da Portaria AEB nº 142, publicada em 3 de agosto de 2017. O Estatuto encontra-se disponível em <<http://www.aeb.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Estatuto-da-Auditoria-Interna-da-AEB.pdf>>.

Adicionalmente, vale mencionar como diretrizes reguladoras das atividades desenvolvidas pela AUDIN, o Decreto nº 8.868, de 4 de outubro de 2016, disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8868.htm> e o regimento interno da AEB, onde estão explicitadas as competências da AIN, disponível em <http://www.aeb.gov.br/wp-content/uploads/2013/03/regimento_interno_aeb.pdf>.

No que concerne à demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de auditoria interna, tais elementos encontram-se explicitados no Estatuto supramencionado, em seu Capítulo IV, da seguinte forma:

A atividade de auditoria interna permanecerá livre de interferência de qualquer elemento interno ou externo à AEB, incluindo questões de seleção, escopo, procedimentos, frequência, timing ou conteúdo de reporte de auditoria, para permitir a manutenção de sua independência e objetividade.

O Decreto nº 8.868/2016 corrobora esses elementos, uma vez que a AIN aparece como unidade seccional, ligada à Presidência da Unidade, garantindo, assim, a independência e a objetividade dos trabalhos.

A AEB não possui subunidades descentralizadas em pleno funcionamento, logo, as atividades da Auditoria Interna se restringem às unidades internas da sede da Agência. Quanto à estratégia de atuação, a mesma está estabelecida no Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), aprovado pela CGU, por meio de Matriz de Risco na qual foram utilizados critérios probabilidade e impacto, de forma que os temas priorizados são aqueles com maior pontuação no *ranking* de riscos. Quanto à abrangência das atividades, o art. 9º do Estatuto estabelece o seguinte: “As ações da AIN-AEB abrangem todas as atividades, serviços, programas, operações e controles existentes nas unidades da AEB, notadamente aqueles relacionados à administração de recursos públicos”.

A composição atual da equipe de auditoria é a seguinte:

Quadro 19 – Composição da Auditoria da AEB

SERVIDOR	CARGO	ATRIBUIÇÃO
Eduardo Ribeiro (Portaria AEB nº 92/2016)	Auditor Chefe	Responsável pela gestão da unidade, interlocução com os <i>stakeholders</i> e Supervisão dos Trabalhos
Ailton Miranda	Chefe de Serviço	Desempenha funções de auditoria e de Supervisão dos Trabalhos
João Sérgio Lima	Analista em C&T	Desempenha funções de auditoria
Aline Sousa	Terceirizada	Apoio Administrativo

Fonte: Auditoria Interna (AIN)

Quanto à escolha do titular, a Portaria CGU nº 2.737, de 20 de dezembro de 2017, estabeleceu os procedimentos de consulta para nomeação, designação, exoneração ou dispensa do titular de unidade de auditoria interna.

Não obstante, vale mencionar que quando da última alteração do Auditor Chefe (Portaria nº 92, de 3 de outubro de 2016, publicada em 4 de outubro de 2016), foram seguidos todos os procedimentos estabelecidos pela Portaria CGU nº 915, de 29 de abril de 2014, a qual prevê aprovação da indicação por parte da CGU. Além disso, tal procedimento também fora previsto no próprio Regimento Interno da AEB, em seu artigo 4º, § 2º, a saber: “A nomeação do Auditor Chefe será submetida, pelo Presidente da AEB, à aprovação da Controladoria-Geral da União”. Tal apreciação também fora prevista no Estatuto da AUDIN, em seu art. 13, que estabeleceu que “a nomeação ou exoneração do Auditor Chefe da AUDIN-AEB, após aprovação do Presidente da AEB, será submetida à avaliação da SFC/CGU”.

Quanto ao posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da AEB, conforme explicitado no item 3 deste relatório, a AIN aparece como órgão seccional, ligado à Presidência da AEB.

Não há conselho de administração ou comitê de auditoria formalizados na AEB. Não obstante, no que concerne à sistemática de comunicação à alta gerência, quando os trabalhos de auditoria são finalizados, elabora-se Relatório Preliminar de Auditoria, que é encaminhado aos gestores da unidade auditada, no qual constam as informações, constatações e recomendações

oriundas das análises realizadas, devendo o gestor manifestar-se sobre o conteúdo do relatório preliminar em até 10 (dez) dias úteis do seu recebimento.

Além disso, em cumprimento ao artigo 13 da Instrução Normativa (IN) nº 24, de 17 de novembro de 2015, o mesmo é encaminhado formalmente para o Presidente da Agência com o intuito de dar conhecimento das conclusões dos trabalhos e recomendações expedidas. Posteriormente, para atender ao art. 12 da IN CGU nº 24/2015, os relatórios são encaminhados para a CGU.

O art. 13 da IN CGU nº 24/2015 trata o assunto da seguinte forma:

As unidades de auditoria interna, ao final de cada trabalho realizado, enviarão, pelo menos, o resumo dos relatórios de auditoria ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria, ao Conselho Fiscal ou órgão equivalente ou, em sua falta, ao dirigente máximo do órgão ou entidade.

Em vista do exposto, a AIN segue rigorosamente o que fora expresso pelo artigo em questão, enviando formalmente os resultados dos trabalhos para conhecimento e avaliação do Presidente da AEB. Tal sistemática também está explicitada no Estatuto da AUDIN, que estabelece que as conclusões dos trabalhos serão condensadas em Relatórios de Auditoria, que deverão ser encaminhados para providências cabíveis às áreas auditadas e ao Presidente da AEB.

Vale ressaltar, por oportuno, que no que diz respeito ao exercício de referência, as áreas auditadas procuraram atender às recomendações exaradas, não havendo necessidade, por consequência, de assunção de risco pela alta administração.

5.4. ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

Este item tem por finalidade informar, sobre a sistemática de apuração de ilícitos cometidos por colaboradores da Agência, bem como sobre a condução dos processos administrativos disciplinares.

A AEB, visando atender ao Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, designou servidores para manter atualizadas as informações concernentes ao Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD).

A base normativa que norteia as atividades de correição é a própria Portaria nº 1.043, de 24/07/2007e as orientações recebidas do CGU-PAD e do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

Em 2017 foram instaurados na AEB 3(três) processos de sindicância, sendo concluídos no próprio exercício:

Quadro 20 – Processos instaurados

Nº do processo	Tipo de processo	Data de instauração	Fase atual
01250025471201706	Sindicância	19/4/2017	Processo Julgado
01350000091201722	Sindicância	13/3/2017	Processo Julgado
01350000175201766	Sindicância	3/7/2017	Processo Julgado

Fonte: Sistema CGU-PAD

Cumprir registrar que todos os processos instaurados na AEB se encontram cadastrados e atualizados no sistema CGU-PAD. Entretanto, como não existe uma unidade de Corregedoria na Agência, os processos relacionados às investigações disciplinares, devido as suas classificações como Reservado/Sigilosos, não são tramitados aos servidores designados para suas inserções no Sistema CGU-PAD ao tempo em que ocorrem suas fases.

5.5. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A gestão de riscos nas organizações compreende a adoção de medidas visando a identificação, a avaliação e a administração de potenciais eventos ou situações que tenham impactos

negativos ou positivos para a instituição. Espera-se oferecer razoável certeza quanto ao alcance dos objetivos organizacionais.

Os controles internos, por sua vez, representam um conjunto de regras e procedimentos destinados a mitigar os riscos, fornecendo segurança razoável para a consecução da missão organizacional e o alcance dos objetivos institucionais.

Em 2016, a AEB deu início às atividades voltadas à gestão de riscos e aos controles internos do ponto de vista institucional. O Grupo de Trabalho, constituído pela Portaria nº 97, de 18 de outubro de 2016, da AEB, elaborou estudo preliminar sobre as práticas relacionadas à gestão de riscos, aos controles internos e à governança na AEB, agregando os riscos advindos das atividades meio com os riscos oriundos das atividades fim.

A estratégia dos trabalhos foi inspirada no COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), que preconiza uma abordagem mista, composta de uma visão “*top-down*”, e por uma perspectiva “*bottom-up*” à luz das ISO 31000 e 31010.

No contexto “*top-down*”, foram realizadas pesquisas e atividades para identificação de macroprocessos e processos de negócio a fim de, em estágio futuro, identificar e avaliar em detalhes eventos negativos associados a processos específicos, que podem de alguma maneira ameaçar o alcance dos objetivos determinados a partir da competência e estrutura regimental da AEB. Na perspectiva “*bottom-up*”, foi realizado um diagnóstico no qual elementos e procedimentos operacionais foram identificados, bem como suas eventuais fragilidades.

Esses esforços culminaram na Portaria AEB nº 62, de 9 de maio de 2017, publicada na seção 1 do Diário Oficial União (DOU), de 10 de maio de 2017, em cumprimento à Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01, de 10 de maio de 2016, que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal.

Esta AEB entende que, para a implementação consistente da Política de Risco, é necessário o mapeamento dos macroprocessos e dos processos de negócio, bem como a definição das prioridades estratégicas do Programa Espacial Brasileiro. Isso depende dos resultados do 1º ciclo do Planejamento Estratégico Institucional, que está em curso nesta Agência, conforme descrito no item Planejamento Organizacional e Resultados deste relatório, cuja conclusão está prevista para abril de 2018.

Não obstante, as atividades definidas pela portaria já foram iniciadas, com a composição do Núcleo de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão (NIRC), conforme dispõe o art. 14 do anexo da referida Portaria.

6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Esta seção contempla informações sobre gestão de pessoal, infraestrutura patrimonial, tecnologia da informação e critérios de sustentabilidade ambiental.

6.1. GESTÃO DE PESSOAS

Este item tem por finalidade informar sobre a estrutura de pessoal da unidade, demonstrativo das despesas com pessoal, gestão de riscos relacionados ao pessoal, contratação de pessoal de apoio e estagiários e contratação de consultores.

6.1.1. Estrutura de pessoal da unidade

Este item tem por finalidade informar sobre a estrutura de pessoa da unidade, quantificando-a e qualificando-a para fins de avaliação da sua suficiência para o cumprimento da missão institucional.

a) Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho

O Plano de Carreiras da AEB segue a Lei nº 8.691, de 28/7/1993, para a área de Ciência e Tecnologia da Administração Federal Direta, das Autarquias e das Fundações Federais e dá outras providências. O quadro a seguir demonstra a composição da força de trabalho da UPC, bem como os ingressos e egressos no exercício de 2017.

Quadro 21 – Força de Trabalho

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	255	86	20	9
1.1. Membros de poder e agentes políticos	1	1	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	254	85	20	9
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	254	67	18	2
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	6	1	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	12	1	7
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	30	1	12
4. Total de Servidores (1+2+3)	255	116	21	21

Fonte: SIAPE e Divisão de Pessoal (DIPES)/Coordenação de Recursos Humanos (CRH)

Quanto à distribuição do quadro de pessoal dentre as áreas da AEB, o quadro a seguir, evidencia a composição da força de trabalho entre área meio e área fim.

Quadro 22 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	37	48
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	37	48
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	26	41
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	5	1
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	6	6
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	14	16
4. Total de Servidores (1+2+3)	51	64

Fonte: Divisão de Pessoal (DIPES)/Coordenação de Recursos Humanos (CRH)

O quadro seguinte tem por objetivo identificar a estrutura de cargos em comissão e de funções gratificadas da AEB.

Quadro 23 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	70	64	19	34
1.1. Cargos Natureza Especial	1	1	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	69	63	19	34
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	15	13	2
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	6	1	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	12	3	8
1.2.4. Sem Vínculo	Não há	24	1	18
1.2.5. Aposentados	Não há	6	1	6
2. Funções Gratificadas	7	4	1	3
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	1	1	1
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	3	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	77	68	20	37

Fonte: Divisão de Pessoal (DIPES)/Coordenação de Recursos Humanos (CRH)

Análise Crítica

Tendo em vista os dados apresentados nos quadros acima e uma breve ponderação histórica da força de trabalho desta Agência Espacial Brasileira (AEB), seguem demonstrados diversos aspectos que interferem diretamente na força de trabalho, conforme segue:

- Composição da Força de Trabalho

Em 31 de dezembro de 2017, em função do concurso público realizado em 2014 e ingresso de novos servidores, esta Agência passou a contar com uma força de trabalho bem menos precária que em 2016, quando até junho, o quadro era composto essencialmente por servidores requisitados e nomeados em cargos em comissão, conforme pode-se inferir a partir dos seguintes dados:

- ✓ 2016: 7 (sete) servidores efetivos, 18 (dezoito) servidores requisitados de outros órgãos e 41 (quarenta e um) servidores nomeados cargo em comissão.

- ✓ 2017: 67 (sessenta e sete) servidores efetivos, 12 (doze) servidores requisitados de outros órgãos, 30 (trinta) servidores nomeados cargo em comissão sem vínculo com a administração pública e 6 (seis) servidores com exercício descentralizados.

Embora tenha havido uma severa mudança na composição da força de trabalho tendo em vista o vínculo e a origem dos servidores, constata-se que ainda sim, quase 42% da força de trabalho desta Agência segue composta por servidores que não são do quadro, o que fragiliza a força de trabalho.

- Distribuição da Força de Trabalho

Até o segundo bimestre de 2016, a força de trabalho da AEB era constituída em sua maioria por servidores requisitados de outros órgãos e nomeados em cargos em comissão. A partir de junho de 2016, com a chegada dos primeiros servidores efetivos, houve um reforço de servidores para a Agência, o que permitiu uma melhor alocação funcional visando atender às reais necessidades de cada unidade interna da UPC.

A alocação dos servidores obedeceu a distribuição definida pela Estrutura Regimental do Decreto nº 8.868, de 4 de outubro de 2016, e conforme os cargos pré-determinados pelo Edital do concurso público realizado. Com o objetivo de cumprir a missão institucional, deu-se prioridade no atendimento das solicitações de servidores para as áreas finalísticas, enquanto que as áreas-meio foram parcialmente contempladas. Atualmente, cerca de 60% dos servidores encontram-se lotados nas áreas fins desta Agência, enquanto os outros 40% atuam na área meio.

- Relação entre servidores efetivos e temporários

Não há relação entre servidores efetivos e temporários uma vez que a AEB não possui em seu quadro nenhum servidor com este tipo de vínculo.

- Conclusões de eventuais estudos realizados para avaliar a distribuição do pessoal no âmbito da unidade, especialmente no contexto da execução da sua atividade fim

Os servidores efetivos da AEB foram alocados seguindo estritamente os cargos definidos no Edital concurso público realizado em 2014.

- Ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada ao pessoal, especialmente em relação à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos e à terceirização irregular de cargos, demonstrando as medidas adotadas para tratar a irregularidade identificada

O atual quadro de servidores da AEB é composto por 67 (sessenta e sete) servidores de carreira do próprio órgão, sendo 07 (sete) servidores do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) e 60 (sessenta) servidores da carreira de Desenvolvimento Tecnológico e da Carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia. Tais servidores não se encontram nas situações de vedação previstas no art. 37, incisos XVI e XVII da Constituição Federal. Quanto aos demais servidores que compõem a força de trabalho da AEB, esses são de responsabilidade dos seus órgãos de origem, uma vez que são requisitados de outros órgãos. Assim, informamos que não há servidores que se enquadrem na referida vedação, motivo pelo qual, não dispomos de dispositivos voltados à detecção de tais casos.

- Indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas:

Visando atender ao Acórdão TCU nº 2.941/2017, que determina a formalização do Planejamento Estratégico da AEB e a consequente criação de seus indicadores, estão sendo desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho, responsável por este trabalho, os objetivos, as metas e os indicadores de todas as unidades da Agência, inclusive os indicadores gerenciais sobre gestão de

pessoas. Assim, após a conclusão e publicação desse trabalho será possível discorrer sobre os indicadores em cito.

b) Qualificação da força de trabalho;

- Qualificação da força de trabalho quanto ao grau de escolaridade, especialização, tempo para aposentadoria, idade, e outros aspectos relevantes no contexto da unidade:

Dada a natureza da atividade finalística da AEB e as especificidades exigidas no concurso público para a titulação dos candidatos, os servidores em exercício nesta Agência concentram-se nos mais altos graus de escolaridade, sendo que cerca de 43% de sua totalidade são especialistas, mestres e doutores, 41% graduados nas mais diversas áreas, restando apenas 16% de servidores formados em cursos de qualificação ou que possuam formação até 1º e 2º graus completos.

Conforme explicitado no Relatório de Gestão de 2016, quando o quadro de servidores da Agência ainda era composto de cargos comissionados, aqueles servidores que se aposentavam eram substituídos por outros sem vínculo, de forma que o contingente da força de trabalho não era impactado pelas aposentadorias. Porém, com a mudança expressiva do perfil de servidores no quadro efetivo desta AEB e considerando-se o perfil etário dos servidores, acredita-se que futuramente a UPC terá impacto na sua força de trabalho, uma vez que os servidores efetivos aposentados somente poderão ser substituídos por meio de concurso público. O perfil etário da Agência consiste:

- 7 (sete) servidores até 30 anos;
- 46 (quarenta e seis) servidores de 31 a 40 anos;
- 25 (vinte e cinco) de 41 a 50 anos;
- 23 (vinte e três) de 51 a 60 anos e
- 14 (quatorze) possuem acima de 60 anos.

Assim tem-se 32% de nossos servidores próximos do evento da aposentadoria, sendo alguns destes passíveis de substituição apenas por concurso público.

Em 2017, o montante investido na capacitação e desenvolvimento dos servidores efetivos, nomeados cargos em comissão e requisitados desta Agência foi de R\$ 211.944,43 (duzentos e onze mil, novecentos e quarenta e quatro reais e quarenta e três centavos).

- Política de Capacitação e Treinamento do Pessoal

A AEB por meio da Divisão de Capacitação, Treinamento e Desenvolvimento (DCTD) vem trabalhando na capacitação dos novos servidores e dos servidores que já se encontravam em exercício na instituição. No presente exercício foram capacitados 73 (setenta e três) servidores, tanto da área meio como da área finalística, e para tal foram contratados 21 (vinte e um) cursos/eventos para a capacitação e treinamento destes, além dos treinamentos realizados pelas escolas de governo ENAP, ESAF e Escola da AGU.

6.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal

O quadro a seguir demonstra a composição de valores pagos aos servidores da AEB nos exercícios de 2016 e 2017.

Quadro 24 – Despesas de pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2017	0,00	189.954,96	15.829,58	5.195,43	50.459,24	0,00	0,00	0,00	0,00	261.439,21
	2016	0,00	175.407,90	15.075,79	5.025,26	5.581,00	0,00	0,00	0,00	0,00	201.089,95
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2017	4.205.355,21	225.194,55	651.849,37	3.194.029,36	542.193,19	102.029,97	101.341,94	6.470,94	0,00	9.028.464,53
	2016	1.418.948,84	90.666,68	1.337.761,38	27.936,11	193.968,03	35.413,19	0,00	0,00	0,00	3.104.694,23
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2017	0,00	780.246,90	74.108,43	22.138,67	144.255,70	1.989,28	47.409,17	7.722,48	0,00	1.077.779,63
	2016	0,00	640.191,88	60.677,41	20.810,10	83.464,60	2.983,92	0,00	1.715,16	0,00	809.843,07
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2017	1.364.338,86	0,00	112.486,30	47.572,83	239.077,88	45.295,61	148.975,20	42.839,51	0,00	2.000.586,19
	2016	1.491.473,92	0,00	128.054,86	38.743,21	316.390,04	31.446,54	0,00	25.853,63	0,00	2.031.962,20
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2017	141.734,06	0,00	21.074,38	107.435,54	13.018,94	3.530,01	0,00	1.255,90	0,00	288.048,83
	2016	31.725,34	0,00	31.090,80	1.571,87	2.285,71	0,00	0,00	0,00	0,00	66.673,72
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAPE E SIAFI

6.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Conforme informado anteriormente, a Agência Espacial Brasileira possui um grupo de trabalho com a finalidade de elaborar o planejamento estratégico da Agência cujo objetivo é melhorar a gestão e atender ao Acórdão TCU nº 2.941/2017. Após a conclusão dessas atividades, será possível publicar os objetivos, metas e indicadores, inclusive de riscos, relacionados à gestão de pessoal da Agência.

Contudo, alguns controles, em função da legislação vigente já são realizados, tais como avaliações de desempenho, de estágio probatório e para progressão funcional, que objetivam auferir as capacidades, as habilidades e as atitudes dos servidores relacionadas às demandas de suas áreas de lotação, bem como a falta destas. Convergindo para o resultado dessas avaliações, é realizado também um controle de servidores que são capacitados nas diversas áreas temáticas necessárias, controle este que poderá ser cruzado futuramente com as carências auferidas nas avaliações. E, por último, mas não menos importantes, passaram a ser feitos controles de absenteísmo e de ocorrências médicas, visando a criação de indicadores que venham a gerar resultados para a gestão de risco no âmbito da gestão de pessoal e respaldar cronogramas de ações de saúde e qualidade de vida no trabalho dos servidores.

Aliado a esses controles, existe também uma articulação dos órgãos federais em funcionamento no Complexo Administrativo do Setor Policial Sul (Complexo SPO) para firmarem entre si um Acordo de Cooperação que objetiva, entre outras coisas, ações de Qualidade de Vida no Trabalho e Sustentabilidade no âmbito do Complexo do SPO, além das previstas no âmbito da Agência Espacial Brasileira.

6.1.4. Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Neste item são demonstrados os contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da AEB.

a) Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

Em 2017, a AEB dispôs de 44 (quarenta e quatro) profissionais terceirizados que prestam serviços de auxílio administrativo e copeiragem, em 2017, cujas despesas foram, aproximadamente, R\$ 2,7 milhões. Entende-se que o comprometimento orçamentário está perfeitamente aderente ao serviço prestado por essas equipes, que agregam valor e desoneram os servidores da AEB de atividades acessórias terceirizáveis, permitindo canalizar esforços para atividades finalísticas ou exclusivas de servidores públicos. O quadro a seguir apresenta informações adicionais sobre esses contratos.

Quadro 25 – Contratos de mão de obra não abrangidos pelo plano de cargos do órgão

Unidade Contratante					
Nome: Agência Espacial Brasileira					
Informações sobre os Contratos					
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados
			Início	Fim	
2015	Apoio administrativo 1 e 2	Sempre Alerta – CNPJ – 03.470.083.0001-70	05/03/2017	05/03/2018	Nível Médio
2013	Prestação de Serviço de Copeiragem	3R – CNPJ – 86.900.545/0001-70	28/01/2018	28/01/2019	Ensino Fundamental incompleto

Fonte: Coordenação de Recursos Logísticos (CRL)

A Agência não contrata diretamente serviços de limpeza, segurança ou brigadistas – esses serviços são contratados pelo órgão gestor do complexo SPO e rateados no condomínio. A AEB, por outro lado, contrata serviços de motoristas – que estão descritos no item 6.2 deste Relatório.

b) Contratação de Estagiários

No ano de 2015, a AEB disponibilizou 56 (cinquenta e seis) vagas para estágio, sendo 37 (trinta e sete) para nível superior e 19 (dezenove) para nível médio, destas apenas 15 (quinze) vagas foram preenchidas, sendo 12 (doze) de nível superior e 3 (três) de nível médio. A área finalística ficou com 11 (onze) vagas e a área meio contou com apenas 1 (uma). As 3 (três) de nível médio foram alocadas na área meio. Foram investidos ao longo do exercício de 2015 o valor de R\$ 74.880,00 (setenta e quatro mil oitocentos e oitenta reais) na contratação de estagiários de nível superior e R\$ 10.440,00 (dez mil quatrocentos e quarenta reais) na contratação de estagiários de nível médio.

Em 2016, o quantitativo de vagas para estágio permaneceu em 56 (cinquenta e seis) com a mesma distribuição por área: 37 (trinta e sete) para nível superior e 19 (dezenove) para nível médio, sendo que destas foram preenchidas 15 (quinze) vagas com estagiários de nível superior lotados na área fim, e 2 (duas) vagas de estagiários de nível médio lotados na área meio. Foram empreendidos um valor total de R\$ 102.336,00 (cento e dois mil trezentos e trinta e seis reais), sendo R\$ 93.600,00 (noventa e três mil e seiscentos reais) com estagiários de nível superior e R\$ 8.736,00 (oito mil setecentos e trinta e seis reais), com de nível médio.

No exercício de 2017, a Agência disponibilizou as mesmas 56 (cinquenta e seis) vagas para estágio, com a mesma distribuição por área dos exercícios anteriores, sendo preenchidas 11 (onze) vagas para o nível superior, sendo 9 (nove) estagiários alocados na área fim e 2 (dois) estagiários na área meio, e preenchidas 2 (duas) vagas de nível médio, alocadas na área meio. Estas contratações resultaram num gasto de R\$ 75.600,00 (setenta e cinco mil e seiscentos reais), sendo R\$ 68.640,00 (sessenta e oito mil seiscentos e quarenta reais) para os estagiários de nível superior, e R\$ 6.960,00 (seis mil novecentos e sessenta reais) para os de nível médio.

Todas as contratações de estagiários tiveram como principal objetivo integrar os jovens ao sistema corporativo, bem como dar oportunidade de participarem de atividades voltadas as suas áreas de atuação, participando de projetos científicos, dentre outras atividades inerentes à AEB.

6.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

Este item tem por finalidade informar sobre a gestão da frota de veículos, gestão do patrimônio imobiliário, cessão de espaços físicos e imóveis, imóveis locados de terceiros e obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim.

6.2.1. Gestão da frota de veículos

Esta seção tem por finalidade informar sobre a gestão da frota de veículos à disposição da AEB.

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

A AEB se ampara no Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008, e na Portaria nº 05/DPOA, de 15 de janeiro de 2009, que regulamentam a utilização de pequenas cargas.

Além disso, destacam-se os seguintes normativos: Lei nº 10.520/2002; Lei nº 8.666/93; Lei nº 9.660/98 e Instrução Normativa MP nº 3/2008.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades UPC

Para as atividades da Agência, os serviços de transporte são de grande relevância, uma vez que a AEB não dispõe de frota própria de veículos e de função de motorista no quadro de servidores. Dessa forma, há a necessidade de contratação de empresa de transporte para a realização de atividades externas, essenciais ao funcionamento, as quais exigem constantes deslocamentos de pessoas, documentos, materiais e pequenas cargas.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UPC

A AEB não dispõe de frota própria de veículos automotores sob sua responsabilidade, utilizando veículos de terceiros nas seguintes quantidades e categorias: Veículos Integrais – 1(um) automóvel executivo, 2(dois) automóveis de passeio 1.0 e 1(uma) motocicleta; Veículos destinados à locação eventuais - Micro-ônibus/Van; Ônibus rodoviários e Caminhão de carga.

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra

O quadro a seguir, demonstra os quilômetros rodados por veículos de terceiros por categoria.

Quadro 26 – Gestão da frota de veículos locados de terceiros

Grupo de veículo	Quantidade	Km rodados
Veículo de representação		
Automóvel executivo	1	45.378
Veículos de transporte institucional		
automóveis de passeio 1.0	2	30.346
Motocicleta	1	14.387
Veículos destinados à locação eventual		
Ônibus		1.090
Caminhão		324
Van		108
TOTAL		91.633

Fonte: Coordenação de Recursos Logísticos (CRL)

Verificou-se significativa alteração da quilometragem rodada dos veículos em 2017 em relação ao ano anterior (74.496 km) em função da nova configuração do quadro de servidores dessa Agência.

e) Idade média da frota, por grupo de veículos

Quanto à idade média da frota, tem-se: Veículo de passeio e executivo – 2(dois) anos de uso e Motocicleta - 2(dois) anos de uso.

f) Despesas associadas à manutenção da frota (por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela Administração da frota, entre outros)

Não há custos associados à manutenção da frota.

g) Plano de substituição da frota

A substituição da frota é feita de acordo com o contrato firmado com a empresa terceirizada (ABC Transportes) e deverá ser realizada a cada 2(dois) anos.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

A UPC não optou por aquisição em detrimento da locação, conforme resposta da letra “b”.

i) Estrutura de controles de que a UPC dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

Para a gestão dos serviços a UPC tem um servidor designado em Portaria para fiscalizar, liberar e controlar a quilometragem, as requisições de transporte e as saídas dos veículos.

6.2.2. Gestão do patrimônio imobiliário da União

A AEB não possui imobiliário da União em seu nome. Foram iniciadas tratativas junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC - órgão gestor) e à Agência

Nacional de Águas (ANA - administradora do Complexo SPO) para a construção de uma nova sede da AEB.

6.2.3. Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim

No âmbito da AEB, não houve em 2017 nenhuma contratação de obra ou serviço de engenharia que estivesse diretamente relacionado às atividades finalísticas da Agência.

O quadro a seguir, apresenta as obras iniciadas em 2017 que impactarão toda a Agência.

Quadro 27 – Obras e serviços de engenharia realizados

Descrição	Empresa	Vigência do Contrato	Estágio Execução	Valor Pago (até Dez/2017)	Valor Restos a Pagar Pago (até Dez/2017)
Elaboração do Projeto Básico para o novo Datacenter da AEB	Evolua Engenharia	16/10/2018	Concluído	R\$ 50.000,00	R\$ 0,00
Construção do novo refeitório e copa da AEB	NHJ do Brasil	08/11/2018	Não Concluído	R\$ 0,00	R\$ 326.000,00

Fonte: Coordenação de Recursos Logísticos (CRL)

6.3. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Esta seção demonstra a estrutura da TI na AEB, explicitando sua organização interna e o papel estratégico na organização.

A Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação do Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº 1.603/2008 do Plenário, constatou algumas não-conformidades do atual cenário da unidade de Tecnologia da Informação da AEB. Tais como:

- A unidade de TI da AEB deveria estar em um nível mais estratégico;
- A área de desenvolvimento de sistemas carece de padronização de metodologias de desenvolvimento de software;
- Não mapeamento de processos da TI; e
- Ausência de quadro de pessoal e plano de carreira profissional.

Nos últimos dois anos, a organização tem se esforçado para mitigar os problemas apontados no relatório. Iniciou-se pela posse, no final de 2016, dos primeiros servidores do quadro efetivo, oriundos de concurso público. A chegada desses colaboradores trouxe um grande impacto na organização e nos processos internos da TI como um todo, que teve como foco o atendimento das recomendações do acórdão e a melhoria dos serviços, a serem demonstrados nos próximos itens.

a) Governança de TI

No quesito organizacional, a TI é responsabilidade da Divisão de Informática (DINF), vinculada à Coordenação de Planejamento, Modernização e Informática (CPM), por sua vez vinculada à Diretoria de Planejamento e Organização (DPOA). O Chefe de Divisão é o responsável pela área de TI na AEB, sendo membro do Comitê de TI.

A Portaria nº 280, de 14 de dezembro de 2017, estabelece o Comitê de Tecnologia da Informação da AEB, composto pelo Presidente da Agência, seus Diretores, chefia de Gabinete e responsável pela TI. As competências do comitê são:

- Determinar prioridades dos programas de investimentos em TI em linha com as estratégias e prioridades do negócio;
- Monitorar o estado atual dos projetos e resolver conflitos de recursos; e

- Monitorar níveis de serviço e suas melhorias.

Além das competências primordiais, seus membros também compõem o Comitê de Segurança da Informação e Comunicações (CSIC) e possuem importantes atribuições no que tange à elaboração do Plano Diretor da Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC) da AEB. Esse Comitê, composto por membros da alta direção, almeja promover o alinhamento das ações estratégicas organizacionais com a área de TI.

Resultados alcançados

Apesar de não ter ocorrido nenhuma reunião do Comitê de TI no período, a DINF, atendendo à recomendação do acórdão do TCU, está em processo de ser elevada à condição de Coordenação. A formalização depende de alteração no Regimento Interno da AEB, que, por sua vez, depende de novo aparato normativo. Assim, como se trata de uma mudança que requer um prazo mais longo para ser efetuada, em função das propostas de mudança para o setor como um todo, na prática, o Chefe da Divisão de Informática ocupa o cargo de Coordenador de Planejamento, Modernização e Informática Substituto, aumentando a importância da área no organograma da organização.

Além disso, também foi realizada uma mudança no que tange à ocupação dos cargos estratégicos e, tanto o Coordenador como seu substituto na Divisão de Informática, são funcionários concursados com experiência na área. Espera-se que essas alterações contribuam com a elevação do nível de governança.

b) Estrutura da TI

Como a área de TI permanece como Divisão no organograma da Agência, não foi possível formalizar a organização interna em equipes. Contudo, na prática, a DINF se divide em três equipes, como apresentado na Figura 3:

- Equipe de Infraestrutura;
- Equipe de Desenvolvimento;
- Equipe de Suporte.

Além disso, existe uma função atrelada a atividades específicas relacionadas à Governança de TI no suporte à Chefia de Divisão, principalmente no que se refere ao atendimento do aparato normativo e tratamento das demandas provenientes dos usuários.

Figura 3 – Organograma da TI na AEB



Fonte: Divisão de Informática (DINF)

O quadro a seguir apresenta as atividades e funções desenvolvidas pela unidade de TI. Em virtude da falta de pessoal para execução com excelência de todas as atividades necessários ao cumprimento das funções delegadas à área de Governança de TI, a Equipe de Suporte atualmente assume

algumas de suas atividades, sendo o Chefe de Serviço de Suporte o responsável pela elaboração do PDTIC referente ao biênio 2018 e 2019.

Quadro 28 – Atividades e funções da Unidade de TI

Atividades e Funções	Responsáveis
Gerência de Estratégia para Serviços de TI	Chefe de Divisão
Gerência de Portfólio de Serviços	
Gerência Financeira	
Atendimento às demandas dos órgãos de controle	
Escritório de Gerenciamento de Projetos	
Elaboração, manutenção e controle da Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC)	Governança de TI
Elaboração, manutenção e controle do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTIC)	
Elaboração, manutenção e controle da Plataforma de Cidadania Digital	
Elaboração, manutenção e controle do Plano de Dados Abertos (PDA)	
Gerência de Demanda	
Gerência de Relacionamento de Negócios	Equipe de Suporte
Fiscalização da Central de Serviços ao Usuário (N1, N2)	
Aquisição de Bens de TI (suporte ao usuário)	
Gerência de Incidentes	Equipe de Desenvolvimento
Elaboração, manutenção e controle do Processo de Software da AEB	
Desenvolvimento, operação e manutenção de sistemas e portais	
Serviços de automação de infraestrutura	
Gerência do Nível de Serviço	
Gestão do Conhecimento	
Aquisição de Software	
Fiscalização do Projeto Arquitetura da Informação para o Programa Espacial Brasileiro em parceria com a UnB	
Segurança da Informação	Equipe de Infraestrutura
Serviço de Redes	
Bancos de Dados	
Serviço de Virtualização	
Aquisição, operação e manutenção de ativos de TI	
Operação e Manutenção do CPD	

Fonte: Divisão de Informática (DINF)

➤ **Chefe de Divisão**

O Chefe de Divisão é responsável por realizar o alinhamento estratégico da TI junto à organização, além de repassar as demandas para as equipes da Divisão. Além disso, realiza a gerência do portfólio de serviços fornecidos, atende às demandas dos órgãos de controle e gerência os recursos financeiros e contratações. Em última análise, o Chefe de Divisão é responsável por gerenciar os projetos em execução em toda a divisão.

➤ **Governança de TI**

A equipe de governança fornece suporte à chefia de divisão no que tange à elaboração de normativos da área de Tecnologia da Informação e Comunicações, além de ser responsável por receber e coordenar as demandas dos usuários. Após elencadas e priorizadas, é seu papel acompanhar a execução e repassar o status quando finalizada ou sempre que solicitado.

➤ **Equipe de Suporte**

A equipe de suporte é responsável por prover os serviços à estação de trabalho do usuário, sejam eles bens de TI (computador, mouse, teclado, monitor), seja tratar de problemas relativos à conectividade. Como a AEB possui contrato com Central de Serviços para suporte ao usuário, também é seu papel fiscalizar a execução dos serviços nos níveis N1, N2 e N3 com o auxílio da equipe técnica.

➤ Central de Suporte (N1 e N2)

A AEB possui contrato com a empresa CentralIT para execução de serviços de suporte em níveis N1 e N2, realizado através da ferramenta Citsmart. São eles:

- Suporte N1: 2 pessoas

A Central de Suporte opera das 07h00 às 19h00 pelo telefone, sendo responsável por receber e priorizar as demandas dos usuários. Sempre há um funcionário no período da manhã e outro no período da tarde, garantindo a continuidade no atendimento dos serviços.

- Suporte N2: 3 pessoas

Após a priorização e classificação realizada pelo atendimento N1, o suporte N2 realiza o atendimento presencial, conforme necessidade.

➤ Equipe de Desenvolvimento

A equipe de desenvolvimento é responsável por desenvolver, operar e manter todos os sistemas e portais da Agência Espacial, seja com equipe própria, seja com apoio de pesquisadores oriundos do Projeto de Cooperação com a Universidade de Brasília. Assim, a equipe também deve garantir o atendimento dos níveis de serviço para todos os sistemas e portais e garantir os processos de Gestão do Conhecimento, de forma a minimizar o impacto da alta rotatividade de pesquisadores, terceirizados e servidores no setor.

Durante todo o ano de 2017, a equipe, para atender recomendações dos órgãos de controle, elaborou o Processo de Software da AEB, que trata da Política de Desenvolvimento, Manutenção e Aquisição de Software, sendo ainda responsável pela sua atualização. Um dos subprodutos do processo é a implantação da cultura DevOps e, conseqüentemente, de ferramentas de automação para garantir a Entrega Contínua dos serviços. Manter e atualizar as rotinas automatizadas é parte das atribuições, bem como fazer o repasse de conhecimento para a área de infraestrutura.

c) Projeto Arquitetura da Informação para o Programa Espacial Brasileiro

Consistem em um projeto de pesquisa realizado em parceria com a Universidade de Brasília e tem entre suas finalidades promover a inovação e auxiliar a área de informática a atender seus objetivos estratégicos.

Em 2017, foram desenvolvidos os seguintes projetos:

- Projeto IMATEC: 1 pesquisador - Sistema de avaliação de grau de maturidade tecnológica
- Interação Humano-Computador: 2 pesquisadores - Implantação dos processos de IHC no desenvolvimento dos sistemas internos da AEB
- Elaboração do Processo de Software da AEB: 12 pesquisadores - Elaboração da Política de Aquisição, Desenvolvimento e Manutenção de Software da AEB
- Sistema Copérnico: 2 pesquisadores - Sistema para monitoramento orçamentário e financeiro da AEB
- Sistema de RH – SISRH: 1 pesquisador - Sistema para registro de ponto eletrônico, cadastro de funcionários, avaliações de desempenho e estágio probatório, plano de capacitação e outras demandas relativas aos servidores da AEB
- Portal da AEB/Intranet: 1 pesquisador - Desenvolvimento de novo Portal da AEB e manutenção da Intranet

- Núcleo de Inteligência Competitiva: 2 pesquisadores - Projeto de pesquisa para levantamento de indicadores e desenvolvimento de ferramentas para acompanhamento dos objetivos estratégicos do Programa Espacial Brasileiro
- Gestão da informação: 4 pesquisadores - Construção da classificação documental e arquivística da AEB
- Programa ASTROS – Astronomia Social: 5 pesquisadores - Desenvolvimento de plataforma de ensino-aprendizagem com foco em astronomia para os estudantes do ensino médio e fundamental.

d) Aquisição de software

A equipe é responsável por tratar todas as demandas por serviços de software oriundas das outras áreas da Agência.

e) Equipe de Infraestrutura

A equipe de infraestrutura é responsável por prover os serviços de infraestrutura básica tanto para os usuários, quanto para a própria área de informática. A execução dos serviços é apoiada pela Central de Serviços com o suporte N3, que oferece, além de um profissional e preposto alocados em horário comercial, a possibilidade de execução de projetos individuais apoiados por especialistas.

Além da operação da Central de Serviços, também está entre suas atribuições a operação do CPD da AEB, auxílio na fiscalização e aprovação das tarefas executadas pelo suporte N3, aquisição de bens de TI e ativos de rede para suportar a entrega da infraestrutura básica, bem como participar de Grupos de Trabalho relacionados ao PDITC, POSIC entre outros.

f) Projetos de TI Desenvolvidos

A seção apresenta os projetos desenvolvidos por área da gestão de TIC. Como auxílio, estão apresentados também os Objetivos Estratégicos da TI. O alinhamento estratégico em relação aos objetivos institucionais é apresentado no PDTI 2016-2017 versão 1.4.

Quadro 29 – Objetivos Estratégicos de TI no PDTI 2016-2017

ID	Descrição
OTI01	Alinhar a estratégia de TI com a de negócios
OTI02	Prestar os serviços de TI em consonância com os requisitos de negócio
OTI03	Garantir a transparência dos custos, benefícios e riscos da TI
OTI04	Promover a agilidade nos serviços de TI
OTI05	Garantir a segurança da informação e comunicação
OTI06	Melhorar continuamente a prestação de serviços de TI
OTI07	Promover a gestão e a governança de TI
OTI08	Prover a infraestrutura de TI
OTI09	Otimizar os ativos, recursos e capacidades de TI
OTI10	Prover a capacitação e apoio aos processos de negócio através da integração de aplicativos e tecnologia
OTI11	Prover informações úteis e confiáveis para a tomada de decisão
OTI12	Implementar sistemas de informações
OTI13	Garantir conhecimento, <i>expertise</i> e iniciativas para a inovação dos negócios
OTI14	Estar em conformidade com as leis e regulamentos externos
OTI15	Melhorar a transparência à sociedade.
OTI16	Fortalecer a integração e a comunicação institucional com o SISP.
OTI17	Fortalecer a integração universidade-empresa.

Quadro 30 – Projetos de Suporte e Governança de TI

Projeto	Descrição Curta	Resultados Esperados	Prazo	Valor Orçado	Valor Despendido	Alinhamento Estratégico
Elaboração da POSIC 2017-2018	Elaboração da Política de Segurança da Informação para o biênio 2017-2018	POSIC Publicada	11/2017	NA	NA	OTI05 OTI06 OTI07 OTI09 OTI14
Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação da AEB	Elaboração do documento descrevendo a Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação da AEB	Política aprovada e publicada	12/2017	NA	NA	OTI07 OTI16
Elaboração do PDA 2017-2018	Elaboração do Plano de Dados Abertos da AEB para o biênio 2017-2018	PDA aprovado e publicado	01/2017	NA	NA	OTI07 OTI15 OTI16
Central de Serviços (N1, N2 e N3)	Execução de contrato da Central de Serviços níveis N1, N2 e N3 – Ano 2016/2017	Contrato renovado em 07/2016 e SLA atendido	07/2017	R\$ 1.561.040,00	R\$ 1.561.040,00	OTI04 OTI06
Central de Serviços (N1, N2 e N3)	Execução de contrato da Central de Serviços níveis N1, N2 e N3 – Ano 2017/2018	Contrato renovado até 07/2017 e SLA atendido	07/2018	R\$ 1.561.040,00	R\$610.435,80 (Julho/2017 a Novembro/2017)	OTI04 OTI06
Aquisição de Microcomputadores	Aquisição de microcomputadores para substituir equipamentos que estavam sem garantia	92 unidades adquiridas	12/2017	R\$ 402.040,00	R\$ 402.040,00	OTI06 OTI08 OTI09
Aquisição de equipamento de videoconferência	Aquisição de equipamentos de videoconferência para substituir os equipamentos antigos que estavam apresentando mal funcionamento e não tinham mais garantia	1 equipamento adquirido	11/2017	R\$ 53.112,36	R\$ 23.400,00	OTI02 OTI04 OTI06 OTI08 OTI09

Fonte: Divisão de Informática (DIFIN)

Quadro 31 – Projetos de Desenvolvimento

Projeto	Descrição Curta	Resultados Esperados	Prazo	Valor Orçado	Valor Despendido	Alinhamento Estratégico
Aquisição de Editor de Documentos PDF	Aquisição de Pacote Adobe Pro para edição de documentos em PDF	5 licenças adquiridas	07/2017	R\$ 7.656,00	R\$ 7.656,00	OTI09
Implantação de sistema de Cloud	Implantação de disponibilização de servidor OwnCloud	100% implantado	01/2017	NA	NA	OTI02,OTI09, OTI10
IMATEC	Desenvolvimento de Sistema para cálculo do índice de maturidade tecnológica das empresas	IMATEC Light desenvolvido	08/2017	NA	NA	OTI03, OTI09,OTI10,OTI11,OTI12, OTI14,OTI15,OTI17
SISRH	Desenvolvimento de Sistema para atendimento das necessidades do RH	SISRH desenvolvido	12/2017	NA	NA	OTI09,OTI12,OTI17
Novo Portal da AEB	Desenvolvimento do Novo Portal da AEB, de acordo com o Portal Padrão	Portal publicado	12/2017	NA	NA	OTI02,OTI03,OTI09,OTI12, OTI14,OTI17
ASTROS	Desenvolvimento de plataforma digital para ensino de astronomia	Versão Beta publicada	12/2017	NA	NA	OTI02,OTI09,OTI12,OTI17
PSW – AEB	Elaboração do Processo de Software da AEB, contendo a Política de Aquisição, Desenvolvimento e Manutenção de Software da AEB	PSW publicado	12/2017	NA	NA	OTI06, OTI07,OTI09,OTI14,OTI17
GRP – Almoxarifado	Implantação de módulo de almoxarifado da plataforma GRP	GRP publicado	06/2017	NA	NA	OTI09,OTI12
Projeto Arquitetura da Informação para o Programa Espacial Brasileiro	Execução do Projeto de Pesquisa em parceria com a Universidade de Brasília para inovação e atendimento das necessidades institucionais da AEB	4 publicações internacionais; 4 publicações nacionais; Relatório Técnico	12/2017	NA ²	R\$ 564.166,65	OTI02,OTI07,OTI09,OTI10, OTI11,OTI12,OTI17
Implantação do e-mag	Implantar rotina de homologação dos produtos de desenvolvimento com verificação da acessibilidade das entregas através de validação automática	Implantando nos projetos desenvolvidos no ano	12/2017	NA	NA	OTI02,OTI04,OTI05,OTI06, OTI10,OTI12,OTI14
Núcleo de Inteligência Competitiva	Levantamento de indicadores para avaliação do desempenho do Programa Espacial Brasileiro	Revisão Sistemática na área	12/2017	NA	NA	OTI03,OTI07,OTI10,OTI17
Ansible	Implantação de ferramenta de Gerência de Configuração para utilização de Infraestrutura como Serviço	Softwares em Python e Angular implantados	12/2017	NA	NA	OTI04,OTI05,OTI06,OTI08, OTI09,OTI10,OTI12,OTI14, OTI16
CI/CD	Implantação do Gitlab-CI para Integração e Entrega Contínua para todos os serviços da casa	Implantação para Python, PHP e Angular 4	12/2017	NA	NA	OTI04,OTI05,OTI06,OTI08,OTI09,OTI10,OTI12,OTI14, OTI16
Hotsites	Desenvolvimento de hotspots para eventos corporativos	Dois eventos publicados	11/2017	NA	NA	OTI02,OTI03,OTI09,OTI12, OTI14
IHC	Implantação das disciplinas de IHC ao PSW	<i>Styleguide</i> para sistemas da AEB	12/2017	NA	NA	OTI02,OTI04,OTI05,OTI06, OTI10,OTI12,OTI14

Fonte: Divisão de Informática (DIFIN)

²A Diferença entre o valor despendido e valor orçado deve-se à transferência realizada no final do ano de 2016. Em 2017 não houve descentralização para o projeto, uma vez que o Plano de Trabalho vigente expirou no final de 2017.

Quadro 32 – Projetos de Infraestrutura

Projeto	Descrição Curta	Resultados Esperados	Prazo	Valor Orçado	Valor Despendido	Alinhamento Estratégico
Ativos de Rede	Aquisição de ativos de rede para substituir os equipamentos sem garantia e implementar nova topologia de rede	Licitação e Aquisição concluída	12/2017	R\$ 5.977.370,50	Empenho no valor de: R\$ 4.554.325,50	N02 (Ativos de Rede) PDTI 2016/2017
Segmentação de Redes	Segmentação da rede para aumento do escopo e correção de falhas na topologia. (Contrato Suporte – Projeto)	Estabilidade da rede, segurança, IPs disponíveis para os usuários da AEB	03/2017	R\$ 15.017,60	R\$ 15.017,60	OTI01, OTI04, PDTI 2016/2017
Monitoração (zabbix, OCS, NTOP)	Instalar e parametrizar a monitoração dos ativos de TI	Segurança, disponibilidade, análise preditiva, linhas de tendência, tomada de decisão mais assertiva	06/2017	NA	NA	OTI3, PDTI 2016/2017
Reestruturação de ambiente de virtualização	Reestruturação completa do ambiente de storage e virtualização da AEB. (Contrato Suporte – Projeto)	Disponibilidade, segurança, confiabilidade, organização e bom uso de recursos computacionais.	08/2017	R\$ 125.999,64	R\$ 125.999,64	OTI08, PDTI 2016/2017
Reestruturação da Wifi	Reestruturar escopos, SSIDs, mecanismos de redundância e alta disponibilidade.	Disponibilidade, segurança, confiabilidade, estabilidade do serviço.	07/2017	NA	NA	OTI01, OTI08, PDTI 2016/2017
Implantação do System Center Configuration Manager	Ferramenta para gerenciar antivírus institucional, aplicativos de usuário, atualizações de sistema e inventário do parque computacional da AEB. (Contrato Suporte – Projeto)	Monitoramento, segurança, padronização do ambiente.	12/2017	R\$ 18.732,48	R\$ 18.732,48	OTI3, OTI4, OTI5, OTI6, PDTI 2016/2017
Backup	Instalação do software báculo e ativação da Tape Dell (Contrato Suporte – Projeto)	Instalar e configuração da Ferramenta de Backup Báculo e tape	05/2017	R\$43.630,08	R\$43.630,08	OTI05, OTI08, PDTI 2016/2017
Data Center	Contratação de empresa para elaborar projeto básico completo	Licitação, elaboração concluída	12/2017	R\$ 87.283,33	Pago R\$ 50.000,00	N33, PDTI 2016/2017
Nobreak Modular de 60kVA	Aquisição e Instalação de Nobreak no bloco Q	Licitação, aquisição, instalação concluídos.	12/2017	R\$ 142.537,05	Empenhado R\$ 132.991,50	Apoio à área responsável CRL.
Reestruturação do Active Directory	Melhorias na estrutura e novas máquinas de Domain Controller do AD.	Segurança, confiabilidade, disponibilidade, padronização do ambiente	04/2018	NA	NA	OTI08, OTI09, PDTI 2016/2017
Adesão ao ICPEdu para certificação digital	Fornecer certificação digital válida para serviços da AEB.	Confiabilidade, aderência a regulações e normativos de segurança da informação.	09/2017	NA	NA	N44, PDTI 2016/2017
Correção do link de internet com RNP	Melhorar o enlace físico para fornecimento do link de dados e internet da AEB pela GigaCandanga (RNP)	Novo equipamento e enlace físico de comunicação com AEB, disponibilidade.	06/2017	NA	NA	OTI06, PDTI 2016/2017

Projeto	Descrição Curta	Resultados Esperados	Prazo	Valor Orçado	Valor Despendido	Alinhamento Estratégico
Sistemas Eletrônico de Informações - SEI	Participação de Grupos de Trabalho, reuniões com RNP e MCTIC	Instalação e utilização	03/2018	NA	NA	N34, PDTI 2016/2017
Aquisição de serviço de e-mail corporativo	Elaboração do TR e contratação por dispensa da Dataprev para serviço de e-mail corporativo da AEB. Migração do serviço atual para o novo.	Serviço em processo de contratação.	12/2017	R\$ 61.112,56	0	N11, PDTI 2016/2017
Configuração de Cluster do Firewall	Instalar e ativar o nó secundário do firewall p/ prover alta disponibilidade	Disponibilidade, segurança	06/2017	NA	NA	OTI05, OTI06
Configuração da nova solução de videoconferência	Configuração e implantação da nova solução de videoconferência	Solução implantada.	11/2017	NA	NA	OTI02, OTI04, OTI08

Fonte: Divisão de Informática (DIFIN)

g) Força de trabalho

Conforme elencado tanto no PDTIC 2016-2017 quanto em relatórios anteriores dos órgãos de controle, a ausência de quadro próprio de pessoal representava uma vulnerabilidade para a área de TI. O problema foi mitigado com a convocação de servidores oriundos de concurso público no final do ano de 2016, gerando também uma grande mudança nos processos internos.

Levando em consideração o modelo de operação da TI apresentado nas seções anteriores, são considerados no quadro a seguir, somente os servidores do órgão, uma vez que cada serviço possui seu modelo de execução e controle associado. Assim, servidores terceirizados e pesquisadores não são considerados força de trabalho para a TI na AEB.

Todo projeto executado por empresas terceirizadas, prestadoras de serviço ou de fornecimento de bens, está prevista a entrega de documentação e repasse de conhecimento através de treinamentos ou *workshops*. Todas as ações realizadas no atendimento de incidentes, requisições ou tarefas rotineiras são registradas diariamente na base de conhecimento da ferramenta CitSmart e na aplicação Wiki, desenvolvida para registro das ações.

Quadro 33 - Quadro de servidores e atribuições na área de informática

Nome	Cargo/Função	Vínculo	Serviço	Carga Horária
Diego Mariano de Oliveira	Coordenador de Planejamento, Modernização e Informática Substituto (DAS-3) Chefe de Divisão (DAS-2) Analista de Tecnologia da Informação	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	Chefia da Divisão	40 Horas
Eduardo Ferreira dos Santos	Chefe de Divisão Substituto (DAS-2) / Líder da Equipe de Desenvolvimento / Tecnologista	AEB	Equipe de Desenvolvimento	40 Horas
Juliano Raphael Simões de Souza	Líder da Equipe de Desenvolvimento Substituto / Tecnologista	AEB	Equipe de Desenvolvimento	40 Horas
Felipe Pontes Guimarães	Tecnologista	AEB	Equipe de Desenvolvimento	40 Horas
Túlio Conrado Campos da Silva	Líder da Equipe de Infraestrutura / Tecnologista	AEB	Equipe de Infraestrutura	40 Horas
Jean Carlos Borges Brito	Líder da Equipe de Infraestrutura Substituto / Analista em Ciência e Tecnologia	AEB	Equipe de Infraestrutura	40 Horas
Paulo Henrique da Silva Júnior	Chefe de Serviço de Governança de TI (DAS-1)	Sem vínculo	Governança de TI	40 Horas
Fabiano de Avelar Apoliano	Chefe de Serviço de Suporte (DAS-1)	Sem vínculo	Equipe de Suporte	40 Horas
Ana Carolina dos Santos Pergentino	Estagiária	AEB	Equipe de Desenvolvimento	30 Horas
Flávio Amaral e Silva	Estagiário	AEB	Equipe de Desenvolvimento	30 Horas
Bruna Nunes Castanheira	Estagiária	AEB	Governança de TI	30 Horas

Fonte: Divisão de Informática (DIFIN)

h) Plano de Capacitação

Com a chegada dos novos concursados na DINF, que possuíam elevada experiência na área de TI, a capacitação teve duas vertentes: conhecimento dos processos relacionados à área de TIC do governo, tais como Gerência de Projetos e Contratos, e investigação de conteúdos relacionados à melhoria da área, como por exemplo, novas tecnologias e processos de trabalho.

Resultados Alcançados

O quadro a seguir apresenta as ações de capacitação realizada pelos servidores da DINF no ano de 2017.

Quadro 34 – Ações de Capacitação realizadas pela equipe da DINF em 2017

Servidor	Certificado	Local
Diego Mariano de Oliveira	Curso Gestão da Estratégia com BSC	ENAP
	Capacitação Gerenciamento de Projetos de TI	Escola Superior de Redes / RNP
Eduardo Ferreira dos Santos	Participação no XXXVII Congresso da Sociedade Brasileira de Computação	CSBC
	CURSO DE QUALIDADE no XXXVII Congresso da Sociedade Brasileira de Computação	
	Minicurso DEEP LEARNING - TEORIA E PRÁTICA no XXXVII Congresso da Sociedade Brasileira de Computação	
	Curso - Turma 5/2016 - Gestão da Estratégia com uso do BSC	ENAP
Juliano Raphael Simões de Souza	Curso SEI IMPLANTAR	ENAP
	Curso Gestão da Estratégia com BSC	
	Conferência UXConf BR 2017	UXConfBR
	Participação no “V Ciclo de Reuniões Técnicas - Fiscalização de Contratos de Terceirização de Mão de Obra”	AGU
Túlio Conrado Campos da Silva	Curso SEI IMPLANTAR	ENAP
	Curso Elaboração de Termos de Referência para Contratação de Bens e Serviços	
	Participou do webinar Backup - O básico cada vez mais essencial	RNP
	Participação no “V Ciclo de Reuniões Técnicas - Fiscalização de Contratos de Terceirização de Mão de Obra”	AGU
	Capacitação Gerenciamento de Projetos de TI	Escola Superior de Redes / RNP
Jean Carlos Borges Brito	Curso SEI IMPLANTAR	ENAP
	Curso SEI USAR	
	Participação no “V Ciclo de Reuniões Técnicas - Fiscalização de Contratos de Terceirização de Mão de Obra”	AGU
Paulo Henrique da Silva Junior	Participou do XXXVII Congresso da Sociedade Brasileira de Computação	CSBC
	Minicurso ALGORITMOS E MODELOS DE PROGRAMAÇÃO EM BIG DATA	
	CURSO DE QUALIDADE no XXXVII Congresso da Sociedade Brasileira de Computação	

Servidor	Certificado	Local
Felipe Pontes Guimarães	Participação no “V Ciclo de Reuniões Técnicas - Fiscalização de Contratos de Terceirização de Mão de Obra”	AGU
	Gestão da Mudança	ESAF
	Apresentou o Grupo de Pesquisa “Brazilian Space Agency’s Research Group” na trilha Fórum de Grupos de Pesquisa	IHC 2017 – Simpósio Brasileiro sobre Fatores Humanos em Sistemas Computacionais

Fonte: Divisão de Informática (DINF)

6.3.1. Principais Sistemas de Informações

O quadro a seguir apresenta os principais Sistemas de Informação da AEB. Destaca-se que as ações tomadas para mitigar os riscos que eventualmente poderiam comprometer a continuidade e disponibilidade dos principais sistemas de informações, envolveram a implantação de ferramenta de monitoramento, investimentos em infraestrutura de TI, reformulação da Central de Serviços com maior controle dos níveis de serviços acordados, elaboração do Processo de Software da AEB e ainda a automatização dos processos de manutenção de softwares.

Quadro 35 – Principais sistemas de informação da AEB

Sistema	Descrição e Objetivo	Responsável Técnico	Criticidade	Manutenção Anual	Responsável
SISRH	Cadastro de funcionários e registro de ponto eletrônico	Eduardo Santos – DINF	Alta	NA	Pessoal próprio
GRP Almojarifado	Sistema de controle de almojarifado	Juliano Souza – DINF	Alta	NA	Pessoal próprio
Próton	Sistema de gestão eletrônica de documentos. Por ele são tramitados e arquivados todos os documentos do órgão.	Diego Oliveira – DINF	Muito Alta	R\$ 47.493,72	Serviço terceirizado
CitsMart - Sistema de SLA para Atendimento de Suporte Técnico	Ambiente disponibilizado para os usuários da instituição realizarem a abertura de notificações referentes a problemas ou necessidades na área de Tecnologia. Principais funcionalidades: Trabalha com SLA para todos os chamados em aberto, possui níveis de hierarquia para vários tipos de problemas existentes.	Diego Oliveira – DINF	Alta	NA	Pessoal próprio
E-mail	Troca de mensagens eletrônicas pelos usuários da Instituição, focado na disseminação de conteúdo corporativo.	Túlio Silva – DINF	Muito Alta	NA	Pessoal próprio
Intranet	Portal corporativo interno para fornecer informações para os funcionários da agência	Eduardo Santos – DINF	Baixa	NA	Pessoal próprio
Portal Corporativo	Portal da Agência Espacial Brasileira adaptado ao guia de comunicação da SECOM-PR	Juliano Souza - DINF	Muito Alta	NA	Pessoal próprio
AEB Cloud	Sistema de compartilhamento de arquivos na nuvem privada da AEB	Eduardo Santos – DINF	Média	NA	Pessoal próprio
Kanban	Sistema de controle de Projetos utilizando quadros Kanban	Eduardo Santos – DINF	Média	NA	Pessoal próprio
Chat AEB	Sistema de comunicação instantânea baseado na plataforma Rocket.chat	Eduardo Santos – DINF	Alta	NA	Pessoal próprio

Fonte: Divisão de Informática (DINF)

O quadro a seguir apresenta os principais sistemas de TI em desenvolvimento no período de vigência do PDTI 2016-2017, discriminando os alinhamentos com o PDTI. Vale ressaltar que o

desenvolvimento dos sistemas é feito pela equipe interna com apoio dos pesquisadores, alinhado aos objetivos elencados em seus planos de trabalho individuais.

Quadro 36 – Sistemas em desenvolvimento no ano de 2017

Projeto	Descrição	Alinhamento	Situação / Prazo	Responsável	Orçamento	Criticidade
SISRH	Desenvolvimento de módulo de cadastro funcional e integração com as catracas para ponto eletrônico	N14 (OTI09/ OTI12)	Em andamento/ julho 2018	Eduardo Santos – DINF	NA	Muito Alta
GRP- Almojarifado	Correções no sistema de controle de almoxarifado da AEB	N32 (OTI09 OTI12)	Concluído	Juliano Souza – DINF	NA	Alta
Copernico	Sistema de controle orçamentário e financeiro da AEB		Em Andamento/ julho 2018	Felipe Guimarães – DINF	NA	Alta
IMATEC	Sistema para avaliação do grau de maturidade tecnológica das empresas	OTI03 OTI09 OTI10 OTI11 OTI12 OTI14 OTI15 OTI17	Concluído	Juliano Souza – DINF	NA	Média
Hotsites	Estrutura padrão para desenvolvimento de hotsites	OTI02 OTI03 OTI09 OTI12 OTI14	Concluído	Eduardo Santos – DINF	NA	Média

Fonte: Divisão de Informática (DIFIN)

6.3.2. Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTI)

O PDTIC da AEB encontra-se no final de seu período de vigência (PDTIC 2016-2017, versão 1.4), fazendo-se necessária a elaboração de um novo instrumento para as ações de TIC na AEB para os próximos anos. Ademais, o planejamento é uma importante ferramenta para a tomada de decisão e sua elaboração atenderá às obrigações legais e exigências de controle, dentre as quais se inclui a Instrução Normativa SLTI nº 04/2014 e a Portaria STI nº 40/2016. Esta seção trata dos princípios e diretrizes para elaboração do novo documento, com vigência nos anos de 2018-2019.

O PDTIC encontra-se inserido no contexto do planejamento institucional, abrangendo todas as áreas da AEB, visando determinar políticas, estratégias e os principais objetivos que nortearão a instituição. O PDTIC se insere, também, nos principais planos governamentais, podendo-se citar:

- Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) 2012-2021;
- Plano Plurianual (PPA);
- Estratégia de Governança Digital (EGD); e
- Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE).

Em virtude da não existência, até o presente momento, de um Planejamento Estratégico na AEB, o alinhamento estratégico do PDTIC terá como base os objetivos estratégicos existentes na lei de criação da AEB, bem como os objetivos constantes no PNAE, PPA, EGD e PNDAE. Entretanto, o planejamento estratégico está em fase de desenvolvimento e, após a sua publicação, o Plano de Trabalho para elaboração do PDTIC será atualizado a fim de estar em conformidade com os objetivos estratégicos da AEB, caso necessário. Assim, o quadro a seguir apresenta a lista de Objetivos Institucionais a serem utilizados pela área de TI.

Quadro 37 – Lista de Objetivos Institucionais para o PDTIC 2018-2019

ID	Descrição	Origem
OI01	Promover o relacionamento com instituições congêneres no país e no exterior.	Lei Nº 8.854, de 10 de fevereiro de 1994
OI02	Analisar propostas e firmar acordos e convênios internacionais, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, objetivando a cooperação no campo das atividades espaciais e acompanhar a sua execução.	Lei Nº 8.854, de 10 de fevereiro de 1994
OI03	Incentivar a participação de universidades e outras instituições de ensino, pesquisas e desenvolvimento nas atividades de interesse da área espacial.	Lei Nº 8.854, de 10 de fevereiro de 1994
OI04	Estimular a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico nas atividades de interesse da área espacial.	Lei Nº 8.854, de 10 de fevereiro de 1994
OI05	Estimular o acesso das entidades nacionais aos conhecimentos obtidos no desenvolvimento das atividades espaciais, visando ao seu aprimoramento tecnológico.	Lei Nº 8.854, de 10 de fevereiro de 1994
OI06	Desenvolver intenso programa de tecnologias críticas, incentivando a capacitação no setor, com maior participação da academia, das instituições governamentais de C&T e da indústria.	PNAE 2012/2021
OI07	Ampliar as parcerias com outros países, priorizando o desenvolvimento conjunto de projetos tecnológicos e industriais de interesse mútuo.	PNAE 2012/2021
OI08	Promover maior integração do sistema de governança das atividades espaciais no país, por meio do aumento da sinergia e efetividade das ações entre os seus principais atores e da criação de um Conselho Nacional de Política Espacial, conduzido diretamente pela Presidência da República.	PNAE 2012/2021
OI09	Estimular o financiamento de programas calcados em parcerias públicas ou privadas.	PNAE 2012/2021
OI10	Fomentar a formação e capacitação de especialistas necessários ao setor espacial brasileiro, tanto no país quanto no exterior.	PNAE 2012/2021
OI11	Promover a conscientização da opinião pública sobre a relevância do estudo, do uso e do desenvolvimento do setor espacial brasileiro	PNAE 2012/2021
OI12	Consolidar a indústria espacial brasileira, aumentando sua competitividade e elevando sua capacidade de inovação, inclusive por meio do uso do poder de compra do Estado e de parcerias com outros países.	PNAE 2012/2021
OI13	Aperfeiçoar a legislação para dinamizar as atividades espaciais, favorecendo e facilitando as compras governamentais, o aumento de recursos para o Fundo Setorial Espacial e a desoneração da indústria	PNAE 2012/2022
OI14	Aperfeiçoar e ampliar a disponibilização de imagens, dados e serviços, em benefício da sociedade brasileira, por meio de missões espaciais utilizando satélites nacionais.	PPA 2016-2019 - Anexo I Projeto 2056
OI15	Prover a capacidade de acesso ao espaço, por meio de veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial.	PPA 2016-2019 - Anexo I Projeto 2056
OI16	Promover o conhecimento científico e tecnológico, o capital humano e o domínio de tecnologias críticas para fortalecer o setor espacial	PPA 2016-2019 - Anexo I Projeto 2056
OI17	Implantação e modernização dos Sistemas Operacionais e de Apoio Operacional de lançamento do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI).	PPA 2016-2019 - Anexo III Projeto 2056
OI18	Implementação do Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia no Âmbito do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC).	PPA 2016-2019 - Anexo III Projeto 2056
OI19	Estabelecimento no País de competência técnico-científica na área espacial.	Política de Desenvolvimento das Atividades Espaciais - PNDAE
OI20	Promoção do desenvolvimento de sistemas espaciais, bem como de meios, técnicas e infraestrutura de solo correspondentes, que venham propiciar ao Brasil a disponibilidade de serviços e informações de sua necessidade ou interesse.	Política de Desenvolvimento das Atividades Espaciais - PNDAE

Fonte: Divisão de Informática (DIFIN)

A partir dos objetivos apresentados anteriormente, a lista de Princípios e Diretrizes para elaboração do PDTIC 2018-2019 foi elaborada. Como o documento ainda está em fase de construção e o Planejamento Estratégico de TI – PDTI – não foi finalizado, ainda não foi possível elencar os objetivos estratégicos de TIC.

Quadro 38 – Princípios e Diretrizes

ID	Princípios e Diretrizes	Fonte	Origem
PD01	Fomentar a disponibilização e o uso de dados abertos	EGD: OE.01	OI11, OI14,
PD02	Ampliar o uso de TIC para promover a transparência e dar publicidade à aplicação dos recursos públicos	EGD: OE.02	OI01, OI06, OI07, OI08, OI11
PD03	Garantir a segurança da informação e comunicação do Estado e o sigilo das informações do cidadão	EGD: OE.03	OI01, OI03, OI04, OI05, OI06, OI08, OI12, OI16
PD04	Expandir e inovar a prestação de serviços digitais	EGD: OE.04	OI01, OI03, OI05
PD05	Melhorar a governança e a gestão por meio do uso da tecnologia	EGD: OE.05	OI08
PD06	Facilitar e universalizar o uso e o acesso aos serviços digitais	EGD: OE.06	OI01, OI03, OI04, OI05
PD07	Compartilhar, automatizar e integrar dados, processos, sistemas, serviços e infraestruturas	EGD: OE.07 (adaptado)	OI16
PD08	Fomentar a colaboração no ciclo de políticas públicas	EGD: OE.08	OI02, OI04, OI05, OI06, OI08, OI13, OI16
PD09	Ampliar e incentivar a participação social na criação e melhoria dos serviços públicos	EGD: OE.09	OI01, OI03, OI04, OI05
PD10	Aprimorar a interação direta entre governo e sociedade	EGD: OE.10	OI01, OI03, OI04, OI05
PD11	Alinhar a estratégia de TIC com a de negócios	COBIT 5	OI03, OI04, OI05, OI06, OI08, OI11, OI19, OI 20
PD12	Promover a agilidade nos serviços de TIC	COBIT 5	OI16ta
PD13	Melhorar continuamente a prestação de serviços de TIC	COBIT 5	OI06, OI08, OI16
PD14	Promover a infraestrutura de TIC	COBIT 5	OI16, OI19, OI20
PD15	Prover informações úteis e confiáveis para a tomada de decisão	COBIT 5	OI02, OI04, OI19, OI20
PD16	Garantir conhecimento, expertise e iniciativas para a inovação dos negócios	COBIT 5	OI04, OI08, OI20

Fonte: Divisão de Informática (DINF)

Resultados do PDTI 2016-2017

Os resultados do PDTI 2016-2017 são apresentados em função do atendimento dos objetivos estratégicos de TI propostos para o período. O levantamento foi feito com base nas necessidades elencadas no PDTIC, considerando seu status no momento da elaboração do relatório de gestão. As necessidades apontadas com o Status “Outros” incluem as necessidades canceladas, aquelas que foram transferidas para outros setores e as necessidades não priorizadas.

Em relação ao resultado final, a mesma necessidade pode atender a mais de um Objetivo de TI, da mesma forma que o OTI pode estar relacionado a mais de uma necessidade. Assim, o Total não representa a soma de todas as colunas marcadas como Total, e sim o número total de necessidades elencadas no PDTIC 2016-2017.

Quadro 39 – Sumário de execução dos Objetivos Estratégicos de TIC no PDTIC 2016-2017

ID	Objetivo Estratégico de TI	Status de Atendimento das Necessidades Elencadas					
		Total	Concluídas	Não Concluídas	Em Andamento	Outros	Percentual de conclusão
OTI01	Alinhar a estratégia de TI com a de negócios	1	0	1	0	0	0,00%
OTI02	Prestar os serviços de TI em consonância com os requisitos de negócio	12	4	4	3	1	33,33%
OTI03	Garantir a transparência dos custos, benefícios e riscos da TI	3	1	0	1	1	33,33%

ID	Objetivo Estratégico de TI	Status de Atendimento das Necessidades Elencadas					
		Total	Concluídas	Não Concluídas	Em Andamento	Outros	Percentual de conclusão
OTI04	Promover a agilidade nos serviços de TI	10	3	2	3	2	30,00%
OTI05	Garantir a segurança da informação e comunicação	13	3	2	4	4	23,08%
OTI06	Melhorar continuamente a prestação de serviços de TI	21	6	4	5	6	28,57%
OTI07	Promover a gestão e a governança de TI	6	4	2	0	0	66,67%
OTI08	Prover a infraestrutura de TI	9	1	1	4	3	11,11%
OTI09	Otimizar os ativos, recursos e capacidades de TI	47	11	8	14	14	23,40%
OTI10	Prover a capacitação e apoio aos processos de negócio através da integração de aplicativos e tecnologia	14	3	5	4	2	21,43%
OTI11	Prover informações úteis e confiáveis para a tomada de decisão	5	1	2	0	2	20,00%
OTI12	Implementar sistemas de informações	26	5	3	7	11	19,23%
OTI13	Garantir conhecimento, <i>expertise</i> e iniciativas para a inovação dos negócios	1	0	1	0		0,00%
OTI14	Estar em conformidade com as leis e regulamentos externos	14	8	2	3	1	57,14%
OTI15	Melhorar a transparência à sociedade.	3	0	0	1	2	0,00%
OTI16	Fortalecer a integração e a comunicação institucional com o SISP.	1	0	0	1	0	0,00%
OTI17	Fortalecer a integração universidade-empresa.	2	1	0	1	0	50,00%
Total		62	14	8	14	26	22,58%

Fonte: Divisão de Informática (DINF)

6.4. GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

Em 2017, a AEB iniciou a obra de construção do seu novo refeitório e copa tendo em vista o crescimento do quadro de servidores desse órgão e a previsão da instalação de um novo datacenter. Optou-se pela utilização de módulos habitáveis em função de sua readaptabilidade e reutilização em diversas formas de apoio logístico visando o menor impacto ambiental. Para essa construção, foram previstos o replantio da vegetação existente no local, reaproveitamento dos eletrodomésticos da Agência, maximização do uso da energia solar visando economia de energia, correta deposição dos resíduos da construção além de respeitados os requisitos das Normas de Acessibilidade (NBR 9050).

Em 2013, foi constituída a comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável, em atendimento à Instrução Normativa nº 10/2012 – SLTI/MPDG, com atribuição de elaborar, monitorar e revisar o Plano de Logística Sustentável (PLS), como prevê o artigo 16 do Decreto 7.746/2012 que se encontra disponível no site da AEB, no link <http://www.aeb.gov.br/aceso-a-informacao/plano-de-logistica-sustentavel/>, com previsão de ser revisado em 2018.

A AEB faz a separação de resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõem o Decreto 5.940/2006 e o Plano de

Logística Sustentável da AEB. O trabalho é realizado em parceria com a ANA por meio de Termo de Compromisso.

Ainda em relação ao PLS, a AEB implantou com sucesso iniciativas de consumo de energia elétrica (desligamento parcial de luzes dos corredores e salas de reunião, impressoras e multifuncionais em standby ao final do expediente etc.), terceirização (enquadramento de cargos, redução de uso dos copos plásticos etc.).

Adicionalmente, a AEB iniciou a implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no ano de 2017 com a capacitação dos colaboradores a integração aos sistemas do órgão gestor. Espera-se que o SEI reduza significativamente a utilização de papel, toner e material de escritório, conforme preconizado no PLS.

Destaca-se que a AEB orienta e se comunica com seus servidores pela intranet e, também, por meio de boletins periódicos, onde são publicadas as boas práticas sobre o consumo racional dos insumos ofertados para o desenvolvimento da tarefa diária, evitando consumo desnecessário de papel.

Ressalte-se ainda que a AEB faz parte de um condomínio com diversos órgãos públicos: ANA, CENSIPAM, MCTIC, CEF, PRF e MD, no qual os serviços de segurança, limpeza, brigadista, transporte, energia e saneamento são compartilhados de forma eficiente maximizando o uso dos recursos entre os condôminos.

6.4.1. Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

Destaque-se que a AEB participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), e que esta autarquia realiza suas contratações observando os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012.

7. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Esta seção demonstra a existência de estruturas que garantem um canal de comunicação com o cidadão para fins de solicitações, reclamações, denúncias e sugestões, bem como de mecanismos ou procedimentos que permitam verificar a percepção da sociedade sobre os serviços prestados pela unidade e as medidas para garantir a acessibilidade.

7.1. CANAIS DE ACESSO AO CIDADÃO

A Lei de Acesso à Informação, Lei Federal nº 12.527, sancionada em 18 de novembro de 2011, entrou em vigor no dia 16 de maio de 2012 e regulamenta o direito de acesso dos cidadãos às informações públicas, previsto na Constituição.

Para gerenciar as solicitações realizadas ao Poder Executivo Federal no âmbito da Lei de Acesso à Informação, a Controladoria-Geral da União (CGU) disponibiliza aos gestores e aos cidadãos o e-OUV (Sistema Ouvidorias do Poder Executivo Federal) e o e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão). O acesso a esses sistemas é feito pelo site da AEB: <http://www.aeb.gov.br/acesso-a-informacao/servico-de-informacao-ao-cidadao/>.

Os canais de acesso ao cidadão disponíveis na AEB são:

- a) Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal (e-OUV): <https://sistema.ouvidorias.gov.br/publico/Manifestacao/>;
- b) Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC): <https://esic.cgu.gov.br/sistema/>;
- c) E-mail Ouvidoria: ouv@aeb.gov.br;
- d) E-mail SICI: sic@aeb.gov.br;
- e) Site da AEB: <http://www.aeb.gov.br/acesso-a-informacao/servico-de-informacao-ao-cidadao/>;
- f) Protocolo: Setor Policial (SPO) - Área 5, Quadra 03, Bloco A, sala 07 (Térreo);
- g) Correspondência/Protocolo: Setor Policial (SPO) - Área 5, Quadra 03, Bloco A, sala 07 (Térreo);
- h) Telefone Ouvidoria: (61) 3411-5573; e
- i) Atendimento presencial: Setor Policial (SPO) - Área 5, Quadra 03, Bloco A, sala 18 (Térreo).

O quadro a seguir apresenta os registros de dados sobre a quantidade de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões recebidas e sobre o atendimento/encaminhamento das demandas apresentadas:

Quadro 40 – Registros de dados nos sistemas de atendimento ao cidadão da AEB

Sistema e-OUV e ouv@aeb.gov.br		
Tipo de registro	Quantidade	
	2016	2017
Solicitações	36	88
Reclamações	2	13
Denúncias	2	10
Sugestões Recebidas	12	26
Elogios recebidos	5	4
Sistema e-SIC e sic@aeb.gov.br		
Tipo de registro	Quantidade	
Solicitações	90	86

Fonte: Ouvidoria da AEB

Analisando os resultados observados, frente a dados registrados em exercícios anteriores, houve um aumento significativo em relação as manifestações, devido ao fato da implantação do canal de acesso via Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-OUV) em junho de 2016 no site da Agência.

Em 2017, a Ouvidoria integrada com o Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) da AEB contabilizou 86 (oitenta e seis) registros de pedidos de acesso à informação, no e-mail do SIC, com tempo médio de resposta de 12 dias, e 141 (cento e quarenta e um) registros de manifestações pelo Sistema e-OUV e e-mail da Ouvidoria, com tempo médio de atendimento 12 dias.

7.2. CARTA DE SERVIÇOS AO USUÁRIO

Este item tem por finalidade informar sobre a elaboração e disponibilização da Carta de Serviços ao Usuário, instituída pelo Decreto nº 9.094/2017 (Revogado o Decreto nº 6.932/2009).

A AEB não possui Carta de Serviço ao Usuário devido à dificuldade, até o presente momento, de levantar os serviços prestados diretamente ou indiretamente aos cidadãos. Porém, no ano de 2017, em atendimento ao referido Decreto, foi instituído, por meio da Portaria AEB nº 96, de 14 de maio de 2017, um grupo de trabalho cuja finalidade é implantar o Plano de Dados Abertos e esse mesmo grupo desenvolveu os trabalhos da cesta de serviços da Plataforma de Cidadania Digital na AEB.

A lista contendo os serviços que irão compor a Plataforma de Cidadania Digital foi confeccionada pelas áreas finalísticas da AEB e submetidas à triagem da ENAP, como etapa essencial para a disponibilização do serviço em meio digital. Ademais, os serviços já levantados poderão compor a Carta de Serviço do Usuário, entendendo que além do serviço prestado por meio digital, deve-se incluir os serviços oferecidos presencialmente.

O levantamento dos processos que compõem cada atividade executada na AEB está em andamento, através do mapeamento de processos de cada setor da Agência, o que contribuirá para a confecção da Carta.

7.3. AFERIÇÃO DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

Este item tem por finalidade informar sobre os mecanismos utilizados pela unidade para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e/ou serviços resultantes da sua atuação, bem como a demonstração e análise dos resultados identificados, inclusive os registrados em pesquisas de opinião realizadas.

Na AEB, não há um mecanismo estruturado para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços. No entanto, a Agência disponibiliza no sítio eletrônico o telefone e o e-mail dos diretores e assessores da Presidência para prestarem informações aos cidadãos interessados no programa espacial brasileiro onde podem ser manifestadas as opiniões/sugestões dos usuários.

Outra forma de medir a satisfação dos usuários é pelo sistema do Acesso à Informação fornecido pela CGU referente à Lei de Acesso à Informação (LAI nº 12.527/2011). O preenchimento do questionário de avaliação não é obrigatório. No entanto, o envio dessas informações permite ao Governo Federal colher dados e percepções dos cidadãos que estão utilizando a Lei, para que possa seguir aprimorando a qualidade do atendimento pelos órgãos e entidades federais (<http://www.acessoinformacao.gov.br/sistema/Relatorios/PesquisaSatisfacao/ConsultarRelatorioPesquisaSatisfacao.aspx>).

7.4. MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

Este item tem por finalidade informar o caminho de acesso no portal às informações referentes a sua atuação, consideradas úteis e relevantes à sociedade e que contribuam para a transparência da gestão, inclusive os relatórios de gestão.

Nesse sentido, no site da AEB (<http://www.aeb.gov.br/acesso-a-informacao/>) constam informações sobre a instituição em geral, acesso à informação, programa espacial brasileiro, programas da AEB, cooperação internacional, imprensa e contato. Apresenta, ainda, diversas conteúdos sobre os mais variados assuntos da área espacial. A página oferta também a possibilidade de acesso ao site da transparência pública. O site é periodicamente atualizado com informações, notícias e perguntas frequentes que podem ser de interesse do cidadão.

7.5. MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

Este tópico procura informar sobre como a Agência tem se adaptado para garantir o acesso fácil aos seus serviços, produtos e instalações por cidadãos portadores de necessidades especiais, especialmente em atendimento à Lei nº 10.098/2000, ao Decreto nº 5.296/2004 e às normas técnicas da ABNT aplicáveis.

A AEB ocupa um prédio construído no final da década de 70. Naquela época, não havia a preocupação em disponibilizar ou facilitar o acesso de pessoas portadoras de necessidades especiais. No entanto, visando atender a legislação vigente, efetuamos as seguintes alterações na estrutura física dos prédios dos blocos “A” e “Q”, conforme segue:

- Sala de reuniões no andar térreo, com piso no plano horizontal que garante conforto, segurança e boa visibilidade e acústica;
- Rampa de acessibilidade para cadeirantes na entrada do órgão;
- Rebaixamento de calçadas para travessia de pedestres;
- Áreas e vagas de estacionamento de veículos, devidamente identificados pelo símbolo internacional de acesso;
- Identificação de sanitários com os símbolos internacionais de acesso;
- Barras de apoio em banheiro de fácil acesso nos blocos “A” e “Q”;
- Elevadores verticais com sinalização tátil e visual;
- Novo refeitório projetado conforme os requisitos das Normas de Acessibilidade (NBR 9050);
- Sala da Ouvidoria de fácil acesso no térreo, com computadores e sala para atendimento presencial ao cidadão interno e externo, tanto para acessar o e-Ouv e o e-Sic; e
- Na modalidade de portadores de necessidades especiais, não foi solicitado por servidor nenhum tipo de equipamento especial, tal como: computador, telefone, material para mesa, cadeira para facilitar o desempenho de suas atividades etc., todos os aprovados no concurso e portadores de PNE (perda auditiva) não relataram a necessidade de equipamentos, conforme declarações apresentadas na Coordenação de Recursos Humanos – CRH/DPOA.

Quanto à acessibilidade aos produtos e serviços prestados, encontra-se em desenvolvimento o novo site da AEB e, para tanto, foram considerados requisitos de acessibilidade conforme a cartilha Emag Desenvolvedor. Esses requisitos são: Barra de acessibilidade, Alto contraste, Navegação através de teclas de atalho padrão do Governo Federal (ACCESSKEYs), Inserção do campo "title" nas imagens (mensagem que aparece quando o mouse fica sobre a imagem), Respeito de espaçamento entre textos, imagens e bordas e Campos de legendas nas imagens.

8. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Esta seção visa demonstrar o desempenho financeiro e as informações sobre as demonstrações contábeis e financeiras elaboradas pelas UPC. Contempla, ainda, a implementação da sistemática de apuração de custos e dos novos critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. O objetivo é apresentar uma melhor compreensão sobre a posição patrimonial e financeira, bem como o resultado e o desempenho financeiro da unidade prestadora de contas.

8.1. DESEMPENHO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO

A AEB é uma autarquia dotada de autonomia administrativa e financeira, conforme o disposto no art. 2º da Lei nº 8.854/94. Pelo dispositivo legal, a AEB deveria receber sua programação financeira diretamente da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda – STN/MF. No entanto, após a promulgação da Lei Orçamentária Anual – LOA e, por conseguinte, do decreto de programação, a setorial de programação financeira do MCTIC elabora e define o limite financeiro para a AEB. Ao observar os limites autorizados para o MCTIC, detecta-se uma divergência no desempenho financeiro autorizado e repassado pelo órgão central, STN/MF ao MCTIC e, posteriormente, autorizado e repassado da setorial do MCTIC para a AEB.

Quadro 41 – Desempenho orçamentário e financeiro do MCTIC

Desempenho orçamentário e financeiro do MCTIC								RS\$ 1,00
Limites do MCTIC	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%
Limite orçamentário recebido	6.218.739.820,00	93,79%	5.408.047.909,00	92,66%	4.302.052.800,00	103,78%	4.005.524.091,00	100,51%
Limite financeiro recebido	5.832.786.000,00		5.011.283.000,00		4.464.815.100,00		4.025.878.245,00	

Fonte: SIAFI

Quadro 42 – Desempenho orçamentário e financeiro da AEB

Desempenho orçamentário e financeiro da AEB								RS\$ 1,00
Limites da AEB	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%
Limite orçamentário recebido	252.758.422,00	70,64%	217.036.227,00	77,62%	145.324.198,00	153,94%	155.053.675,00	89,28%
Limite financeiro recebido	178.556.596,00		168.468.395,00		223.707.473,00		138.434.005,59	

Fonte: SIAFI

No período de 2014 e 2015 o MCTIC recebeu da STN os respectivos percentuais de 93,79% e 92,66% de repasse financeiro em comparação com o limite orçamentário de movimentação e empenho. No entanto, ao comparar o limite financeiro repassado para a AEB, no mesmo período, observa-se uma diminuição acentuada de 23,15% e 15,04%, respectivamente. A redução verificada nos exercícios de 2014 e 2015 ocasionou um aumento significativo dos restos a pagar

No exercício de 2016 a AEB recebeu um financeiro superior ao que a setorial recebeu da STN/MF, o percentual superior em 50,15%, foi em decorrência de dois fatores positivos, quais sejam: o primeiro, a repatriação de recursos do exterior e, o segundo, a devolução de recursos para a STN por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. O valor recebido a mais proporcionou à UPC o pagamento dos restos a pagar e, por conseguinte, diminuir o estoque dessa despesa.

Em 2017 a UPC detectou novamente uma diminuição do financeiro recebido da setorial do MCTIC quando comparado com o recebido da STN/MF por aquela setorial. A diminuição do financeiro acarretará a inscrição de restos a pagar do exercício e novamente a autarquia terá um volume considerável dessa despesa no seu balancete financeiro.

Como a AEB depende exclusivamente da fonte tesouro e, conforme exposto no item desempenho orçamentário, caso não seja equacionado o problema do aumento da dotação

orçamentária do PNAE, o desempenho financeiro terá sempre uma tendência estável, uma vez que é o valor da dotação que determina o valor do potencial financeiro a receber. Por outro lado, a tendência tende a ser negativa, considerando que o financeiro programado fica sempre abaixo das necessidades da UPC. O indicador financeiro apontado no item específico do presente relatório representa apenas o nível de pagamento, não diagnosticando o problema nos limites da PLOA autorizados pela setorial até a efetiva programação e repasse do financeiro para a UPC.

8.2. TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

Este item tem por objetivo demonstrar as informações relativas aos procedimentos e práticas adotadas pela Agência para a depreciação, amortização ou exaustão de itens do patrimônio e também para avaliação e mensuração de ativos e passivos em cumprimento às diretrizes preconizadas nas Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público, em especial, nas NBC T 16.9 e 16.10.

A metodologia de cálculos da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos desta Unidade Gestora foram aplicados conforme as orientações e critérios da Macro Função 02.03.30 do Manual SIAFI do Governo Federal. Para atender ao solicitado, os seguintes tópicos foram considerados:

a) Se a UJ está ou não aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10;

A AEB está procedendo a depreciação, amortização, exaustão e mensuração de ativos e passivos de acordo com o que estabelece os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10.

b) Justificativas em caso de resposta negativa à alínea “a” acima;

Não se aplica a UPC.

c) Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo;

A metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão é a tabela constante do Manual SIAFI 02.03.30.

d) A metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão;

A metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão é a tabela constante do Manual SIAFI 02.03.30.

e) As taxas utilizadas para os cálculos;

As taxas utilizadas para os cálculos são as constantes do Manual SIAFI 02.03.30.

f) A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido;

Quando a AEB necessita aplicar a metodologia para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido utiliza os parâmetros e métricas definidas no Manual SIAFI 02.03.30.

g) O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UPC no exercício.

O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 trouxe uma visão mais objetiva do patrimônio da UPC. A UPC não dispõe de patrimônio

imobilizado. A UPC tem apenas pequenos bens móveis e que os critérios contidos nas normas estão sendo bem proveitosos para o real valor desses ativos. Os bens móveis mais significativos no patrimônio da AEB são: máquinas e equipamentos energéticos, processamento de dados e mobiliários em geral. Os seus valores estão dentro do que determina a norma aplicável em cada caso.

8.3. SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE

Este item tem por objetivo oferecer informações acerca do estágio de desenvolvimento da sistemática de apuração dos custos dos programas e unidades administrativas, bem como dos bens e serviços resultantes da atuação da unidade prestadora de contas, especialmente aqueles decorrentes da execução dos seus objetivos estratégicos.

Atendendo às orientações referentes a este item, tem-se:

a) Identificação da estrutura orgânica da unidade responsável pelo gerenciamento de custos (subunidade, setor etc.), bem como da setorial de custos a que se vincula, se for o caso;

A AEB não possui subunidade ou setor responsável pelo gerenciamento de custos. Pelas orientações dos órgãos responsáveis pelo sistema, a AEB está vinculada ao MCTIC.

b) Identificação das subunidades administrativas da UPC das quais os custos são apurados;

Conforme respondido pela letra “a” e, ainda, considerando que o prazo previsto para o sistema entrar em produção/funcionamento será 30/4/2018, não foi definida a unidade administrativa da UPC para apurar os custos.

c) Descrição sucinta do sistema informatizado de apuração dos custos;

A UPC ainda não dispõe de um sistema informatizado de apuração de custos.

d) Práticas de tratamento e alocação utilizadas no âmbito das subunidades ou unidades administrativas para geração de informações de custos;

Conforme itens anteriores, a UPC está aguardando maiores informações do MCTIC para implementar as práticas de tratamento e alocação da presente demanda.

e) Impactos observados na atuação da UPC, bem como no processo de tomada de decisões, que podem ser atribuídos à instituição do gerenciamento de custos;

A UPC ainda não implantou as rotinas para coletar as informações relacionadas aos custos. A UPC aguardará a implementação para poder responder a presente demanda.

f) Relatórios utilizados pela UPC para análise de custos e tomada de decisão.

Conforme respostas efetuadas, a UPC não dispõe de relatórios para a tomada de decisão relacionados aos custos.

A UPC está vinculada à setorial do MCTIC que editou a Portaria SEXEC/MCTIC nº 6, de 30/5/2012, criando no âmbito daquele ministério a Unidade de Informações de Custos que está sob a responsabilidade da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA). A UPC seguirá as orientações da setorial para implantar a unidade interna de custos e que será instalada na estrutura compatível com essa atividade.

A STN está em fase final de implementação do projeto para que todas as unidades gestoras pertencentes ao orçamento fiscal e de seguridade social passem a inserir dados na aba “Centro de Custos” do Documento Hábil (DH). As alterações no DH (Documento Hábil estão previstas para entrarem em produção/funcionamento até 30/04/2018.

Ante o exposto, a UPC ainda não adotou o Sistema de Custos do Governo Federal no exercício em referência.

8.4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

Este item tem por objetivo tratar das informações relacionadas às demonstrações contábeis obrigatórias para a UPC conforme a Lei 4.320/64, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

As informações deste subitem estão apresentadas na seção Anexos e Apêndices do presente relatório de gestão.

Quanto às notas explicativas sobre os balanços, atestamos que os relatórios extraídos do SIAFI WEB e anexados na Seção 10, correspondem às informações e aos valores constantes da Lei Orçamentária Anual – LOA e das programações aprovadas pela setorial do MCTIC conforme o decreto anual que trata do presente assunto.

9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

O item contempla informações sobre providências adotadas pela Agência em cumprimento às deliberações e recomendações oriundas dos órgãos de controle, às exigências da Lei nº 8.666/1993, além de informações sobre medidas para apuração de dano ao erário. Contempla, ainda, informação sobre contratos com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento e ações de publicidade e propaganda.

9.1. TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Este item tem por finalidade fornecer uma visão gerencial de como a Agência trata as determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU), apresentando os principais números e resultados relacionados.

No que diz respeito às deliberações feitas pelo TCU durante o Exercício de 2017, foram tratados no âmbito da AEB os seguintes acórdãos:

Quadro43 – Demandas TCU- Atendimento/Manifestação

TCU	Atendimento/Manifestação
Acórdão nº 1953/17 – Plenário	Determinações atendidas
Acórdão nº 2799/17 – Plenário	Não houve determinação
Acórdão nº 2941/17 – 2ª Câmara	Determinações atendidas

Fonte: Auditoria Interna (AIN)

O procedimento para atendimento das diligências do TCU no âmbito da AEB é iniciado pelo Gabinete, onde é feita uma triagem inicial e encaminhada à área responsável para atendimento. A Auditoria Interna é responsável pelo acompanhamento do atendimento das recomendações e determinações pelos gestores, conforme estabelecido no seu Regimento Interno o qual prevê o seguinte: “*apoiar a realização de inspeções, auditorias e demais procedimentos de controle externo*”.

Para o efetivo acompanhamento dos acórdãos, foram utilizados os seguintes procedimentos:

- Acompanhamento de forma periódica no site do Tribunal de Contas da União - TCU, com a finalidade de verificar os Acórdãos expedidos direcionados à AEB; e
- Encaminhamento à Chefe de Gabinete da Agência de relatório com as diligências do TCU, sempre que houver Acórdão expedido direcionado à AEB, com acompanhamento junto aos gestores para atendimento das diligências com os prazos estabelecidos.

Quanto às determinações do TCU que remetem a obrigação de informar sobre o andamento das providências, trata-se de apenas uma situação, já atendida, referente ao item 9.3.4 do Acórdão 2941/2017, cujas providências de atendimento serão descritas a seguir:

Descrição da determinação: **informar, no âmbito do seu relatório de gestão das contas inerentes ao exercício de 2017**, o resultado das medidas adotadas para regularizar as constatações apontadas pelo Controle Interno nos itens 1.2.1.4 e 1.2.1.5 da Ação de Controle CGU 201412753 (item 71).

Medidas adotadas para seu cumprimento: Os itens 1.2.1.4 e 1.2.1.5 da Ação de Controle CGU 201412753 desdobraram-se em cinco recomendações, a saber 141251, 141245, 141246 e 141247. Todas foram inseridas no Sistema Monitor e consideradas como atendidas pela CGU.

Por fim, tendo em vista o exposto no Ofício 42/PRE/2018, encaminhado para o TCU em 28/03/2018, concernente às determinações do acórdão 2.941/2017-TCU – 2ª câmara, não há determinações e recomendações feitas em acórdãos do TCU decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores que estejam pendentes de atendimento quando do envio deste Relatório.

9.2. TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Este item tem por finalidade fornecer uma visão gerencial de como a AEB trata as recomendações do Órgão de Controle Interno, a Controladoria-Geral da União (CGU), apresentando os principais números e resultados relacionados.

Durante o exercício de 2017, o tratamento das recomendações expedidas pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU) se deu por meio da análise das recomendações constantes no Plano de Providências Permanente (PPP), bem como do acompanhamento do atendimento destas recomendações pelos Gestores desta Agência.

O acompanhamento das recomendações da CGU está previsto no Plano Anual de Auditoria Interna da AEB - Exercício 2017 (PAINT 2017). Conforme explicitado no PAINT, os riscos inerentes à gestão decorrentes do não acompanhamento destas recomendações são:

- a. Não atendimento tempestivo das solicitações de auditoria e das recomendações da CGU;
- b. Ausência de acompanhamento da implementação das recomendações da CGU; e
- c. Falta de alimentação do Sistema Monitor.

Para o atendimento das recomendações, é feita uma triagem inicial de cada nova recomendação recebida, que por sua vez é encaminhada para a área responsável pelo fornecimento de subsídios para o atendimento.

Como o próprio Sistema Monitor instituiu os agentes responsáveis pela revisão das informações recebidas pelos gestores e posterior encaminhamento para a CGU, entende-se que foi otimizada a forma de acompanhamento do atendimento das recomendações, haja vista que são mais atores responsáveis pelo acompanhamento do processo. Além disso, o próprio Sistema Monitor fornece informações gerenciais sobre as recomendações, que dão subsídios a atuação da Auditoria Interna.

Com vistas a acompanhar o atendimento das recomendações expedidas pela CGU de forma efetiva, elaboramos um modelo de monitoramento via Nota Técnica onde as recomendações foram divididas nos dois grupos descritos abaixo.

- a. Recomendações com atraso no atendimento por parte da AEB, que constam no PPP (Sistema monitor CGU) como “para providências do gestor” incluindo aquelas sem manifestação alguma; e
- b. Recomendações que tiveram manifestações exaradas pela AEB, que ainda não foram analisadas pela CGU.

Diante da situação encontrada no início do exercício de referência, a AEB determinou a adotou providências para o imediato atendimento das recomendações, de forma que foram realizadas diversas reuniões sobre o assunto com participação dos servidores das áreas envolvidas.

Como consequência desta ação, verificamos que durante o exercício de 2017 a AEB conseguiu atender a 73% das recomendações formuladas pela CGU e o restante está sob análise. Para o Exercício de 2018 a intenção é continuar esse acompanhamento de forma sistemática.

9.3. DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993

A AEB guarda conformidade com o art. 5º da Lei 8.666/1993, obedecendo as datas cronológicas para os pagamentos das empresas prestadoras dos serviços e obras. Os pagamentos seguem a seguinte cronologia e segregação de áreas competentes:

1. Primeira etapa: a Divisão de Compras e Serviços Gerais ou as áreas técnicas responsáveis pelos contratos finalísticos atuam na fiscalização dos contratos, recebimento das notas

fiscais, conferência da documentação para garantir à exigibilidade das empresas prestadoras de serviços da atividade-meio ou finalística.

2. Segunda etapa: a nota fiscal é atestada pelos fiscais dos contratos.
3. Terceira etapa: é realizada a medição no Sistema de Administração de Serviços Gerais – SIASG e o encaminhamento da nota fiscal para a área financeira responsável pela liquidação e pagamento, conforme a data de vencimento e fluxo de caixa disponível no momento.

9.4. INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

O item tem por finalidade fornecer informações relevantes sobre os contratos de publicidade e propaganda firmados no exercício

O quadro a seguir apresenta informações sobre despesas com ações de publicidade e propaganda no exercício de 2017.

Quadro 44 – Despesas com ações de publicidade e propaganda no exercício de 2017

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional			
Legal	Administração da Unidade	78.332,16	48.271,38
Mercadológica			
Utilidade pública			

Fonte: SIAFI

A publicidade legal refere-se aos contratos firmados com a Empresa Brasil de Comunicação (Contrato nº 008/2014) e Imprensa Nacional (Contrato nº 001/2014).

10. ANEXOS E APÊNDICES

10.1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 20402 - AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR 24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,,INOV.E COMUNICACOES
EXERCÍCIO 2017
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 20/02/2018
VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	19.706.737,19	1.657.187,16	Despesas Orçamentárias	26.777.285,00	36.819.438,41
Ordinárias	19.706.737,19	1.657.187,16	Ordinárias	26.777.285,00	36.794.798,38
Vinculadas	-	-	Vinculadas	-	24.640,03
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Operação de Crédito	-	24.640,03
Transferências Financeiras Recebidas	150.549.642,56	231.885.563,92	Transferências Financeiras Concedidas	136.778.957,35	173.625.202,73
Resultantes da Execução Orçamentária	84.722.002,56	52.086.826,02	Resultantes da Execução Orçamentária	66.370.464,80	49.071.982,22
Repasse Recebido	84.722.002,56	52.086.826,02	Repasse Concedido	66.370.464,80	48.970.348,38
Independentes da Execução Orçamentária	65.827.640,00	179.798.737,90	Repasse Devolvido	-	101.633,84
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	65.827.640,00	179.798.434,20	Independentes da Execução Orçamentária	70.408.492,55	124.553.220,51
Movimentação de Saldos Patrimoniais	-	303,70	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	50.701.755,36	122.896.033,35
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	19.706.737,19	1.657.187,16
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	6.362.242,94	16.046.210,94	Despesas Extraorçamentárias	7.036.356,46	39.847.793,26
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	11.663.142,43
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	6.359.978,28	16.044.895,61	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	7.034.841,80	28.183.335,50
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.514,66	1.315,33	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.514,66	1.315,33
Outros Recebimentos Extraorçamentários	750,00	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	750,00	-			
Saldo do Exercício Anterior	834.929,12	1.538.401,50	Saldo para o Exercício Seguinte	6.860.953,00	834.929,12
Caixa e Equivalentes de Caixa	834.929,12	1.538.401,50	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.860.953,00	834.929,12
TOTAL	177.453.551,81	251.127.363,52	TOTAL	177.453.551,81	251.127.363,52

Fonte: SIAFIWEB



TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 20402 - AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR 24000 - MINIST. DA CIENCIA, TECNOL. INOV. E COM UNICACOES
EXERCÍCIO 2017
PERÍODO Anual
EM ISSÃO 20/02/2018
VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECETA				
RECETAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECETAS REALIZADAS	SALDO
RECETAS CORRENTES	-	-	19.706.737,19	19.706.737,19
Outras Receitas Correntes	-	-	19.706.737,19	19.706.737,19
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	48,41	48,41
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	19.706.688,78	19.706.688,78
RECETAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECETAS	-	-	19.706.737,19	19.706.737,19
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	-	-	19.706.737,19	19.706.737,19
DEFICIT	-	-	7.070.547,81	7.070.547,81
TOTAL	-	-	26.777.285,00	26.777.285,00

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	108.838.638,00	55.812.983,00	21.506.327,26	20.359.055,60	20.359.055,60	34.306.655,74
Pessoal e Encargos Sociais	11.495.450,00	13.761.986,00	13.501.470,89	13.501.470,89	13.501.470,89	260.515,11
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	97.343.188,00	42.050.997,00	8.004.856,37	6.857.584,71	6.857.584,71	34.046.140,63
DESPESAS DE CAPITAL	187.773.832,00	130.414.980,00	5.270.957,74	58.251,12	58.251,12	125.144.022,26
Investimentos	187.773.832,00	130.414.980,00	5.270.957,74	58.251,12	58.251,12	125.144.022,26
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	296.612.470,00	186.227.963,00	26.777.285,00	20.417.306,72	20.417.306,72	159.450.678,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	296.612.470,00	186.227.963,00	26.777.285,00	20.417.306,72	20.417.306,72	159.450.678,00
TOTAL	296.612.470,00	186.227.963,00	26.777.285,00	20.417.306,72	20.417.306,72	159.450.678,00

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.013.084,08	3.038.217,31	744.847,06	744.847,06	412.192,25	2.894.262,08
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.013.084,08	3.038.217,31	744.847,06	744.847,06	412.192,25	2.894.262,08
DESPESAS DE CAPITAL	12.173.212,74	13.006.678,30	6.289.994,74	6.289.994,74	15.352,75	18.874.543,55
Investimentos	12.173.212,74	13.006.678,30	6.289.994,74	6.289.994,74	15.352,75	18.874.543,55
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	13.186.296,82	16.044.895,61	7.034.841,80	7.034.841,80	427.545,00	21.768.805,63

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	3.539.546,05	-	-	3.539.546,05	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.539.546,05	-	-	3.539.546,05	-
DESPESAS DE CAPITAL	5.705.059,06	-	-	5.705.059,06	-
Investimentos	5.705.059,06	-	-	5.705.059,06	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	9.244.605,11	-	-	9.244.605,11	-

Fonte: SIAFIWEB



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 20402 - AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB - AUTARQUIA
ORÇÃO SUPERIOR 24000 - MINIST DA CIENCIA, TECNOL. INOV E COMUNICACOES
EXERCÍCIO 2017
PERÍODO Anual
EMISSION 20/02/2018
VALORES EM UNIDADES DEREAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	7.425.455,08		PASSIVO CIRCULANTE	104.645,78	9.381.195,24
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.860.953,00		Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	93.755,78	126.450,13
Créditos a Curto Prazo	-		Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	195.857,20		Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	9.244.605,11
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-		Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	368.644,88		Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-		Provisões a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-		Demais Obrigações a Curto Prazo	10.890,00	10.140,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	80.089.476,55		PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	36.102,43		Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	677,96		Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	35.424,47		Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-		Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-		Provisões a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-		Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-		Resultado Diferido	-	-
Propriedades para Investimento	-		TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	104.645,78	9.381.195,24
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-				
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-				
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-				
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-				
Demais Investimentos Permanentes	-				
Demais Investimentos Permanentes	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-				
Imobilizado	66.597.116,00				
Bens Móveis	3.189.817,36				
Bens Móveis	5.992.226,01				
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-2.802.408,65				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-				
Bens Imóveis	63.407.298,64				
Bens Imóveis	63.407.298,64				
(-) Depr/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-				
Intangível	13.456.258,12				
Softwares	135.020,66				
Softwares	987.454,95				
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-852.434,29				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	13.321.237,46				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	13.321.237,46				
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-				
Direitos de Uso de Imóveis	-				
Direitos de Uso de Imóveis	-				
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-				
Diferido	-				
TOTAL DO ATIVO	87.514.931,63		TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	87.514.931,63	213.864.872,10

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	6.860.953,00	834.929,12	PASSIVO FINANCEIRO	28.139.673,91	38.485.937,54
ATIVO PERMANENTE	80.653.978,63	213.019.942,98	PASSIVO PERMANENTE	93.755,78	126.450,13
			SALDO PATRIMONIAL	59.281.601,94	#####

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	18.860.104,79	18.689.269,49	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	326.858.861,37	252.599.719,13
Execução dos Atos Potenciais Ativos	18.860.104,79	18.689.269,49	Execução dos Atos Potenciais Passivos	326.858.861,37	252.599.719,13
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	18.832.735,46	18.661.900,13	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Executar	-	-	Obrig Conv e Outros Instrum Cong a Liberar	321.705.268,32	242.551.52,88
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneros a Rec.	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	5.153.593,05	10.048.206,25
Direitos Contratuais a Executar	27.369,33	27.369,33	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-			
TOTAL	18.860.104,79	18.689.269,49	TOTAL	326.858.861,37	252.599.719,13

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO	
Recursos Ordinários			-21.499.516,71
Recursos Vinculados			220.795,80
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas			220.795,80
TOTAL			-21.278.720,91

Nota Explicativa – Obrigações Contratuais

Em 31/12/2017, a Agência Espacial Brasileira – 203001/20402 possuía um saldo de R\$ 4.977.808,05 (quatro milhões, novecentos e setenta e sete mil, oitocentos e oito reais e cinco centavos) de Contratos de Serviços em Execução e R\$ 175.785,00 (cento e setenta e cinco mil setecentos e oitenta e cinco reais) de Contrato de Fornecimento de Bens em Execução, relacionados a parcelas de contratos que serão executadas no próximo exercício.

A seguir, são apresentadas as informações, segregando essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Quadro 45 – Obrigações Contratuais – Composição.

R\$ milhares (ou R\$)

Item	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)
Aluguéis	0,00	0,00	
Fornecimento de Bens	175.785,00	175.785,00	3,41%
Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00	
Seguros	0,00	0,00	
Serviços	4.977.808,05	9.872.421,25	96,59%
Demais	0,00	0,00	
Total	5.153.593,05	10.048.206,25	100%

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

A saldo da conta Contábil Contrato de Serviços em Execução em 31/12/2017 representa 96,59% do total das Obrigações Contratuais, com previsão de execução no exercício de 2018.

Quadro 46 – Obrigações Contratuais - UG Contratante

R\$ milhares (ou R\$)

Unidade	31/12/2017	AV (%)
Órgão 20402 UG 203001 (Agência Espacial Brasileira)	5.153.593,05	100
Total	5.153.593,05	100,00

Fonte: SIAFI, 2017

Na tabela apresentada a seguir, são relacionados os 05 (cinco) contratos mais significativos e os respectivos saldos em 31/12/2017, com previsão de execução no exercício de 2018.

Quadro 47 – Obrigações Contratuais – Por Contratado.

R\$ milhares (ou R\$)

Item	Descrição	31/12/2017	AV (%)
Contratado A	Central IT Tecnologia da Informação Suporte tecnológico ao ambiente de TI da AEB	961.132,32	22,96%
Contratado B	Orbital Engenharia S/A Serviços de desenvolvimento e integração do modelo de qualificação da plataforma Suborbital de Microgravidade (PSM-MQ)	883.496,47	21,11%
Contratado C	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos Prestação de serviços postais e de encomenda	786.042,43	18,78%
Contratado D	3R Construções e Serviços EIRELI Prestação de serviços de copeiragem e garçonaria	746.877,38	17,85%
Contratado E	Agência Aerotur Serviços de fornecimentos de passagens	507.741,20	12,13%
Contratado F	Sempre Alerta Gestão Empresariais e Serviços Gerais Terceirização de mão de obra	299.949,10	7,17%
Total		4.185.238,90	100,00

Fonte SIAFI/SIASG 2017

OBS: As informações acima foram extraídas dos Sistemas SIASG (Cadastro de Contratos) e SIAFI (Execução dos Contratos de Serviços) Conta Contábil 8.1.2.3.1.02.01 – *Contratos de Serviços em Execução*. Os valores acima não refletem a realidade, uma vez que, alguns contratos já foram encerrados e demonstram valores a executar, necessitando serem baixados, outros contratos, embora em plena vigência, estão com valores a executar muito acima dos seus respectivos instrumentos (Termo de Contrato e Aditivos). Será realizada uma verificação em todos os registros da referida conta contábil, procedendo as regularizações pertinentes para eliminação das distorções apresentadas visando demonstrar de forma correta a situação dos contratos em execução.

10.2 RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO

CGU-PAD

**Controladoria-Geral
da União**

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS POR ASSUNTO 01/01/2017 A 31/12/2017

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Agência Espacial Brasileira	
Período: 01/01/2017 a 31/12/2017	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Acumulação indevida de cargos	0
Assédio moral	1
Ausência de prestação nas atividades ou na prestação de informações	0
Ausência ou impontualidade ao serviço	0
Concessão irregular de benefícios, licenças ou autorizações	0
Conflito de interesse entre a função pública e atos da vida privada	0
Desaparecimento ou perecimento de bens públicos	0
Descumprimento da Lei de Acesso à Informação	0
Descumprimento de normas relacionadas ao orçamento público	0
Descumprimento de Regime de Dedicção Exclusiva	0
Designação de atribuições a pessoa estranha a repartição	0
Desproporção entre patrimônio e renda	0
Desrespeito ao sigilo de informações	0
e-OUV - A Classificar	0
Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos	1
Falta de urbanidade; conduta escandalosa; incontinência pública; manifestação de apreço ou	0

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 18 de maio de 2012;
As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 1 de 2
Data da emissão do relatório: 09/02/2018
Emitido por: ANTONIO CRESCENCIO DE MORAIS

Fonte: Sistema CGU-PAD

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS POR ASSUNTO 01/01/2017 A 31/12/2017

Agência Espacial Brasileira	
Período: 01/01/2017 a 31/12/2017	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Favorecimento próprio ou de terceiros	1
Irregularidades definidas em normativos ou regulamentos	0
Irregularidades ou fraudes em convênios ou outros acordos	0
Irregularidades ou fraudes em licitações ou contratos	0
Monitor - A Classificar	0
Nepotismo	0
Reconhecimento de dívida	0
Representação de interesse particular junto à administração	0
Total de procedimentos sem assunto	0
Total	3

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;
As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 2 de 2
Data da emissão do relatório: 09/02/2018
Emitido por: ANTONIO CRESCENCIO DE MORAIS

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS POR SITUAÇÃO

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Agência Espacial Brasileira	
Período: 01/01/2017 a 31/12/2017	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Procedimentos em "Instauração/Instrução"	0
Total de Procedimentos em "Indiciamento/Citação"	0
Total de Procedimentos "Encaminhados para Julgamento"	0
Total de Procedimentos "Julgados"	3
Total de Procedimentos "Anulados Administrativamente"	0
Total de Procedimentos "Anulados Judicialmente"	0
Total de Procedimentos em "Revisão"	0
Total de Procedimentos em "Reconsideração/Recurso Hierárquico"	0
Total de Procedimentos em "Decisão Reconsideração/Recurso Hierárquico"	0
Total de Procedimentos em "Avocação/Requisição pela CGU"	0
Total de Procedimentos em "Decisão Revisão do Processo"	0
Total de Procedimentos	3

Quadro Detalhado			
Número do Processo	Tipo de Processo	Data Instauração	Fase Atual
01250025471201708	Sindicância	19/04/2017	Processo Julgado
01350000091201722	Sindicância	13/03/2017	Processo Julgado
01350000175201766	Sindicância	03/07/2017	Processo Julgado